

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE
CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE
LISBOA



ISCAL

RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: QUE FUTURO?

O PAPEL DOS AUDITORES E DA AUDITORIA NESSE FUTURO

Carla João de Sousa Teixeira

Lisboa, Junho de 2011

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E
ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: QUE FUTURO?

O PAPEL DOS AUDITORES E DA AUDITORIA NESSE FUTURO

Carla João de Sousa Teixeira

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Auditoria, realizada sob a orientação científica de Maria Augusta de Jesus Fernandes, equiparada a professora adjunta, da área científica de Gestão.

Constituição do Júri:

Presidente: Mestre Gabriel Correia Alves

Arguente: Mestre Pedro Nuno Ramos Roque

Vogal: Mestre Maria Augusta de Jesus Fernandes (Orientadora)

Lisboa, Junho de 2011

“O objectivo destes relatórios [relatórios de sustentabilidade] é apresentar o contributo das empresas rumo ao Desenvolvimento Sustentável.”

World Business Council for Sustainable Development

Declaração

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido (no seu todo ou qualquer das suas partes) a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas. Mais acrescento que tenho consciência de que o plágio – a utilização de elementos alheios sem referência ao seu autor – constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

Agradecimentos

Gostaria de manifestar os meus agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desta dissertação.

A Deus pela oportunidade que me deu de chegar até aqui.

À Professora Maria Augusta de Jesus Fernandes, minha orientadora, pela sua disponibilidade, supervisão, paciência e pelas sugestões e ensinamentos dados ao longo da elaboração de todo este trabalho. A sua ajuda foi indispensável para terminar esta etapa.

Aos meus pais que me educaram e me transformaram na pessoa que sou, que sempre procuraram construir um futuro melhor para mim e para a minha irmã, formando uma base familiar sólida, constituindo, assim, o meu alicerce nesta viagem que se chama Vida. Agradeço toda a atenção, compreensão, ânimo e perseverança que demonstraram ao longo deste trabalho o que me permitiu atingir o meu objectivo.

Não posso deixar de agradecer aos meus colegas de curso, alguns dos quais se tornaram amigos e os quais nunca esquecerei, pela motivação e carinho que concederam ao longo da realização deste trabalho.

Para finalizar, dedico este trabalho a uma pessoa muito importante e sem a sua existência eu não o poderia realizar, à minha mãe.

Resumo

A presente investigação desenvolve o tema da sustentabilidade, ou dito de outra forma, desenvolvimento sustentável. Isto interessa aos países, às organizações e aos cidadãos em geral. Neste pressuposto, este trabalho centra-se nos relatórios de sustentabilidade, designação que, actualmente, vem substituir outros que se sucederam ao longo dos tempos, por exemplo: relatórios de responsabilidade social; relatórios ambientais; relatórios de ambiente, saúde e segurança.

Porém, os relatórios de sustentabilidade, para serem totalmente compreendidos, devem ser inseridos nos sistemas de informação e comunicação das organizações, onde é verificável que cada vez mais se quer prestar contas, sobre as acções desenvolvidas na esfera da sustentabilidade, de forma credível.

No processo, de verificação e validação, a auditoria e os auditores têm um papel crucial, contudo, verifica-se que teóricos e práticos, nomeadamente, as empresas de referência, mostram que a “sustentabilidade” não deve ser tratada “à parte” mas estar presente em tudo o que é realizado, e neste sentido, as três dimensões que a revelam: económica, social e ambiental.

Neste quadro, o objectivo desta dissertação anda em torno de se perceber qual será o futuro dos relatórios de sustentabilidade. O trabalho desenvolvido confirma a problemática que guiou o estudo. Tende-se e é recomendável que as organizações venham a elaborar relatórios únicos integrados, não obstante da possibilidade da existência de relatórios específicos e subsistemas de informação e comunicação, centrados no “verde”.

Palavras-chave: Auditor; Ambiente; Responsabilidade Social; Relatórios de Sustentabilidade.

Abstract

This research develops the theme of sustainability, or in other words, sustainable development. This is a subject that matters to countries, organizations and citizens in general. On this assumption, this work focuses on sustainability reporting, a designation that, currently, replaces others that followed over time, for example: social responsibility reports; environmental reports; environmental reports, health and safety.

However, sustainability reporting, to be fully understood, these reports must be part of information and communications organization systems, where want to report the actions taken regarding sustainability, in a credible way.

In the process, verification and validation, auditing and auditors have a crucial role, however, it is clear that theoretical and practical, including the leading companies, show that "sustainability" should not be treated "apart" but be present in all that is done, and in this sense, in the three dimensions: economic, social and environmental.

In this context, the objective of this dissertation is to try to understand the future of sustainability reporting. The developed work confirms the problems that led the study. The tendency and advice to organizations is the creation of an only report integrated, despite the existence possibility of specific reports and information and communications subsystems, focusing on "green".

Keywords: Auditor, Environment; Social Responsibility; Sustainability Reports.

ÍNDICE

Lista de Gráficos	xi
Lista de Quadros	xi
Lista de Figuras	xii
Lista de Abreviaturas e de Siglas	xiii

I PARTE – INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

1.1 - Justificação do tema.....	2
1.2 - Pergunta de partida e problemática.....	4
1.3 - Objectivos	4
1.4 - Metodologia	5
1.5 - Estrutura do relatório	5

II PARTE – ORGANIZAÇÕES VERDES

2. O MACRO CONTEXTO

2.1 - Sustentabilidade: o ponto de partida.....	9
2.1.1 - Desenvolvimento sustentável: uma obrigação e uma oportunidade	12
2.1.2 - Sustentabilidade e responsabilidade social: um ou dois conceitos? A expressão “verde”	15
2.2 - O caminho da Sustentabilidade – passado, presente e futuro	17
2.2.1 - O Percurso institucional.....	17
2.2.2 - O Percurso das empresas e demais organizações	20
2.2.3 - O Percurso do cidadão	21
2.3 - O conhecimento teórico e técnico.....	22
2.3.1 – Autores e obras que vão sendo referência.....	23
2.3.2 - A situação dos auditores e das auditorias.....	24
2.3.3 - Sustentabilidade e o ensino.....	29
2.3.4 - O caso do ISCAL.....	33

3. AS PRÁTICAS DAS ORGANIZAÇÕES “VERDES”

3.1 - Negócios “verdes” e negócios que querem ser verdes.....	34
3.1.1 - Porquê ser “verde”?	34
3.1.2 - As expressões do “verde” nas organizações	37
3.2 - A situação particular da contabilidade e do relato.....	39

4. TENDÊNCIAS FUTURAS	40
------------------------------------	----

III PARTE – RELATÓRIOS E RELATOS DE SUSTENTABILIDADE

5. O SISTEMA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

5.1 - Âmbito do sistema	45
5.2 - A sustentabilidade na comunicação das organizações	49
5.3 - Relatórios de sustentabilidade e relatórios financeiros	56
5.3.1 - Relatórios financeiros na perspectiva da sustentabilidade.....	56
5.3.2 - Relatórios de sustentabilidade	61
5.3.3 - O Modelo GRI.....	72

6. RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE : Estudo de Caso - EDP

6.1 - Apresentação do caso EDP	78
6.2 - Caracterização geral da EDP	78
6.3 - Sistema de comunicação da EDP.....	80
6.4 - Relatório de sustentabilidade	81
6.5 - Relatório integrado.....	83
6.6 - Outros relatórios e demais fontes de informação.....	85
7. O QUE EMERGE	87

IV PARTE – REFLEXÕES E CONCLUSÕES

8. REFLEXÕES	90
9. CONCLUSÕES	92

Referências Bibliográficas	93
APÊNDICE	98
ANEXO.....	106

Lista de Gráficos

Gráfico 1 Relatórios Integrados - relatórios financeiros e não financeiros	60
Gráfico 2 Empresas PSI 20 - Sectores de actividades	64
Gráfico 3 Relatórios registados, por ano e por região, no <i>CorporateRegister.com</i>	64
Gráfico 4 Relatórios registados, por “tipo” e por ano, no <i>CorporateRegister.com</i>	65
Gráfico 5 Relatórios registados anualmente no <i>CorporateRegister.com</i>	66

Lista de Quadros

Quadro 1 Marcos Históricos do Desenvolvimento Sustentável	19
Quadro 2 Declarações e Eventos para a implementação da sustentabilidade	31
Quadro 3 Porque vão ser verdes as empresas.....	36
Quadro 4 Como a sustentabilidade se aplica a cada sector de actividade	63
Quadro 5 Princípios para a Definição Conteúdo do Relatório	72
Quadro 6 Princípios para Assegurar a Qualidade do Relatório	73
Quadro 7 Temas e nº de indicadores para a elaboração do relatório	74
Quadro 8 Categorias e aspectos contemplados nas Directrizes GRI 2006.....	75
Quadro 9 Níveis de aplicação.....	77
Quadro 10 Empresas Portuguesas Participantes.....	77
Quadro 11 EDP - Relato de informação ao GRI	82

Lista de Figuras

Figura 1 O Macro-Sistema de uma organização	10
Figura 2 Componentes de um sistema aberto	10
Figura 3 A organização como sistema segundo Kast & Rosenzweig	11
Figura 4 Utilização dos Recursos Naturais	13
Figura 5 Dimensão ambiental, económica e social do desenvolvimento sustentável	13
Figura 6 Sustentabilidade corporativa segundo a abordagem <i>Triple Bottom Line</i>	16
Figura 7 Evolução das estratégias ambientais das empresas	20
Figura 8 Panorama para 2050	41
Figura 9 Elementos essenciais na comunicação	46
Figura 10 Comunicação Organizacional	47
Figura 11 A organização e os diferentes stakeholders	48
Figura 12 Comunicar a Sustentabilidade em três dimensões	50
Figura 13 Matriz dos Grupos de Interesse	52
Figura 14 Comunicar a Sustentabilidade nas organizações	52

Lista de Abreviaturas e de Siglas

- BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
- CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
- CMVM - Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
- CSC - Código das Sociedades Comerciais
- CR - *CorporateRegister.com*
- CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- EDP - Electricidade de Portugal
- EMAS - Sistema Comunitário de Eco-gestão e Auditoria
- ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos
- GRI - *Global Reporting Initiative*
- IIA - *Institute of Internal Auditors*
- ISO - *International Organization for Standardization*
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- ONG's - Organizações Não Governamentais
- ONU - Organização das Nações Unidas
- OROC - Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
- RSC - Responsabilidade Social Corporativa
- RSE - Responsabilidade Social das Empresas
- SNC - Sistema de Normalização Contabilística
- WBCSD - *World Business Council for Sustainable Development*

I PARTE – INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo introduzem-se as coordenadas centrais do estudo que se regista neste documento e o que lhe esteve na base.

1.1 - Justificação do tema

O desenvolvimento sustentável surge hoje como o mais importante desafio global, o sucesso das organizações depende de uma nova forma de pensar e de um novo modo de gerir, uma vez que os resultados económicos estão cada vez mais ligados aos impactos ambientais e sociais causados pelas suas decisões e acções. Actualmente, comunicar os temas do desenvolvimento sustentável ainda é um processo essencialmente voluntário. No entanto, esta situação está a alterar-se com a introdução na legislação de vários países, de requisitos obrigatórios para alguns dos aspectos do desenvolvimento sustentável. Tratando-se de um tema tão central na actividade e desempenho das organizações torna-se inevitável que o auditor, no desenvolvimento dos seus trabalhos, tenha que incorporar as questões não financeiras que são materialmente relevantes no âmbito da política de sustentabilidade das respectivas organizações.

Indo mais ao pormenor, no decurso das últimas décadas, um dos temas que tem sido permanentemente centro das discussões mundiais é o desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu no final do século XX, inserido numa corrente de desenvolvimento económico que defende que o equilíbrio ecológico e a preservação da qualidade de vida das populações humanas devem ser salvaguardados. O conceito de desenvolvimento sustentável baseia-se no princípio de que o Homem deve gerir os recursos naturais para que o consumo se ajuste e adapte à capacidade de renovação desses recursos, de modo a evitar o seu esgotamento. De acordo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Relatório Brundtland, (1987)¹ entende-se por desenvolvimento sustentável aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras fazerem o mesmo. O desenvolvimento sustentável procura equilibrar três vectores: o desenvolvimento económico, o progresso

¹ “Relatório *Brundtland*”, publicado em 1987 como resultado do trabalho desenvolvido pela “*WCED – World Commission on Environment and Development*”, veio do relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD), presidida por Gro Harlem Brundtland, então primeiro-ministro da Noruega.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

social e a preservação do ambiente. Este equilíbrio constitui hoje um dos maiores desafios à escala planetária, porque existem diferentes especificidades na forma de abordar o tema que variam consoante a região ou o país em causa.

Entre os documentos que mais contribuíram para consolidar os pilares em que assenta a corrente de desenvolvimento sustentável destacam-se a *Agenda21* e a *Declaração do Rio*, ambos resultantes da Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Estes documentos constituem importantes compromissos políticos assumidos no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável é igualmente um objectivo central consignado nos Tratados da União Europeia, e presente como objectivo da “Constituição Europeia”, onde se exige uma abordagem integrada das políticas económicas, sociais e ambientais que promova o seu reforço mútuo.

Neste contexto, a questão da sustentabilidade, torna-se um factor diferenciador, aos olhos dos *stakeholders*², para as organizações. O desenvolvimento sustentável integra - se numa visão de longo prazo, que é cada vez mais valorizada pelos mercados, ao apostar na continuidade das suas operações, e na rentabilidade no longo prazo. Faz parte integrante dessa estratégia a comunicação e o relato. Com efeito, a divulgação dos factos não só decorre dos requisitos das próprias acções e medidas da política de sustentabilidade da empresa, como permite potenciar os efeitos positivos da adopção dessas práticas.

Na implementação de uma política de sustentabilidade, o relato da comunicação além de ser preparado, deverá ser verificado e validado, por forma a que os *stakeholders* possuam uma confiança adicional sobre a veracidade do documento que utilizam para a sua tomada de decisão. É no processo de verificação e validação que os auditores de sustentabilidade desempenham um papel crucial.

Além da verificação dos relatórios financeiros e de sustentabilidade, os auditores podem também ser catalisadores da mudança em benefício da sustentabilidade, procurando antecipar problemas e sensibilizando os seus clientes para a implementação de boas práticas contribuindo para a promoção de um crescimento sustentado nas organizações.

² *Stakeholders* - termo em inglês amplamente utilizado para designar as partes interessadas são definidos como “as organizações ou indivíduos que podem ser significativamente afectados pelas actividades, produtos e/ou serviços da organização relatora e cujas acções possam significativamente afectar a capacidade dessa organização de implementar as suas estratégias a atingir os seus objectivos com sucesso” retirado do site do (GRI, 2006:2).

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Uma das questões que se discute actualmente é o de incluir, ou não, as matérias de sustentabilidade nos relatórios globais e nomeadamente no relatório financeiro, obrigando assim o auditor a ter que verificar/ medir os impactos que essas matérias têm nas demonstrações financeiras das empresas e no desempenho global das organizações. Caso a corrente da inclusão ganhe relevância, o auditor financeiro passará a ter uma visão prospectiva do negócio, opinando sobre a capacidade da empresa no longo prazo.

1.2 - Pergunta de partida e problemática³

No contexto do tema em análise atrás apresentado e dos conceitos-chave nele descritos a presente dissertação tem como “pergunta de partida” e “problemática” o seguinte:

Pergunta de Partida: Será que no futuro os relatórios de sustentabilidade não se irão diluir nos relatórios globais e nos sistemas de informação e comunicação das organizações de que fazem parte? Qual o papel dos auditores e da auditoria nesse futuro?

Problemática: Pode antever-se que as organizações por obrigação ou por iniciativa própria terão todas elas que ser sustentáveis, não havendo lugar a relatórios autónomos sem prejuízo de sempre poder haver relatórios específicos e subsistemas de informação e comunicação centrados no “verde”.

1.3 - Objectivos

Face à pergunta de partida e à problemática vamos prosseguir um sistema de objectivos:

Objectivo Central

O objectivo central, na sua essência, consiste em dar resposta à pergunta de partida e a confirmar ou não a sua problemática.

Objectivos Intermédios

Para os objectivos intermédios fixaram-se os seguintes:

³ Para desenvolvimento da pergunta de partida e a problemática recorreu-se ao manual de QUIVY & CAMPENHOUDT (1988).

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

- ✓ Explicitar progressivamente a investigação tanto na forma como no conteúdo;
- ✓ Perscrutar e fazer uma sistematização do que ocorre à volta das organizações na esfera do “verde” em termos do passado, do presente e do futuro;
- ✓ Elaborar um registo que dê uma caracterização das organizações na esfera da sustentabilidade;
- ✓ Sistematizar sobre o sistema da informação e comunicação das organizações e definir como os relatórios de sustentabilidade se inserem neles em termos reais;
- ✓ Realizar um estudo de caso que permita exemplificar um sistema de informação e comunicação concreto e que evidencie o papel do relatório de sustentabilidade.

Para finalizar, elaboramos as reflexões que nos levam ao objectivo central.

1.4 - Metodologia

Face ao tema em investigação e aos objectivos acima identificados a metodologia utilizada foi dividida em duas fases. Na primeira fase, foi realizada uma abordagem teórica tendo procedido à recolha de literatura específica tais como: livros, artigos, revistas técnicas e a respectiva revisão bibliográfica. A revisão de literatura relacionada com o tema em análise, permitiu fundamentar a componente teórica do trabalho e obter dados secundários que permitiram suportar o estudo que foi realizado. Na segunda fase, foi realizada uma aplicação prática tendo utilizado para o efeito um estudo de caso a uma organização do sector de actividade energético que tem implementado a execução e divulgação dos relatórios de sustentabilidade. Por outro lado, quanto a forma como o trabalho se realizou é de evidenciar o seguinte: foram analisadas, no âmbito de publicação de relatórios de sustentabilidade, as empresas que constituem o Índice do PSI20, no ano de 2010, nas quais se inclui a empresa alvo de estudo de caso; foram realizadas diversas reuniões com a orientadora para discussão do tema a ser abordado tendo levado à elaboração de diversas versões provisórias as quais com o avançar do estudo foram sendo reestruturadas possibilitando a apresentação do trabalho final.

1.5 - Estrutura do relatório

Este documento - o relatório que fixa a investigação - está estruturado em 4 partes e 9 capítulos. Como se segue:

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

I Parte - Introdução: mostra as coordenadas técnico-científicas seguidas no estudo.

É composta pelo *Capítulo 1* onde se introduz o tema da dissertação e faz a definição da pergunta de partida e a problemática. Seguidamente, apresenta-se os objectivos gerais e intermédios e a metodologia adoptada na presente dissertação, bem como a estrutura do relatório.

II Parte - Organizações Verdes: explana-se o macro contexto e a prática do “verde” das e nas organizações bem como as tendências futuras no âmbito da sustentabilidade de forma a conhecermos as organizações na óptica da sustentabilidade em termos do passado, do presente e do futuro.

É composta por:

Capítulo 2 - Sistematiza-se o que faz parte do macro contexto de uma organização e que ela tem de ter em consideração. São definidos os conceitos de desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e sustentabilidade. Expõe-se a evolução da sustentabilidade na perspectiva institucional, empresarial e de cidadania sendo feito um enquadramento cronológico sobre as principais acções e passos tomados neste tema a nível mundial e nacional. Salientam-se algumas oportunidades que as organizações enfrentam dado que o desenvolvimento sustentável surge nos nossos dias como o mais importante desafio global. Para finalizar este capítulo, é feita referência ao que vai sendo teorizado, à literatura, ao que se passa na esfera do ensino e nomeadamente no âmbito da auditoria;

Capítulo 3 - Evidencia-se a aplicação prática do “verde” nas organizações, ou seja, que está sob o seu domínio. Para tal, realiza-se um levantamento de algumas das melhores práticas, a nível nacional e internacional, relacionadas com a sustentabilidade;

Capítulo 4 - Evidencia-se as perspectivas futuras da sustentabilidade relativamente a alguns pontos abordados nos capítulos anteriores, a saber: a tendência das organizações face ao “verde”, do cidadão como consumidor, do ensino e por último mas não menos importante da auditoria.

III Parte - Relatórios e Relatos de Sustentabilidade: evidencia-se o sistema de informação e comunicação das organizações, nomeadamente através de um estudo de caso. Para finalizar

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

perspectivando-se o que emerge para o futuro no âmbito da sustentabilidade.

É composta pelos seguintes capítulos:

Capítulo 5 - Salienta-se a importância da comunicação da sustentabilidade, começando por demonstrar o interesse da comunidade empresarial no tema e o conseqüente incremento de publicações dedicadas a este assunto. Numa primeira parte, destaca-se os aspectos gerais do relato da sustentabilidade, por comparação ao relato financeiro, em que se introduzem os principais impactos e destinatários. Numa segunda parte, apresenta-se os princípios e conteúdos dos Relatórios de Sustentabilidade propostos pelas Directrizes *Global Reporting Initiative* (GRI);

Capítulo 6 - Realiza-se um estudo de caso à empresa do sector de actividade energético, Electricidade de Portugal (EDP), com o objectivo de obter resultados acerca implementação da sustentabilidade na empresa e da respectiva divulgação da informação e comunicação empresarial de sustentabilidade;

Capítulo 7 - Neste capítulo será evidenciado o que emerge para o futuro.

IV Parte - Reflexões e Conclusões: produzem-se reflexões que sustentam a “pergunta de partida” e a “problemática”.

É composta pelo capítulo 8 e capítulo 9:

Capítulo 8 - Registam-se as principais reflexões que a investigação proporcionou;

Capítulo 9 - Serão apresentadas as conclusões obtidas deste estudo.

II PARTE – ORGANIZAÇÕES VERDES

2. O MACRO CONTEXTO

A sociedade pode ser considerada um organismo que está em constante evolução. Diante de um mundo cada vez mais dinâmico e integrado, as organizações são forçadas a adaptarem-se de forma hábil para não perderem por exemplo o mercado. O desenvolvimento sustentável é uma dessas mudanças, mesmo de paradigmas, a que as organizações têm que se submeter. No entanto, se por um lado as organizações são agentes divulgadores do desenvolvimento sustentável, por outro elas são influenciadas por essa nova teoria, na medida em que, cada vez mais, precisam estar de acordo com as boas práticas de gestão que visem a sustentabilidade. Aquelas que não se adaptam às novas exigências dos mercados perdem espaço e consumidores, colocando em risco a sua própria existência. Neste capítulo propomos fazer uma abordagem a isto mesmo, ou seja, sistematizar tudo aquilo que faz parte do macro contexto de uma organização e que ela tem de ter em consideração.

2.1 - Sustentabilidade: o ponto de partida

Durante as várias décadas que seguiram a revolução industrial, o desenvolvimento tecnológico e económico da sociedade foi baseado na exploração irresponsável dos recursos naturais e nas desigualdades sociais. Foi na década de 80 que se introduziu o conceito de Desenvolvimento Sustentável pela Organização das Nações Unidas (ONU), no relatório - Nosso Futuro Comum - propondo uma visão de planeamento e operação das actividades humanas capaz de contemplar a complexidade dos problemas globais no curto e longo prazo. A transição do modelo de desenvolvimento rumo ao modelo da sustentabilidade tem sido, portanto, um grande desafio enfrentado pelas empresas e diversas organizações, governos e sociedade. Mas como fazer isso numa organização? Uma organização sustentável desenvolve a sua missão e estratégia de modo a encontrar o ponto de equilíbrio entre as dimensões: económica, social e ambiental.

Não sendo esse o nuclear do nosso estudo, no entanto, reconhecemos ser necessário fazer uma breve abordagem ao macro sistema de uma organização, começando por definir o conceito de sistema. Segundo Baptista (2006:14), um sistema é: “um conjunto de partes

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

interrelacionadas, cujo funcionamento é orientado e unificado por um objectivo comum, sendo composto por *inputs*, processos de transformação, *outputs* e mecanismos de feedback e delimitado por fronteiras identificáveis do seu macro-sistema ambiental". Distinguem-se geralmente dois tipos de sistemas: fechados e abertos, sendo os primeiros auto-suficientes, não recebendo recursos, nem trocas de energia com o exterior, enquanto os segundos desenvolvem relacionamentos com o exterior do qual dependem. Cada sistema é composto por subsistemas ou componentes e está integrado num macro sistema, ou seja, na sua envolvente (Figura 1). Doutra forma, tem um contexto. Distinguimos o ambiente geral que afecta todas as organizações e o ambiente específico que afecta mais directamente determinadas organizações.



Figura 1 O Macro Sistema de uma organização
Fonte: Fernandes (2010:7)

Baptista (2006:14), refere ainda que as organizações enquanto sistemas abertos interagem com o exterior do qual obtêm os *inputs*, e no qual colocam os *outputs*. Para o processo de transformação concorrem diversos departamentos e unidades da organização. (Figura 2)

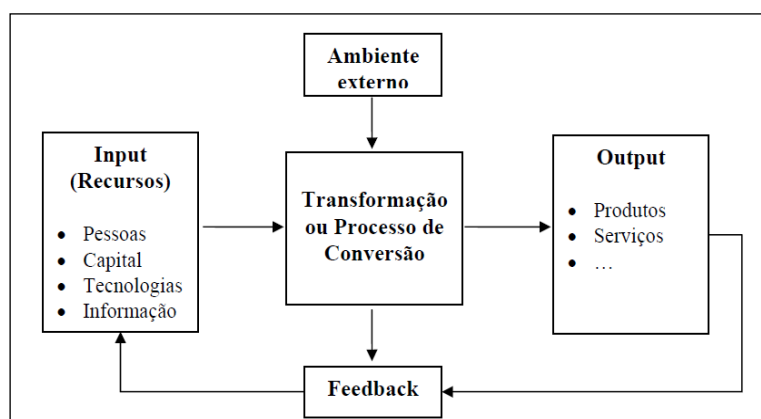


Figura 2 Componentes de um sistema aberto
Fonte: Baptista, (2006:14)

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Acrescentando que estas organizações tendem a estruturar-se de acordo com arrumações funcionais, o que exige uma grande e eficaz coordenação, pois as relações de interdependência entre os diversos segmentos organizacionais são indispensáveis. Neste quadro, a organização, sistema complexo, pode/deve ser estruturada em diversos subsistemas em interação, podendo identificar-se alguns subsistemas principais.

Na Figura 3 mostra-se uma proposta. É fácil observar que estes conceitos correspondem à realidade das organizações.

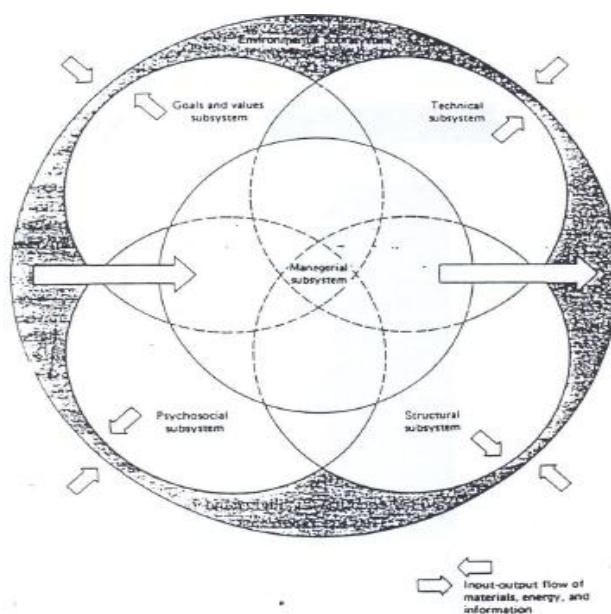


Figura 3 A organização como sistema segundo Kast & Rosenzweig
Fonte: Fernandes (2010:8)

Neste ambiente sistémico, e voltando ao nosso tema, a sustentabilidade nas organizações, e recorrendo agora à “abordagem sistémica – contingencial”⁴, cada organização tem que olhar para a sua envolvente, ou seja, para o seu macro sistema, para o seu contexto, e identificar os **problemas** que as empresas e a humanidade enfrentam e sistematizar e eleger os que devem ser tratados, bem como as **oportunidades**, ou seja, cada organização deverá fazer um diagnóstico para avaliar o quanto é «verde». E para isso ao mesmo tempo, cada organização deverá “olhar para dentro”, e estruturar-se em sistemas, analisando como as questões «verdes» estão/devem ser avaliadas. Criar um sistema próprio? Ver o «verde» em cada um dos sistemas internos ainda que não exista sistema autónomo? De cada situação resultarão **pontos fortes e pontos fracos**. E articulando o contexto com a situação

⁴ Dois dos principais nomes da Abordagem Sistémica são Daniel Katz e Robert Kahn que dedicaram grande parte da sua obra ao estudo das organizações como um sistema social.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

interna conduz-nos ao que poderemos designar por “SWOT⁵ verde”, processo, entre outros, que permitirá chegar a um «pensamento ambiental», a um «pensamento para o desenvolvimento sustentável», a um «pensamento verde», que possibilitará construir uma estratégia parcelar para este domínio, e fazê-la uma parte-chave da estratégia global da organização. Deste modo, uma organização iniciará o ponto de partida rumo à sustentabilidade, elaborando aspectos particulares que devem ser ponderados como os eleitos nos pontos seguintes quer utilizemos os conceitos (equivalente) “desenvolvimento sustentável” e “responsabilidade social”.

2.1.1 - Desenvolvimento sustentável: uma obrigação e uma oportunidade

De acordo com a Comissão Brundtland relatório das Nações Unidas (1987) o “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. A partir da definição de desenvolvimento sustentável pelo Relatório *Brundtland*, pode-se constatar que tal conceito não diz respeito apenas ao impacto da actividade económica no meio ambiente. O desenvolvimento sustentável refere-se principalmente às consequências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura. A expressão "desenvolvimento sustentável", embora se tenha tornado mais conhecida a partir do *Relatório Brundtland*, ficou consagrada a partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992, de que se destaca a *Agenda 21*, que no seu Capítulo 1, no Preâmbulo (CNUMAD, 1997:9), assim se refere:

A humanidade encontra-se em um momento de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e, no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, bem como com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende o nosso bem-estar. Não obstante, caso se integrem as preocupações, relativas ao meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer as

⁵ O termo *SWOT* resulta da conjugação das iniciais das palavras anglo-saxónicas Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças). Assim, a análise SWOT corresponde à identificação por parte de uma organização e de forma integrada dos principais aspectos que caracterizam a sua posição estratégica num determinado momento, tanto a nível interno como externo (forma como a organização se relaciona com o seu meio envolvente). Esta análise foi desenvolvida por Kenneth Andrews e Roland Christensen, dois professores da Harvard Business School, na década de 50. Alguns autores atribuem a técnica SWOT a Albert Humphrey, que liderou um projeto de pesquisa na Universidade de Stanford nas décadas de 1960 e 1970.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e administrados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos – numa associação mundial em prol do Desenvolvimento Sustentável.

A ideia de desenvolvimento sustentável tem por base o princípio de que o Homem deve gastar os recursos naturais de acordo com a capacidade de renovação desses recursos, de modo a evitar o seu esgotamento (Figura 4).

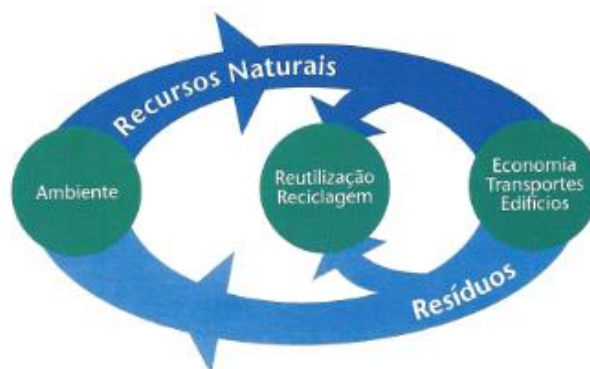


Figura 4 Utilização dos Recursos Naturais
Fonte: BCSD Portugal, Manual de boas práticas de eficiência energética

De acordo com Moura (2009:266) a actividade económica, o meio ambiente e o bem-estar da sociedade formam a *triple bottom line*⁶, no qual se apoia a ideia de desenvolvimento sustentável (Figura 5).



Figura 5 Dimensão ambiental, económica e social do desenvolvimento sustentável
Fonte: BCSD Portugal, Manual de boas práticas de eficiência energética

⁶ *Triple bottom line*, terminologia utilizada em 1994 por John Elkington da *Sustainability*, vulgarmente designada por *TBL*, *3BL* ou *People, Planet, Profit*, que se refere aos resultados de uma organização medidos em termos económicos, sociais e ambientais.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável transformou-se numa referência para diversas causas sociais e ambientais em todo o mundo, transcendendo a amplitude política e governamental e atingindo o mundo empresarial. De facto, na sequência dos desenvolvimentos ocorridos, as empresas e demais organizações não o pretendem ignorar. E as empresas que aderiram à noção de desenvolvimento sustentável, em regra, apresentam anualmente relatórios orientados para a apresentação de resultados tendo em consideração objectivos sociais, económicos e ambientais. É de referir ainda a participação de movimentos sociais, constituídos principalmente na forma de Organizações Não Governamentais (ONG's), na busca por melhores condições de vida associadas à preservação do meio ambiente e a uma condução da economia adequada a tais exigências.

Num mundo globalizado onde não existem fronteiras, o desenvolvimento sustentável é sem dúvida, um desafio global que afecta toda a sociedade. Por esta razão, passados 18 anos após a Cimeira da Terra, realizada no Rio de Janeiro, continua na ordem do dia a necessidade de pôr em prática instrumentos que promovam o desenvolvimento sustentável no Planeta, e a evidência dessa preocupação mundial é que foi aprovado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas a 24 de Dezembro de 2009, a decisão de realizar em 2012, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)⁷. Mediante todas estas preocupações mundiais poderemos concluir que o desenvolvimento sustentável será impreterivelmente uma obrigação não só nas organizações mas em todo o mundo. No que diz respeito ainda à “oportunidade” segundo o estudo da KPMG intitulado "Riscos e Oportunidades do Desenvolvimento Sustentável" concluiu-se que a maioria das empresas cotadas vêem como principais oportunidades, a capacidade de melhorar a imagem junto das comunidades, de melhorar a reputação, de melhorar o desempenho operacional e a abordagem ao risco.

Em seguida, vamos apresentar os conceitos de sustentabilidade e responsabilidade social, o que nos remete para a expressão «verde» nas organizações, e que nos nossos dias se poderão identificar com “desenvolvimento sustentável”.

⁷ Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável em 2012, Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/12/24/conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-desenvolvimento-sustentavel>.

2.1.2 - Sustentabilidade e responsabilidade social: um ou dois conceitos? A expressão “verde”

No âmbito empresarial, a Responsabilidade Social é o conceito que alinha o comportamento das organizações às perspectivas da sustentabilidade. A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou a Responsabilidade Social das Empresas (RSE) evolui a cada dia e vai além da postura legal da empresa, da prática filantrópica ou do apoio à comunidade. Significa mudança de comportamento numa perspectiva de gestão empresarial com foco na qualidade das relações e na geração de valor para todos.

O conceito de RSC, refere-se à responsabilidade das organizações em desenvolver abordagens de gestão que levem em consideração não apenas os factores de lucro imediato e rácios económicos tradicionais, mas também os factores de *governance*⁸, ambientais e sociais. Em 2001, a Comissão Europeia (2001) define RSC como “o conceito através do qual as empresas integram as preocupações sociais e ambientais nas suas operações e na interacção com os seus *stakeholders* numa base voluntária”. A Comissão das Comunidades Europeias, no Livro Verde “Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas” refere que a RSE:

é um conceito segundo o qual as empresas decidem, voluntariamente, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo, por integração de requisitos sociais e ambientais na actividade da empresa e na forma como esta interage com todos os *stakeholders* (...) para tal, implica ir além do simples cumprimento da lei por intermédio de um maior investimento em capital humano, em tecnologias ambientalmente responsáveis e na relação com os *stakeholders* e a comunidade local.

Segundo Seabra (2008:128), esta publicação impulsionou uma dinâmica em todos os sectores da Sociedade constituindo um marco de referencia da RSO a nível europeu.

No mesmo sentido Rego (2003:16), evidencia que representa um contributo importante para as reflexões em torno da gestão ética e da RSE. Conjuga politicamente as acções que diversas empresas têm vindo a adoptar. Fazendo confluir os contributos que diversas entidades, associações e empresas têm fornecido para transformar as empresas em agentes

⁸ *Governance* está relacionado com o conjunto de relações entre os mecanismos de gestão de uma empresa e os seus *stakeholders*. O processo de *governance* oferece uma estrutura a partir da qual são definidos os objectivos de uma empresa, os meios para os atingir e o controlo dos resultados (Livro Verde, EU, 2001).

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

ativos na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento sustentável. Sendo o objectivo fulcral de natureza tripartida: assegurar o cumprimento de objectivos económicos, sociais e ambientais.

Conforme refere Antunes *et al.* (2003:18), a RSE é hoje em dia reconhecida como parte fundamental da estratégia e operações empresariais, sendo encarado pelos líderes corporativos não só como uma função moral e legítima das empresas, mas igualmente como um aspecto que não pode ser ignorado pelas empresas que pretendem sobreviver nos mercados e economias modernas.

A sustentabilidade empresarial, segundo o Instituto Ethos, consiste em "assegurar o sucesso do negócio a longo prazo e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento económico e social da comunidade, um meio ambiente saudável e uma sociedade estável". O conceito de sustentabilidade empresarial pressupõe, então, que a empresa cresça, seja rentável e gere resultados económicos, mas também contribua para o desenvolvimento da sociedade e para a preservação do planeta.

Segundo Antunes *et al.* (2003:18), o conceito de RSE está estreitamente relacionado com a noção de sustentabilidade das empresas, que integra a vertente económica, ambiental e social, numa perspectiva de criação de valor a longo prazo. Acrescentando que esta perspectiva é representada pelo conceito de *Triple Bottom Line*, introduzido por Elkington (1997), que traduz o facto de as empresas integrarem a responsabilidade social e ambiental, a par dos objectivos económicos, nos seus processos de decisão a todos os níveis (Figura 6).

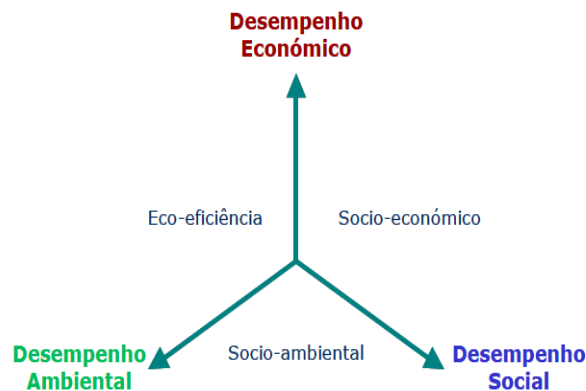


Figura 6 Sustentabilidade corporativa segundo a abordagem *Triple Bottom Line*
Fonte: Antunes, 2003 *apud* Elkington

Ainda de acordo com Antunes *et al.* (2003:19), a transposição do conceito de sustentabilidade para as organizações representa a manutenção e crescimento destas três vertentes: económica, ambiental e social, de modo a garantir a satisfação das necessidades de todas as partes interessadas, sem comprometer a sua capacidade de satisfazer as necessidades de *stakeholders* futuros e deste modo poderemos dizer que a sustentabilidade e a responsabilidade social se fundem num conceito. Actualmente, uma forma que as organizações utilizam para mostrar que têm implementado este conceito é utilizando a expressão “verde”.

2.2 - O caminho da sustentabilidade – passado, presente e futuro

A integração da componente ambiental e social na gestão corrente é, na actualidade, quase uma obrigação para uma empresa que se quer posicionar como líder em qualquer mercado. A crescente regulamentação relacionada com o ambiente, representa o que é, de certa forma, o resultado de um caminho de progressiva responsabilização das empresas pelos danos ambientais causados pela sua actividade. Neste ponto, pretendemos abordar a evolução da sustentabilidade na perspectiva institucional, empresarial e de cidadania.

2.2.1 - O Percurso institucional

O cumprimento dos regulamentos legais é, certamente, um dos factores que faz com que as empresas, progressivamente, ponderem as questões ambientais na sua actividade. Conforme divulgado pela Agência Portuguesa do Ambiente, em Portugal, as primeiras referências explícitas e coerentes no que diz respeito a questões ambientais encontram-se no III Plano de Fomento de 1968 a 1973. Acrescentando, até aí podia dizer-se que as preocupações da Administração e da sociedade com as questões ambientais eram assumidas no âmbito da lógica e práticas conservacionistas, sendo a criação de parques e reservas naturais considerada como medida fundamental no âmbito de uma política de protecção da natureza.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que se realizou em Estocolmo em 1972, teve o mérito de destacar e inscrever nas agendas políticas, nacionais e internacionais, as questões relativas ao ambiente. A criação da Comissão Nacional do

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Ambiente, com funções e actividades no domínio da informação e sensibilização ambiental, é um dos efeitos institucionais mais visíveis resultantes da participação de Portugal na Conferência de Estocolmo. Desta conferência resultaram algumas iniciativas, das quais se retém a aprovação da Declaração do Ambiente, as 109 Recomendações do Plano de Acção para o Ambiente e a criação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA). A participação portuguesa nesta conferência, não se limitou a uma representação nominal, tendo sido um dos 86 países a apresentarem um Relatório Nacional sobre o ambiente, nos respectivos territórios. Embora, após Estocolmo, as questões e problemas do ambiente tenham ganho visibilidade mediática e adquirido peso institucional, apenas a partir de 25 de Abril de 1974 começa a ser atribuída a expressão e importância devida. Em 1975, é criada a Secretaria de Estado do Ambiente⁹ integrada na estrutura do Ministério do Equipamento Social e Ambiente. A Constituição Portuguesa de 1976 estabelece no seu artigo 66º, os "direitos do ambiente". A entrada de Portugal na CEE em 1986, constituiu outro marco decisivo para tornar mais visível e actuante a política de ambiente no nosso país. Foi igualmente acelerado o processo de institucionalização da "Política Pública de Ambiente", conduzindo, entre outros aspectos, à publicação, em 1987, de dois diplomas legais fundamentais: a Lei de Bases do Ambiente¹⁰ e a Lei das Associações de Defesa do Ambiente¹¹ e ao início do processo de transição e integração de directivas comunitárias nas mais diversas áreas.

Continuando a seguir o divulgado pela Agência Portuguesa do Ambiente, desde então e também através da adesão a diversas convenções internacionais, as peças legais ambientais têm surgido a um ritmo acelerado fazendo com que Portugal e as empresas nacionais, tivessem, por vezes, bastante dificuldade em acompanhar e, inclusivamente, em cumprir com os requisitos ambientais. Mais adianta, no que diz respeito à regulamentação, o número e frequência de Decretos-Lei, Portarias e outros regulamentos relacionados com o ambiente que foram editados desde 1987, tem vindo a aumentar rapidamente. Esta regulamentação, em especial aquela que afecta directamente as empresas levou a que estas tivessem de se adaptar rapidamente, aumentando a eficiência operacional, evoluindo tecnologicamente e diversificando mercados, sentindo-se uma pressão cada vez maior, sobretudo nas pequenas e médias empresas, de operar dentro dos limites regulamentares.

⁹ Decreto- Lei 550/75, de 30 de Setembro. Disponível em: <http://siddamb.apambiente.pt/>

¹⁰ Lei 11/87 de 7 de Abril. Disponível em: <http://siddamb.apambiente.pt/>

¹¹ Lei n°10/87 de 4 de Abril. Disponível em: <http://siddamb.apambiente.pt/>

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Mas isto que se passou em Portugal deve ser visto à luz do que se verificou no mundo, e uma série de eventos marcaram esse novo movimento da humanidade: o desenvolvimento sustentável. Seguidamente (Quadro1), apresentamos alguns marcos de forma cronológica:

Quadro 1 Marcos Históricos do Desenvolvimento Sustentável

<p>1972 Publicação do Relatório Limites do Crescimento, o crescimento sócio-económico é confrontado com a escassez dos recursos naturais e a degradação do ambiente.</p> <p>1972 Conferência de Estocolmo, a primeira reflexão conjunta dos diferentes Estados sobre a relação entre a protecção do ambiente e o desenvolvimento humano.</p> <p>1984 Criação da Comissão para o Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela primeira ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.</p> <p>1987 Publicação do Relatório <i>Brundtland</i>, o conceito de Desenvolvimento Sustentável é pela primeira vez definido.</p> <p>1991 Criação do <i>World Business Council for Sustainable Development</i> (WBCSD), que reúne 160 empresas em 30 países e que tem por missão acompanhar o meio empresarial na mudança para o Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>1992 Cimeira da Terra, adopção da declaração do Rio e da Agenda 21 por parte de todos os Governos.</p> <p>1994 Primeira Conferência sobre Cidades Europeias Sustentáveis.</p> <p>1995 Cimeira de Copenhaga, onde foram validados à escala europeia os três pilares do Desenvolvimento Sustentável.</p> <p>1997 Tratado de Amesterdão, onde se diz que a Comunidade Europeia tem por missão promover o Desenvolvimento Sustentável em todo o seu espaço.</p> <p>1997 Conferência de Quioto, assinatura do Protocolo de Kyoto, onde os países industrializados se comprometem a reduzir as suas emissões combinadas de gases com efeito de estufa em pelo menos 5% em relação aos valores de 1990.</p> <p>2000 Cimeira de Lisboa, os 15 países da União Europeia desenvolvem uma estratégia para reforçar a coesão social.</p> <p>2000 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, os governos comprometem-se a atingir os objectivos do milénio até 2015.</p> <p>2001 Lançamento pela Comissão Europeia do Livro Verde para promover um quadro europeu para a responsabilidade Social das empresas.</p> <p>2002 Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável - Cimeira de Joanesburgo, definição de estratégias e objectivos quantificáveis para colocar em prática a Agenda 21.</p> <p>2004 Conferência sobre Diversidade Biológica.</p> <p>2004 Conferência Aalborg +10 - Inspiração para o futuro. Apelo a todos os governos locais e regionais da Europa para participar na assinatura do compromisso de Aalborg e fazerem parte da Campanha Europeia das Cidades Sustentáveis e Cidades.</p> <p>2005 Entra oficialmente em vigor o protocolo de Quioto, com proposta de calendário para diminuição de emissões de gases poluentes nos países desenvolvidos.</p> <p>2006 Lançamento dos Princípios para o Investimento Responsável da Nações Unidas, que visam incorporar aspectos ambientais e sociais nos processos de tomada de decisão.</p> <p>2006 Criação da Aliança Europeia para a <i>Corporate Social Responsibility</i>, para a promoção do papel das empresas no desenvolvimento sustentável.</p> <p>2007 Carta de Leipzig sobre as cidades europeias sustentáveis.</p> <p>2007 Cimeira de Bali, com o intuito de criar um sucessor do Protocolo de Quioto, com metas mais ambiciosas e mais exigente no que diz respeito às alterações climáticas.</p> <p>2009 O Acordo de Copenhaga resultou da Conferência sobre Alterações Climáticas da ONU não se trata de um novo tratado contra o aquecimento global, legalmente vinculativo e adoptado por todos os países da ONU, mas sim de um acordo voluntário.</p>

Fonte: Eurocid ¹²

Podemos constatar que todos estes acontecimentos vêm reforçar que a integração da componente ambiental e social na gestão corrente é uma obrigação para uma organização que quer ser bem-sucedida, nomeadamente como líder do mercado.

¹² Eurocid - Portal de informação europeia em língua portuguesa. Disponível em: <http://www.eurocid.pt>

2.2.2 - O Percurso das empresas e demais organizações

Segundo um estudo realizado pelo Centro de Economia Ecológica e Gestão do Ambiente da Universidade Nova de Lisboa, as estratégias ambientais das empresas têm vindo a acompanhar a evolução da política de ambiente e as pressões da sociedade conforme referido por Antunes *et al.* (2003:13). De um modo geral, pode dizer-se que desde a década de 70 houve uma evolução da atitude das empresas face ao ambiente, passando-se de uma situação de ausência de preparação para estratégias que envolvem uma crescente integração dos aspectos ambientais e do conceito de sustentabilidade na cultura e gestão empresarial. De acordo com o estudo, sintetizam-se as principais fases consideradas nesta evolução (Figura 7), com a cronologia correspondente à evolução das empresas mais avançadas neste domínio.

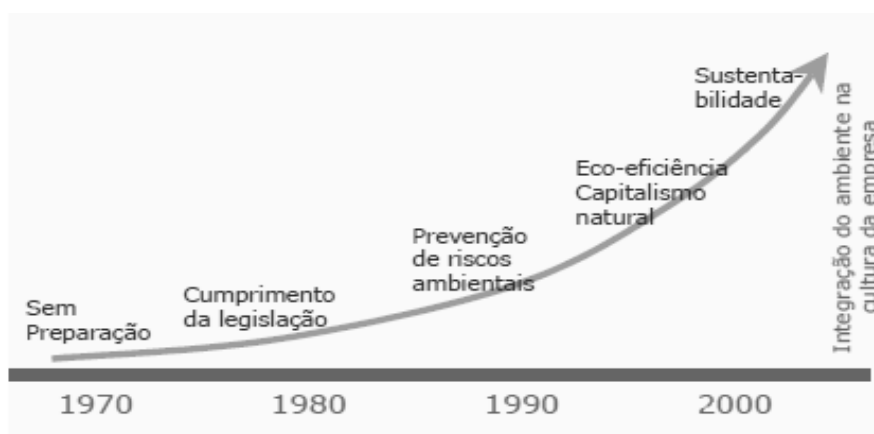


Figura 7 Evolução das estratégias ambientais das empresas
Fonte: Antunes *et al.* (2003:13)

Assim, em conformidade com o estudo realizado, no início da década de 70, surgiu a fase inicial de implementação da política ambiental, as empresas não se encontravam minimamente preparadas para responder às novas solicitações impostas pela legislação ambiental, que se traduziam essencialmente no estabelecimento de normas de qualidade ambiental e de emissão de poluentes (e outros instrumentos de comando e controlo). À medida que a estrutura institucional e a capacidade de actuação das autoridades governamentais na área do ambiente desenvolveram, nomeadamente a estrutura de monitorização e fiscalização do cumprimento da legislação, as empresas viram-se

confrontadas, ou ameaçadas, com custos crescentes decorrentes do não cumprimento da legislação (penalidades, coimas).

Ainda de acordo com o estudo, a atitude das empresas face ao ambiente evoluiu passando de uma estratégia basicamente inactiva, para uma postura reactiva. Na década de 80 as empresas procuram responder às exigências ambientais cumprindo a legislação, para evitar custos de não-cumprimento. As empresas começam a reconhecer as vantagens de antecipar a legislação ambiental, de modo a prepararem as suas estratégias de cumprimento com um horizonte temporal mais alargado. Esta atitude permite às empresas procurar soluções mais eficientes para a resolução dos seus problemas ambientais, reduzindo assim os custos decorrentes da gestão destes aspectos. Nesta fase, as empresas adoptam uma atitude proactiva face à política ambiental, indo por vezes para além do simples cumprimento da legislação e implementando a prevenção de riscos ambientais. As ferramentas utilizadas nesta fase incluem a execução de medidas de redução da poluição na fonte, a realização de auditorias ambientais e a implementação de sistemas de gestão ambiental. As empresas adoptam uma estratégia mais sistematizada e organizada na abordagem dos aspectos ambientais das suas actividades, obtendo-se assim uma melhoria progressiva do seu desempenho ambiental. A certificação de sistemas de gestão ambiental, segundo a norma ISO 14001, ou o registo no Sistema Comunitário de Eco-gestão e Auditoria (EMAS) são passos importantes que as empresas dão neste período.

De acordo com Santos *et al.* (2008:12) no que diz respeito às empresas tem-se verificado um envolvimento crescente no movimento da sustentabilidade empresarial o qual resulta, por um lado, do aparecimento de novos requisitos legais que implicam custos financeiros e, por outro, da consciencialização de que a integração de variáveis ambientais e sociais nos processos de tomada de decisão podem-lhes trazer novas oportunidades de negócio e ter um reflexo directo na criação de valor económico.

2.2.3 - O Percurso do cidadão

Segundo Afonso (2010:32), nas últimas décadas, quando o ambiente adquiriu maior importância, os cidadãos enquanto consumidores começaram a procurar alternativas mais amigas do ambiente em detrimento das usuais compras. Nascia o consumidor “verde”.

Provas desta mudança no comportamento de compra podem ser encontradas em diversos estudos. Por exemplo, em Julho de 1989, uma sondagem da *Market and Opinion Research International* revelou que a proporção de clientes que seleccionavam produtos com base na performance ambiental, aumentou de 19% para 42% em menos de um ano (Elkington, 1989), e, em 1992, um estudo da Nielsen revelou que 4 em cada 5 consumidores expressaram as suas opiniões sobre o ambiente através do seu comportamento de compra.

Relativamente ao conceito de consumidores “verdes” ou consumidores ecologicamente conscientes, Afonso (2010:32) menciona que “são definidos como indivíduos que procuram consumir apenas os produtos que causem o menor – ou não exerçam nenhum – impacto ao meio-ambiente.”

Segundo Afonso (2010:32) *apud* Hales (2007) o consumidor “verde” é aquele que associa o acto de comprar ou consumir produtos à possibilidade de agir em conformidade com a preservação ambiental. O consumidor verde sabe que, recusando-se a comprar determinados produtos, pode desincentivar a produção daquilo que agride o meio ambiente. Por isso, segundo esta autora, o consumidor “verde” evita produtos que: representem um risco à sua saúde ou de outros; prejudiquem o ambiente durante a produção, uso ou descarte final; consumam muita energia; apresentem excesso de embalagens ou sejam descartáveis; contenham ingredientes procedentes de *habitats* ou espécies ameaçadas; no processo de produção tenham usado indevida ou cruelmente animais; afectem negativamente outros povos ou países.

Portanto, os consumidores e cidadãos “verdes” não são mais uma simples tendência. Eles são o presente e o futuro das sociedades civilizadas. Encontrar opções para tornar as organizações “mais verde” torna-se uma necessidade diante desta realidade, sob pena de os lucros e receitas começarem a cair com o tempo.

2.3 - O conhecimento teórico e técnico

Faz sentido que se faça aqui menção ao que vai sendo teorizado, à literatura e autores que se vão impondo, ao que se passa na esfera do ensino e nomeadamente no âmbito da auditoria, é o que se faz nas partes seguintes.

2.3.1 – Autores e obras que vão sendo referência

Os temas da sustentabilidade que são actualmente tão discutidos podem ser encontrados já nas referências de economistas tão conhecidos como Malthus, Mill e Ricardo nos séculos XVIII e XIX, conforme refere Santos (2008:3). Eles são, segundo a mesma fonte, na realidade referidos como os primeiros autores a identificar a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento económico. A atenção destes autores estava focalizada no problema da escassez de comida, e na capacidade dos recursos naturais através da terra, serem capazes de satisfazer as necessidades da população. Um tema novamente actual no início do século XXI. Nos nossos tempos a literatura alusiva à sustentabilidade tem vindo a ser cada vez mais tal como se pode avaliar pela bibliografia. Aqui apenas uma pequena ilustração para se indiciar o espectro amplo que se cobre:



“A Empresa Sustentável – O verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental” o autor Andrew Savitz com a colaboração de Karl Weber (2007)“(…) *A situação ideal no desempenho de sua empresa chama-se sustentabilidade. As empresas que infringem os princípios da sustentabilidade estão sujeitas a sérios retrocessos em seus objectivos de negócios.*”



“Os Desafios da Sustentabilidade – uma ruptura urgente” (2007) o autor Fernando Almeida incentiva “ *a mudança de atitude não só porque o planeta corre perigo, mas também porque é lucrativo - em médio e longo prazos - investir na sustentabilidade*”



Carolina Afonso (2010) autora do livro “Green Target – As novas tendências do marketing” explica “*Numa época marcada pelo aumento da consciência global relativamente aos problemas ambientais, é importante compreendermos em que medida é que este fenómeno está alterar as preferências de consumo e hábitos de vida do consumidor.*”

2.3.2 - A situação dos auditores e das auditorias

Perceber a situação actual dos auditores relativamente à sustentabilidade, nesta investigação, depois de muito ponderado passa pelo seguinte:

- Recordar conceitos de auditoria e ver do espaço para a auditoria ambiental
- Relacionar a auditoria com os relatórios de sustentabilidade
- Documentar referências que vêm sendo seguidas pelos auditores

a) Conceitos

De acordo com Veríssimo (2010:4), auditoria não poderá ficar indiferente aos problemas ambientais, centrando-se na auditoria interna o *Institute of Internal Auditors* (IIA) 1999, define-a como:

Uma actividade independente, de avaliação objectiva e de consultoria, destinada a acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização na consecução dos seus objectivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação dos processos da eficácia da gestão de risco, do controlo e de governação.

Facilmente se conclui que é a definição que permite a consideração da sustentabilidade, e que dá cobertura a que surja a “Auditoria Ambiental”. Segundo Veríssimo (2010:4), a auditoria ambiental é uma parte da auditoria de gestão, em que o sistema a ser auditado é o ambiente com todos os seus processos, riscos e controlos. Acrescentando, que este tipo de auditoria não difere significativamente de qualquer outra auditoria interna, ideia que foi reforçada pelo IIA que se pronunciou relativamente a esta temática e sugeriu que fosse incluída no estatuto ou na declaração de responsabilidade da auditoria interna das organizações a capacidade da mesma em matéria de gestão ambiental, considerando além disso que não se deve prescindir da auditoria interna em nenhuma actividade da gestão. Ao mesmo tempo e desde 2002, o IIA mudou os exames de certificação dos auditores internos passando a incluir, nos mesmos, matérias ambientais.

Ainda seguindo a mesma autora, a auditoria pode ser definida como:

“O processo sistemático e documentado de verificação, executado para obter e avaliar, de forma objectiva, evidências de auditoria para determinar se as actividades, eventos,

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

sistema de gestão e condições ambientais especificados ou as informações relacionadas a estes estão em conformidade com os critérios de auditoria, e para comunicar os resultados deste processo ao cliente.”

Veríssimo (2010:4), explica que: “a auditoria ambiental recebe das auditorias contabilístico-financeiras, operacionais e de conformidade, objectivos, procedimentos, testes e métodos de análise, o que conduz à construção de uma metodologia que permite formar uma opinião e emitir um parecer fundamentado.” Acrescentando, que o normativo internacional exige uma equipa de profissionais competentes com ética profissional, comprometidos em compreender mais profundamente as operações e com visão dos segmentos de mercado e suas ameaças. Assim, os auditores são levados a desenvolver habilidades e competências, em função do grau de responsabilidade e idoneidade de sua função e da emissão de suas opiniões sobre a fidedignidade das informações e dados contidos nas análises. O auditor apresenta a obrigação de manter independência nos seus juízos, procurando uma visão verdadeira dos factos observados, desprovidos de qualquer interesse particular.

b) Auditoria aos relatórios de sustentabilidade

Talvez o principal problema dos relatórios de sustentabilidade seja a não obrigatoriedade de auditoria, logo, dispõe-se para o público a informação que se quiser, como se quiser. Segundo Beja (2005), a credibilidade dos relatórios de sustentabilidade é essencial para que o respectivo relato mereça a confiança dos seus utilizadores. Adianta ainda que para tal, os relatórios e o inerente processo de elaboração devem ser verificados por auditores que cumpram requisitos essenciais como: independência, capacidade de discernimento relativamente aos interesses das partes envolvidas, não envolvimento nos sistemas internos nem na preparação do relatório de sustentabilidade, competência e experiência profissional para executar as verificações necessárias (directamente, ou através da utilização do trabalho efectuado e relatado por peritos em matérias específicas). A estas verificações deve corresponder o *assurance*¹³ do relatório de sustentabilidade, emitido em conformidade com requisitos técnicos e informativos, adequados.

¹³ Nota da tradução portuguesa: foi decidido manter o termo original em inglês, *assurance*. Este refere-se aos métodos e processos aplicados para avaliar a fiabilidade da informação divulgada por uma organização relativamente ao desempenho em sustentabilidade, bem como aos sistemas, informações e processos subjacentes, de acordo com critérios e normas adequados. Disponível em: <http://www.impactus.org/pdf/Documentos/Outras%20Publicacoes/AA1000AS-2008-PT.pdf/>.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Segundo a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), muitos dos requisitos e dos cuidados de análise que as preocupações de sustentabilidade implicam são já assumidas pelos auditores no planeamento e execução e supervisão dos trabalhos de acordo com as normas técnicas que regulam a actividade. Com efeito, sempre que questões de ordem ambiental ou social acarretem implicações financeiras directas ou ponham em causa o normal funcionamento ou sobrevivência futura das organizações, deve o auditor procurar que as mesmas sejam alvo de relato. O auditor pode reunir conhecimentos para apoiar as empresas na preparação e desenvolvimento de sistemas de recolha de informação e relato de aspectos relacionados com a sustentabilidade. Apesar da elaboração de Relatórios de Sustentabilidade ser voluntária, o número de empresas que edita relatórios de sustentabilidade tem vindo a aumentar bastante nos últimos anos, sobretudo em resultado do crescimento do número de membros da BCSD Portugal e dos compromissos por eles assumidos.

Ainda de acordo com a OROC, a submissão da verificação do Relatório de Sustentabilidade ao exame de um auditor independente, para obter garantia de fiabilidade é voluntária, apenas um número reduzido de empresas, normalmente as cotadas em bolsa de valores, o fazem. Apesar do relato de sustentabilidade ter vindo a ser efectuado através de Relatórios de Sustentabilidade autónomos do Relatório Financeiro, a tendência será a de incluir as matérias de sustentabilidade no Relatório Financeiro, obrigando o auditor a ter que verificar e medir os impactos que tais matérias têm nas demonstrações financeiras das empresas.

c) Referências seguidas pelos auditores

Os trabalhos de exame independente de Relatórios de Sustentabilidade, que conduzem à emissão de um relatório de garantia de fiabilidade, enquadram-se no âmbito genérico da ISAE 3000-Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade, e na Estrutura Conceptual Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade adoptada utiliza-se também o normativo AA1000 *Assurance Standard* que permite a aferição de critérios de comportamentos éticos na actividade; e as directrizes do GRI enquadram os termos de relato com base em princípios e conteúdos de reporte. Acrescem a este quadro normativo

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

as iniciativas de relatos de RSE, e entre outras destacamos a SA8000. Seguidamente, faremos uma breve síntese de cada uma destas referências:

AA 1000 *AccountAbility Assurance Standard*

Lançada em 1999 pelo Institute of Social and Ethical Accountability (ISEA), hoje *AccountAbility*, a AA1000 surgiu como resposta à crescente geração de relatórios de sustentabilidade e à necessidade de mecanismos que assegurassem sua confiabilidade. A primeira edição da AA1000 *Assurance Standard*, publicada em 2003, foi a nível mundial, a primeira norma de *assurance* em sustentabilidade. Foi desenvolvida para assegurar a credibilidade e a qualidade do desempenho sustentável e da elaboração de relatórios de sustentabilidade. É o resultado de um processo de consulta mundial extensiva, com a duração de 2 anos, que envolveu diversas organizações, incluindo profissionais do sector, da comunidade de investidores, de ONG's, sindicatos e gestores de empresas. Trata-se de uma norma de responsabilidade, tem por fim assegurar a qualidade da auditoria e do *reporting*, em termos sociais. Esta norma fornece orientações sobre elementos-chave do processo de verificação de relatórios, tendo um enfoque na materialidade (*materiality*) dos assuntos para as partes interessadas bem como a sua precisão; examinando a abrangência (*completeness*) do conhecimento da organização sobre o seu próprio desempenho e impactos, bem como pontos de vista das partes interessadas associados aos mesmos; e avaliando a capacidade de resposta (*responsiveness*) às partes interessadas.

ISAE 3000 *International Standard on Assurance Engagements*

A ISAE 3000 foi aprovada pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* e produz efeitos a partir de Janeiro de 2005. Estabelece os princípios básicos e os procedimentos essenciais para projectos de *assurance* que não se refiram a auditorias ou revisões de informação financeira histórica. Proporciona orientação na abordagem e procedimentos que permitem que o projecto seja desenvolvido de forma sistemática e consistente em linha com os *standards* profissionais de auditoria e respectivos códigos de conduta.

SA8000

Publicada em 1997, pela entidade americana *Social Accountability International*. A sua

origem está na responsabilidade das organizações nas relações com seus trabalhadores, com base nos direitos humanos postulado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

GRI

É a maior iniciativa, relativamente à normalização de divulgações económicas, ambientais e sociais, incluída nos relatórios de contas anuais. Tendo sido criado em 1997, o GRI tornou-se independente em 2002, é um centro oficial de colaboração do UNEP - *United Nations Environmental Programme* e trabalha em cooperação com o programa *Global Compact* da Organização das Nações Unidas. Esta iniciativa teve por fim estabelecer um guia comum para o *reporting* mundial de sustentabilidade. A primeira versão das directrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI foi publicada em 2000, tendo passado por dois processos de revisão: o primeiro em 2002 na Cimeira Mundial de Desenvolvimento Sustentável sendo publicada a segunda versão das directrizes da GRI – Directrizes 2002 ou “G2” e o segundo em Outubro de 2006, tendo este último processo de revisão envolvido a participação de 3000 entidades de diversos sectores de todo o mundo, com a publicação da terceira versão directrizes da GRI, conhecida como as “G3”. Tem como objectivo atingir os mesmos níveis de rigor, comparabilidade, credibilidade e de verificação, encontrados ao nível do *reporting* financeiro. Pretende completar e tornar mais consistente o *reporting* financeiro, fornecendo informação não financeira, capaz de ajudar a avaliar a performance financeira. Este tipo de *reporting* pretende englobar um grupo vasto de destinatários de informação, para além do *shareholder* destinatário privilegiado do relatório financeiro.

O GRI identifica o que deve ser incluído em termos de *reporting*, permitindo, contudo, que essa informação possa ser apresentada em vários formatos, como sejam: o formato defendido pela GRI ou obedecendo a outros concebidos pela empresa ou organização que está a relatar. O conteúdo deste *reporting* está dividido em três partes: económico, ambiental e social, utilizando indicadores qualitativos e quantitativos, reportando os objectivos relevantes e os programas de informação. Uma vez que este modelo será parte integrante do nosso estudo de caso, abordaremos mais detalhadamente o modelo GRI no

capítulo 5.

A consulta das mencionadas normas ou estrutura conceptual permitem identificar o tipo de relatório a emitir e expressão da conclusão do auditor de acordo com o nível de garantia, aceitável ou moderada, que a realização dos trabalhos lhe possibilita obter.

2.3.3 - Sustentabilidade e o ensino

Desde a Conferência de Estocolmo das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em 1972, tem havido um crescente interesse internacional no papel do ensino superior na promoção de um futuro sustentável. A relação entre educação e desenvolvimento sustentável foi reconhecida a nível internacional em 1972, na Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano. O princípio 19 da Declaração de Estocolmo apela para a educação ambiental da escola primária até a idade adulta de "alargar a base de opiniões esclarecidas e conduta responsável por indivíduos, empresas e comunidades na protecção e melhoria do ambiente em sua dimensão humana completa." Em 1977, a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi, produziu a primeira declaração internacional sobre educação ambiental.¹⁴ A educação ambiental é necessária para os alunos em todos os domínios: no domínio técnico e nas ciências naturais, mas também nas ciências sociais e artes. A relação entre, natureza e tecnologia marca a sociedade e determina o desenvolvimento de uma sociedade. (P UNESCO-UNE,1997)

As diversas crises ambientais no final dos anos de 1980, o Relatório *Bruntland* e, especialmente, os preparativos para a Cimeira do Rio, proporcionaram de novo a atenção internacional para a questão da educação para a sustentabilidade e o meio ambiente no início de 1990. O "termo" educação para o desenvolvimento sustentável surgiu, sobretudo fora da Cimeira do Rio e para muitos educadores é definido de forma mais ampla do que "educação ambiental" para incluir questões de desenvolvimento internacional, a diversidade cultural e ambiental e a equidade social.¹⁵

Além da palavra "governo", "educação" aparece com mais frequência do que qualquer

¹⁴ Patrocinados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da *United Nations Environment Program* (UNEP), esta conferência marcou o início das iniciativas de educação ambiental .

¹⁵ O conceito de "educação ambiental", como expresso na conferência de Tbilisi, abraçou uma visão global do ambiente. A controvérsia sobre as diferenças entre "educação ambiental" (EE) e "educação para o desenvolvimento sustentável" (ESD) ou "educação para a sustentabilidade", seguiu-se quando o último termo entrou em uso no início de 1990. Alguns sugerem que a educação ambiental faz parte da educação para o desenvolvimento sustentável, enquanto outros afirmam o oposto."

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

outro termo na *Agenda 21*. Educação é a base e tem potencial para reforçar qualquer outra prioridade neste plano extenso para um mundo O Capítulo 36 da *Agenda 21*, sobre "Educação, Formação e Sensibilização", afirma que "a educação é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento." Este capítulo faz uma breve referência às universidades e ao seu papel na construção de um futuro sustentável. Directamente relevantes para a sustentabilidade do ensino superior são as seguintes afirmações:

Os países devem "ampliar os meios e o alcance da educação" para apoiar o desenvolvimento sustentável. [Agenda 21, 36.5 (a)]

Os governos devem se esforçar para preparar estratégias destinadas a integrar meio ambiente e desenvolvimento como um problema de corte transversal na educação em todos os níveis. [Agenda 21, 36.5 (b)36.5(b)]

Os países devem incentivar as universidades "a contribuir mais para a construção de consciência (...) para todos os públicos. [Agenda 21, 36.10 (d)]

É baseado nesses princípios que a *University Leaders for a Sustainable Future (ULSF)*¹⁶ aconselha as instituições de Ensino Superior a terem uma visão ecologicamente correta no que diz respeito ao plano curricular dos seus cursos, ao desenvolvimento profissional dos funcionários, bem como ao corpo docente, à pesquisa, à administração e à missão. Segundo a associação, a sustentabilidade no ensino implica que:

As actividades de uma instituição de ensino superior são ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, e que continuarão a sê-lo para as gerações futuras. Uma faculdade ou universidade verdadeiramente sustentável deverá enfatizar estes conceitos no seu currículo e preparar os alunos para contribuir como cidadãos úteis à sociedade para um ambiente saudável e justo.

Conforme refere Madeira (2008:48), no relatório de Essex (Universidade de Tufts, 1995) é mencionado que para se atingir a sustentabilidade é necessária uma mudança de mentalidades e de atitudes, a qual deve ser liderada pelo sistema de Ensino Superior, pois é este que prepara a maioria das pessoas que desenvolvem e gerem instituições na sociedade, tendo também um papel fundamental na criação e disseminação do conhecimento e dos valores para a sociedade. A referida mudança de mentalidades e de atitudes requer uma

¹⁶ A Associação dos Dirigentes da Universidade para um Futuro Sustentável (ULSF) é a Secretaria de signatários da Declaração de Talloires (1990), que foi assinada por mais de 400 faculdades e reitores de universidades e chanceleres do mundo inteiro. ULSF apoia a sustentabilidade como um foco crítico do ensino, pesquisa e extensão das operações no ensino superior por meio de publicações, pesquisa e avaliação. Disponível em www.ulsf.org/

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

mudança educacional a curto e a longo prazo, sendo necessário um compromisso e liderança por parte do sistema de educação.

Adianta ainda o seguinte, com o objectivo de tornar as instituições do Ensino Superior mais sustentáveis, surgiram inúmeros Eventos e Declarações, os quais têm sido assinados pelas instituições interessadas, assumindo assim diversos compromissos. Pretendemos dar a conhecer alguns dos eventos e das declarações que mais contribuíram para a evolução da sustentabilidade em instituições do Ensino Superior. O que fazemos no quadro seguinte (Quadro 2):

Quadro 2 Declarações e Eventos para a implementação da sustentabilidade

Ano	Declaração
1972	Declaração de Estocolmo sobre Ambiente Humano
1977	Declaração de Tbilisi
1989	Fundação do Programa de Ecologia da <i>National Wildlife Federation</i>
1990	Declaração de Talloires
1991	Declaração de Hallifax
1992	Fundação da Associação <i>University Leaders for a Sustainable Future</i>
1992	Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento – Capítulo 36 da Agenda 21
1993	Fundação da Second Nature
1993	Declaração de Quioto
1993	Declaração de Swansea
1993	Carta de Copernicus – Carta Universitária para o DS
1994	<i>Campus Blueprint for a Sustainable Future, Cimeira Campus Earth</i>
1995	Workshop sobre os Princípios de Sustentabilidade no Ensino Superior: Relatório Essex
1997	Declaração de Thessaloniki
1998	Conferência Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI: Visão e Acção, Paris, França Declaração Mundial sobre o Ensino Superior para o século XXI: Visão e Acção
2001	Declaração de Lüneburg
2002	Cimeira Mundial sobre DS em Joanesburgo: Declaração de Ubuntu e a Década da Educação para o DS
2005	Formação do <i>Higher Education Associations Sustainability Consortium</i>

Fonte: Madeira (2008)

Existem já inúmeras instituições de ensino superior, a nível mundial, que se encontram a trabalhar rumo à sustentabilidade. Como não é do âmbito do presente estudo fazer uma análise exaustiva de todas estas instituições, destacamos a Universidade de Harvard que para alcançar a realização de todos os seus objectivos de sustentabilidade visa a economia

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

de recursos e redução dos impactos ambientais da Universidade. Isto é conseguido através do conhecimento colectivo dos parceiros e supervisão dos esforços de sustentabilidade.

As principais áreas de foco da Universidade de Harvard incluem:

Áreas de Foco	Objectivos
Liderança & Inovação	Fornecer conhecimentos e fomentar um espírito de inovação e liderança
Mudança de Cultura	Promover a mudança de cultura, através do desenvolvimento de campanhas de educação, programas e incentivos
Implementação de Políticas e Desenvolvimento	Convocar os interessados para trabalhar em conjunto para desenvolver novas políticas para institucionalizar os princípios e objectivos
Comunicações	Trabalhar com os dirigentes da comunicação da Universidade; orientando as comunicações internas e externas sobre os esforços de sustentabilidade e promover a partilha de informação entre os intervenientes
Professores e Alunos	Conciliar a experiência dos professores com os projectos dos estudantes
Prestação de Contas e Relatórios	Criar relatórios de quadros para assegurar a responsabilização e transparência
Melhores Práticas	Identificar as lições aprendidas e implementar as “melhores práticas” na Universidade
Recursos e Ferramentas	Desenvolver recursos educacionais para apoiar os objectivos-chave da sustentabilidade
Sustentabilidade Especialização	Apoiar as escolas/unidades no desenvolvimento e implementação de planos de sustentabilidade e programas para atingir os objectivos de sustentabilidade

Fonte: Universidade de Harvard¹⁷

E para terminar este ponto, Dernbach (2002)¹⁸ menciona: “poderemos constatar que as faculdades e universidades estão particularmente bem posicionadas para ajudar a resolver o desafio da sustentabilidade através da inovação no ensino e na aprendizagem.” Acrescentando ainda: “o desenvolvimento sustentável não é apenas uma outra categoria de problemas ambientais, sociais e económicos que se enfrenta, é também uma maneira de pensar sobre essas questões. Se não se aprender a pensar sobre a degradação ambiental global e a pobreza de uma forma mais eficaz, continuar-se-á a fazer pouco progresso na redução dos mesmos.” Segundo o autor, parte do desafio intelectual do desenvolvimento

¹⁷ Universidade de Harvard. Disponível em: <http://green.harvard.edu/ofs/mission>.

¹⁸ Este capítulo apareceu originalmente no livro *Tropeçando em direcção à sustentabilidade*, John C. Dernbach ed., Publicado pelo Instituto de Direito Ambiental, Disponível em: <http://www.ulsf.org/dernbach/chapter.htm>.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

sustentável, é ter que se aprender a resolver vários problemas ao mesmo tempo, sendo que as universidades podem dar aos alunos e futuros líderes as ferramentas intelectuais para fazer isso.

2.3.4 - O caso do ISCAL

A nível nacional, a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, vem reconhecer a Educação Ambiental nos novos objectivos de formação dos alunos, definição abrangente a todos os níveis de ensino. O ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, instituição com mais de 250 anos de história aplica, naturalmente, a Lei de Bases do Sistema Educativo que é essencial para a coesão e dinâmica do Instituto, o que, aliado à crescente valorização académica dos docentes e integração destes nos quadros, permite indicar um futuro promissor para o Instituto e desta forma permanecer como uma escola de referência no ensino da Contabilidade e Administração em Portugal. Quanto à sustentabilidade no ISCAL já existem algumas iniciativas: actualmente, a sustentabilidade faz parte integrante de planos curriculares, existindo, actualmente, no curso de Mestrado de Auditoria uma unidade curricular designada por “Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade”. No âmbito desta unidade curricular, por exemplo existe um blogue “O ISCAL É VERDE”¹⁹ que é público e que tem em vista um desempenho cada vez melhor das organizações, nomeadamente do mundo dos negócios, por aderirem ao «verde». Mas muito há a fazer no ISCAL. Por exemplo, observando o que a Universidade de Harvard fez relativamente ao “quanto” os estudantes de Harvard são “green” seria uma boa ideia para ser replicada no ISCAL.

¹⁹ Blogue “O ISCAL é Verde”. Disponível em: <http://iscalverde.blogspot.com/>

3.AS PRÁTICAS DAS ORGANIZAÇÕES “VERDES”

Resumidamente, no capítulo anterior, foram expostas as principais questões e desafios relacionados com o desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e responsabilidade social, que podemos englobar numa única definição “desenvolvimento sustentável”, para as organizações, para o ensino e para a auditoria, na óptica de que são condicionantes que vêm do seu contexto e que estão fora do “seu controlo”. Neste capítulo, pelo contrário, pretende-se evidenciar a aplicação prática do “verde” nas organizações, ou seja, que está sob o seu domínio.

3.1 - Negócios “verdes” e negócios que querem ser verdes

“De facto, nenhuma empresa pode dar-se ao luxo de ignorar as questões «verdes». Aqueles que as geram com competência construirão negócios mais fortes, mais rentáveis e mais duradouros - e um planeta mais saudável e habitável.”(*in Do Verde ao Ouro*). E isto já é praticado por muitas organizações. Vejamos de seguida como que “boas práticas” concretas.

3.1.1 - Porquê ser “verde”?

O termo "negócio verde" é usado nas discussões de negócios e práticas comerciais que são apresentadas para o ambiente. Para ser considerado um “negócio verde”, a empresa deve usar práticas que são vistas como sustentáveis e ambientalmente amigável. Essas práticas podem incluir a utilização de produtos orgânicos e naturais para construir as suas fábricas, protecções contra as emissões mais rigorosas, entre outras. O objectivo de uma empresa verde é diminuir a sua pegada ecológica²⁰, reduzindo os desperdícios e reutilização de materiais, tanto quanto possível.

Uma questão que é colocada com frequência é se compensa ser “verde”? Hoffman (2008:25) refere que a resposta a uma pergunta destas depende inteiramente de quem a faz e quando a faz. Acrescentando, “a pergunta certa é se existe uma oportunidade económica

²⁰ Pegada Ecológica é uma tradução do Inglês "ecological footprint" e refere-se, em termos de divulgação ecológica, à quantidade de terra e água necessária para sustentar as gerações actuais, tendo em conta todos os recursos materiais e energéticos gastos por uma determinada população. A pegada ecológica é actualmente usada como um indicador de sustentabilidade ambiental. Pode ser usada para medir e gerir o uso de recursos através da economia. É comumente usada para explorar a sustentabilidade do estilo de vida de indivíduos, produtos e serviços, organizações, sectores industriais, vizinhanças, cidades, regiões e nações. Disponível em: <http://www.gesamb.pt/default.asp?CpContentId=156>.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

para uma empresa ser “verde” em comparação com empresas concorrentes e como e quando essa oportunidade se pode concretizar.” Ainda de acordo com Hoffman (2008:40), para algumas empresas é prudente ser a primeira a agir, procurando inovar durante o caminho a percorrer na busca e na criação de oportunidades proporcionadas pelas alterações climáticas. Para outras poderá fazer sentido ser um seguidor rápido, procurando tirar vantagem dos mercados em alteração quando se tem uma maior clarividência sobre como se irão materializar. Para outras ainda, poderá fazer mais sentido ir atrás dos outros e agir quando a maioria o fizer. Por fim, existem algumas empresas para as quais não existe uma estratégia viável a nível climático. As empresas que escolhem ser as primeiras a agir enfrentam os desafios da liderança. Apoio e envolvimento ao mais alto nível são os componentes mais importantes de qualquer estratégia de sucesso. Os líderes ao mais alto nível podem incluir o CEO, gestores seniores e o conselho de administração. Sem este nível de apoio, nenhuma iniciativa terá sucesso.

Hoffman (2008:41) refere que a tarefa mais importante da liderança de topo é estabelecer o sentido de urgência, lidando com o assunto através da apresentação dos motivos porque isso é de extrema importância para o futuro da empresa. A apresentação deve ser estruturada em torno de “fazer o que está certo”, mas tem de ter uma argumentação empresarial evidente na sua essência.

Eric Corey Freed (2009)²¹, responsável pela organicARCHITECT justifica que são muitas as tendências globais que assinalam a necessidade de negócios sustentáveis: as alterações climáticas; o aumento da população, o ritmo alucinante a que se desenvolvem as nações; o esgotamento dos recursos; a degradação ambiental; os custos tóxicos sobre a sociedade; o desaparecimento da biodiversidade; a perspectiva do pico do petróleo, entre outras. Estas tendências estão mais rápidas que nunca, apresentando um novo mundo para os negócios, onde dominam as incertezas. A única certeza é que tornar-se “verde” é a forma correcta de estar no mundo actual em constante mudança e de lidar com as pressões do mercado para que os negócios se tornem mais ecológicos. À medida que a informação se torna mais transparente para os consumidores, investidores e legisladores, segundo Friend (2009:28), maiores são as expectativas para que as empresas se tornem “verdes” .

²¹ Eric Corey Freed é um arquitecto bem conhecido e considerado altamente verde, colaborando n o movimento de construção verde pretendendo que os edifícios sejam parte de um mundo mais sustentável. Disponível em: <http://www.organicarchitect.com/>

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

James Canton, CEO e presidente do *Institute for Global Futures*, numa perspectiva futurista enumera alguns motivos porque no futuro vão ser verdes as empresas, as quais passamos a citar (Quadro 3).

Quadro 3 Porque vão ser verdes as empresas

- Vão ser necessários mais de 100mil milhões de dólares para tratar do ambiente, o que significa que esta será a melhor nova oportunidade do mundo;
- Vários indivíduos e organizações farão fortunas na área da gestão de resíduos, controlo do clima, previsão meteorológica, produtos e matérias-primas renováveis;
- As políticas verdes, uma tendência do futuro, permitirão às empresas demonstrar a sua responsabilidade social;
- A tendência para valores renováveis, limpos, não poluentes e sustentáveis é uma estratégia essencial que as empresas deverão abraçar com autenticidade;
- Os consumidores estão a perceber melhor as questões ambientais e vão comprar de acordo com os seus valores;
- O ambiente representa um novo enquadramento competitivo para produtos, serviços e talentos em todos os mercados do mundo.

Fonte: Canton (2008:190)

Conforme refere Friend (2009:16), segundo Jeff Immelt, o CEO mundial da *General Electric* afirma que: “Verde é verde”. Os dias em que se distinguia “fazer a coisa certa” de “negócios são negócios” estão a chegar ao fim. Os líderes empresariais de amanhã – e os de hoje – procuram os dois objectivos: o sucesso empresarial e os benefícios sociais, resumindo, fazer dinheiro e fazer sentido.

Segundo Canton (2008:191) o “investimento em empresas que estão a desenvolver inovações sustentáveis que possam proteger o ambiente será uma tendência em crescimento no futuro.” Procurando responder à questão: Porquê ser “verde? Fazemos nossa resposta o que foi referido por Canton, ou seja, “o investimento verde será rapidamente uma tendência inovadora no mercado global do século XXI, porque as empresas de amanhã terão vantagens competitivas se possuírem estratégias corporativas ecológicas que possam atrair tanto os investidores como os clientes.”

3.1.2 - As expressões do “verde” nas organizações

Friend (2009:16) citando Eric Corey Freed (2009) refere «O mundo está a mudar rapidamente trazendo para a linha da frente a necessidade da sustentabilidade e de negócios “verdes”» Existem inúmeras definições do que são os negócios “verdes” e o que torna um negócio “verde”. Segundo Friend (2009:16) ,ser “verde” pode significar que uma actividade empresarial:

- Reduz os impactos ambientais negativos;
- Obedece as regulações ambientais;
- Tem uma campanha de marketing “verde” eficiente;
- Publica um relatório sobre a Responsabilidade Social da empresa;
- Tem bons sistemas de gestão ambiental;
- Está certificada pelas normas ISO 14000 ou suas congéneres;
- Consegue sustentar indefinidamente as suas operações no futuro;
- Enriquece o mundo onde actua.

Alguns exemplos interessantes de empresas que actuam nesta dimensão de Sustentabilidade. Anualmente o *Greenpeace*²² divulga uma lista classificando o nível de sustentabilidade das empresas fabricantes de electrónicos (Anexo 1). Não que sejam 100% corretas, mas são as empresas de tecnologia mais preocupadas com o meio-ambiente. Em 2010, a Nokia lidera o *ranking* atingindo a maior nota do ranking (6,9), graças ao programa de colecta de celulares inactivos. De facto a fabricante finlandesa de aparelhos celulares Nokia é a empresa do sector de electrónicos mais “verde” do mundo. Mantém a liderança pela terceira edição consecutiva do ranking. Segundo o *Greenpeace*, a Nokia destacou-se nos critérios de avaliação de produtos químicos tóxicos e de energia. Os interesses da Nokia dependem da conformidade da empresa com os mais altos padrões de conduta de negócios e pretendendo estar entre as principais empresas do mundo no que diz respeito às práticas responsáveis. A Nokia examina a sua cadeia de valor e o ciclo de vida dos seus produtos em busca de corresponder e superar as expectativas. Os valores são comunicados através dos funcionários, cujas práticas reflectem o Código de Conduta da Nokia. Em 2006, a Nokia fechou um acordo com a *Scottish and Southern Energy* para o fornecimento

²² A Greenpeace é uma organização mundial cujo objectivo é mudar atitudes e comportamentos, para defender o meio ambiente promover a paz. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/portugal/pt/>

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

de 100% da energia de suas operações no Reino Unido, a partir de electricidade verde (Anexo 2). A Nokia pretende suprir 50% de suas necessidades energéticas com electricidade verde em 2010.

Outras empresas como a Ford, a Nike e a Unilever são exemplos de que a economia realmente está preocupada com o futuro do planeta. A Ford desenvolveu uma tecnologia para pintar os automóveis com apenas uma camada ao invés de três e, com isso, eliminou 15% da emissão de CO₂ e 10% de emissões de outros compostos gasosos orgânicos. A Nike, por sua vez, criou a linha *Considered* que utiliza materiais recicláveis como algodão, poliéster e borracha.

Um outro exemplo de empresa que atua nesta dimensão de sustentabilidade é a Renault. Em 1991, identificou uma oportunidade de negócios na reciclagem de veículos descartados e desenvolveu uma estratégia para aproveitá-la. Em 2007, lançou o programa Renault ECO2, baseado numa grande análise de ciclo de vida de seus produtos. Este programa consiste numa certificação que garante que veículos com esse selo são produzidos numa fábrica com certificação ISO 14001, possuem emissões de CO₂ inferiores a 140 g/km se o veículo for movido a gasolina ou nível compatível para biocombustíveis, e são valorizáveis em 95 % em fim de vida, além de utilizar na sua composição pelo menos 5 % de material plástico reciclado. Para tal, a empresa actuou junto dos seus fornecedores e também junto de empresas de reciclagem de veículos para chegar a este resultado.

Citando Lordello (2009):

[...] deixando a utopia de lado, não é que grandes empresários de uma hora para outra se tornaram ambientalistas e passaram a defender a preservação ambiental. As chamadas empresas “verdes” são muito mais económicas e, portanto, muito mais lucrativas. Fora isso, este ambientalismo promovido é um excelente marketing em uma época em que as pessoas realmente estão deixando de usar produtos daqueles que atingem negativamente o meio-ambiente.

3.2 - A situação particular da contabilidade e do relato

Na área de gestão e relatório ambiental, nos últimos anos foram feitos progressos. Grande parte deste progresso, conforme citado por Kraemer referindo-se a Gray (2003), deve-se a iniciativas do sector empresarial e ao considerável apoio dado pela comunidade profissional da contabilidade. Segundo o mesmo autor, a contabilidade tem se mobilizado na direcção do bem-estar social. A sua função não pode se restringir a fornecer informações para a melhor alocação dos recursos económicos, visando unicamente à maximização da riqueza empresarial.

As empresas estão compelidas a manter a sociedade informada acerca de sua relação com o meio ambiente e das providências que adoptam com o objectivo de preservá-lo. Trata-se, portanto, de uma postura baseada na consciência de que não se pode admitir progresso económico ao preço da degradação ambiental. A contabilidade deve incluir a informação sobre o meio ambiente porque a não inclusão dos custos e obrigações ambientais distorcerá tanto a situação patrimonial como a situação financeira e os resultados da empresa.

A contabilidade, entendida como meio de fornecer informações, deverá responder atendendo aos *stakeholders* na actuação das empresas sobre o meio ambiente, auxiliando no processo de tomada de decisão, além das obrigações para com a sociedade no que se refere à responsabilidade social e à questão ambiental. Nesse sentido, a Contabilidade não pode ignorar os problemas ambientais e sociais, porque ela forma um elo de ligação entre as empresas e a comunidade. A Contabilidade deverá despertar o interesse para as questões ambientais, ajudando a classe empresarial a implementar, na sua gestão empresarial a variável ambiental, não apenas para constar na legislação, mas para uma verdadeira conscientização ecológica.

Segundo Kraemer referindo Sá (2002), “o contabilista, precisa estar presente neste novo cenário, com disposição e competências necessárias para cooperar com a preservação do planeta, prosperidade das sociedades e valorização do homem. Deverá ser o agente capaz de disseminar a responsabilidade social na sua organização e nas empresas a quem presta serviços. É ele o detentor de informações ricas e privilegiadas, e capaz de influenciar positivamente as organizações e contribuir para a tomada de decisões”.

4. TENDÊNCIAS FUTURAS

Segundo um estudo das Nações Unidas publicado no artigo Empresas na “corrida ao crescimento verde”, oitocentas empresas mundiais estão a redefinir a sua estratégia até 2020, apostando na sustentabilidade, no que é visto como um factor de diferenciação para os consumidores. Na última década, várias empresas têm identificado uma nova oportunidade de negócio que lhes permite poupar recursos, dar cartas na inovação tecnológica e recuperar a confiança dos consumidores: a sustentabilidade. Querem ganhar esta “corrida” num horizonte que vai dos cinco aos 20 anos. “Acabaram-se os imperativos morais para ser amigo do Ambiente. Hoje, a sustentabilidade passou a ser um factor de diferenciação para os consumidores”, mencionou Bruno Berthon, director dos Serviços de Sustentabilidade da *Accenture*, na 10.^a conferência anual BCSD Portugal, que decorreu em Setembro de 2010 no Centro de Congressos do Estoril. Nunca como agora foi tão grande a crença das multinacionais nos benefícios da sustentabilidade, asseguram os autores do estudo "A nova era da sustentabilidade", da plataforma das Nações Unidas *Global Compact* - que reúne empresas comprometidas com dez princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, ambiente e anticorrupção - e a *Accenture*, divulgado no final de Junho. Dos 800 presidentes dos conselhos de administração (CEO) inquiridos no estudo, de 25 sectores de actividade em mais de cem países, 93 % afirmou que a sustentabilidade será fundamental para o futuro sucesso das suas empresas. Há três anos, essa percentagem era de apenas 51 %. Alfredo Sáenz, CEO do Santander, chama ao momento “a tempestade perfeita para a indústria”. Na verdade, 80 % dos CEO considera que a crise aumentou a importância da sustentabilidade no topo da agenda das empresas. Apenas 12 % reconheceu que reduziu o investimento em produtos mais “verdes”.

No mapa mundial, as regiões onde as empresas citam a sustentabilidade como muito importante para o seu sucesso futuro são a América Latina (78 %) e África (60 %). Na Europa, a percentagem é de 48 %. A tendência já está lançada.

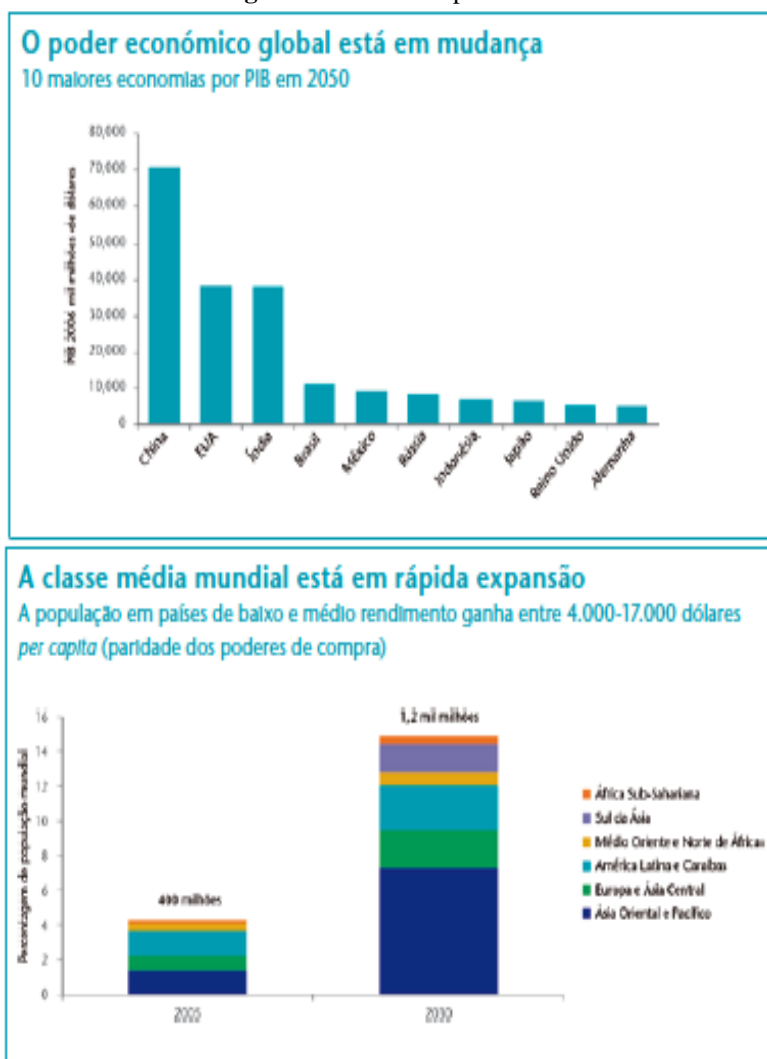
De acordo com o projecto *Visão 2050* (2008:37) do BCSD, “o caminho em direcção a um futuro mais sustentável apresenta amplas oportunidades, numa série de segmentos de negócio, à medida que os desafios globais se tornam nos motores estratégicos chave das

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

empresas, ao longo da próxima década (...) Daqui a apenas 40 anos, cerca de mais 30% de pessoas vão habitar este planeta”. Acrescenta ainda que para as empresas, a boa notícia é que este crescimento implica milhões de novos consumidores que querem casas, carros e televisores. A má notícia é que a diminuição dos recursos e a potencial alteração climática vão limitar a possibilidade dos 9 mil milhões de pessoas obterem ou manterem o estilo de vida consumista compatível com a prosperidade dos actuais mercados ricos.

Segundo a mesma fonte, de acordo com as estimativas das Nações Unidas, entre hoje e 2050 prevê-se que a população mundial aumente de 6,9 mil milhões para mais de 9 mil milhões, sendo que 98% deste crescimento se vai verificar no mundo em desenvolvimento e emergente.

Figura 8 - Panorama para 2050



Fonte: BCSD, *Visão 50* (2008:2)

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Segundo o projecto *Visão 2050* (2008:10) do BCSD, as empresas representam um papel fundamental na informação sobre o desenvolvimento de estruturas, políticas e inovações. Empresas, decisores e clientes experimentam formas de tornar a vida sustentável mais fácil, melhorando o bem-estar humano. Os produtos e serviços que traduzem desejos e valores de estilos de vida e comportamentos sustentáveis são cada vez mais concebidos através da colaboração entre empresas e consumidores. As empresas e os governos irão dar o seu melhor no sentido de colocar a sustentabilidade nas mentes dos consumidores e isto irá ter um efeito positivo.

Porém, o êxito vai precisar de mais do que impressionantes campanhas de serviço público. Os governos terão de encorajar os mercados na direcção certa, com requisitos como a reciclagem, normas, impostos, subsídios e outros incentivos e castigos.

Ao nível da educação, ainda de acordo com o WBCSD, a educação é fulcral para a economia do futuro, centrada nos serviços e nas baixas emissões de carbono. Sem acesso a mão-de-obra com qualificações adequadas, as empresas não podem funcionar com sucesso. A educação é essencial para a criação de sociedades sustentáveis. Esta confere poder às pessoas e ajuda-as a tomar decisões mais conscientes, melhora a saúde, aumenta o rendimento dos lares e também reduz as taxas de criminalidade e natalidade. Adianta ainda, a sustentabilidade irá estar impregnada nos conteúdos educativos, o que ajudará a encorajar uma mudança no modo como as pessoas vêem os seus ambientes sociais, tecnológicos, ambientais e políticos. No ensino superior, as pessoas serão formadas com capacidades técnicas que lhes permitam lidar com descobertas tecnológicas e questões globais. As empresas irão descobrir mais talentos formados em novas energias, tecnologias ambientais e ciências da natureza, bem como em integração de sistemas e inovação aberta. Os programas curriculares dos MBAs irão equilibrar a importância do desempenho com mais conteúdo de ética, ciências políticas, desenvolvimento internacional e antropologia. O nível educativo mais elevado em muitas economias emergentes irá continuar a permitir às empresas recrutar talentos com uma variedade de antecedentes e cultura mais abrangente.

Ao nível da auditoria, segundo a OROC, tendencialmente, os relatórios de sustentabilidade virão a ser integrados no relatório e contas anual, constituindo uma secção própria e específica do mesmo. Esta prática já vem sendo seguida por diversas empresas,

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

especialmente nos países nórdicos, e a sua generalização é considerada extremamente provável. Adianta ainda que, “o caminho a percorrer é longo e árduo, mas inevitável e compensador. Contrariamente a outras matérias, é nos países do norte da Europa, e não nos Estados Unidos da América, que as práticas de desenvolvimento sustentável, e a publicação de relatórios de sustentabilidade, se encontram mais desenvolvidas e constituem um exemplo a seguir. A consciência cívica de que as práticas actuais tornam insustentável o mundo em que vivemos, encarregar-se-á de penalizar as empresas socialmente irresponsáveis.”. Relativamente, à auditoria refere ainda “obviamente, os mercados financeiros, atentos a estas realidades, encontram nos relatórios de sustentabilidade, adequadamente credenciados por relatórios de *assurance* emitidos por auditores independentes, uma fonte de informação privilegiada para qualificar, quantificar e priorizar os investimentos financeiros, assim como para providenciar o custo e a cobertura dos respectivos riscos.”

Segundo Idar Kreutzer, *Storebrand* ASA, “A sustentabilidade irá tornar-se numa força motivadora determinante para todas as nossas decisões de investimento.”

III PARTE – RELATÓRIOS E RELATOS DE SUSTENTABILIDADE

5. O SISTEMA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

Actualmente, basta um clique para aceder à mais vasta informação sobre os mais variados temas, actividades, instituições, produtos e serviços. Nesta constante evolução, é importante que as organizações sejam reconhecidas e para tal há que utilizar a comunicação e a informação como ferramentas de gestão empresarial e demais organizações de modo a chegarem de forma eficaz aos seus *stakeholders*. Neste capítulo vamos debruçar-nos sobre o sistema de informação e comunicação das organizações e avaliar de que forma os relatórios, em particular os de sustentabilidade, se inserem nele.

5.1 - Âmbito do sistema

Como já referido anteriormente, uma organização em actividade é, por natureza, um sistema aberto²³ e interactivo suportado por uma rede de processos articulados, onde os canais de comunicação existentes dentro da empresa e entre esta e o seu meio envolvente são irrigados por informação. De acordo com Braga (2000:2), actualmente as organizações estão rodeadas de um meio envolvente bastante turbulento com características diferentes do que acontecia em tempos e os gestores apercebem-se de que, em alguns casos, a mudança é a única constante. Para Braga (2000:2) *apud* Heraclito “não há nada mais permanente do que a mudança” e refere ainda Braga (2000:2) *apud* Drucker (1993) "desde que me lembro, o mundo dos gestores tem sido turbulento (...) certamente até muito turbulento, mas nunca como nos últimos anos, ou como será nos mais próximos."

Braga (2000:2) menciona ainda que: “o turbilhão de acontecimentos externos obriga as organizações a enfrentar novas situações, resultado de mudanças nas envolventes da sua actividade e que constituem ameaças e/ou oportunidades, fazendo com que tomar decisões hoje, exija a qualquer empresário ou gestor estar bem informado e conhecer o mundo que o rodeia.” Acrescentando que o aumento da intensidade da concorrência e da complexidade do meio ambiente fazem sentir, no mundo empresarial, a necessidade de obter melhores recursos do que os dos seus concorrentes e de otimizar a sua utilização. Assim, a empresa ao actuar num mundo global está em estado de "necessidade de informação" permanente, a vários níveis, pelo que a informação constitui o suporte de uma organização e é um

²³ Sistemas Abertos: o sistema pode ser aberto ou fechado, os abertos permutam com o seu ambiente, informação, energia ou material.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

elemento essencial e indispensável à sua existência. A aceitação deste papel, pelos dirigentes de uma organização, pode ser um factor importante para se atingir uma situação de excelência: quem dispõe de informação de boa qualidade, fidedigna, em quantidade adequada e no momento certo, adquire vantagens competitivas mas a falta de informação dá origem a erros e á perda de oportunidades.

Para Guedes (2008:44) *apud* Cohn

[...] a informação não se refere a conteúdos, mas sim ao modo como estes entram (ou não) na circulação, pela comunicação. Nestes termos, a informação não diz respeito à transmissão de conteúdos. O seu domínio é o da selecção daquilo que terá valor significativo e que, com base nesse valor, constituirá o campo dos conteúdos aptos a integrarem a comunicação.

Segundo Chiavenato (2000:142), “comunicação é a troca de informações entre indivíduos (...) para que haja comunicação é necessário que o destinatário da informação a receba e a compreenda. A informação simplesmente transmitida, mas não recebida, não foi comunicada.”

De um modo simples, a comunicação pode ser representada do seguinte modo (Figura 9). Estes três elementos são essenciais na comunicação. Na ausência de um destes, a comunicação não se concretiza.



Figura 9 Elementos essenciais na comunicação

Segundo Costa (2008:72) *apud* Carvalho e Serafim (2001) “na perspectiva empresarial, a comunicação pode ser caracterizada como sendo a transmissão de ideias, visando integrar um grupo de trabalho na compreensão e execução dos objectivos da unidade.”

Para Costa (2008:73) *apud* Goldhaber (1990) a comunicação organizacional, define-se como:

[...] um processo dinâmico por meio do qual as organizações se relacionam com o meio ambiente e por meio do qual as subpartes da organização se conectam entre si

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

(...) é muito mais do que interagir só com o público interno da organização ou com o público externo, já que ocorre em sistemas abertos que são influenciados e influenciam o seu ambiente externo e interno.

Na Figura 10, podemos observar um esquema da comunicação organizacional.



Figura 10 Comunicação Organizacional

Fonte: Adaptado de Goldhaber, 1990

A comunicação organizacional deve ser encarada e definida de forma global, tal como a caracteriza Costa (2008:74) *apud* Mariluz Restrepo, que considera que “a comunicação organizacional integra todas as acções da organização permitindo a construção da sua cultura, da sua identidade e da sua imagem e marcando um estilo próprio.” A comunicação organizacional subdivide-se em:

- Interna, direccionada para funcionários e colaboradores da empresa e funciona como factor de mobilização e motivação. Por meio da comunicação interna torna-se possível estabelecer canais que possibilitem o relacionamento ágil e transparente da direcção da organização com o seu público interno e entre os próprios elementos que integram este público.
- Externa, dirige-se aos clientes, consumidores, fornecedores, accionistas, concorrência, sociedade, meios de comunicação social, governo e funciona como factor de valorização dos produtos, serviços ou marcas face aos clientes.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Poderemos considerar o sistema de “comunicação” como mais um dos sistemas internos de qualquer organização. Conforme refere Costa (2008:75) *apud* Oliveira (2004):

A comunicação organizacional é um elemento que cruza todas as acções da organização e que configura, de forma duradoura, a construção da sua cultura e identidade; cuja função é promover a coesão interna em torno dos valores e da missão da organização, aumentar a visibilidade pública da organização e divulgar os seus produtos e serviços. E que articula e integra as várias linguagens que compõem a comunicação de uma organização: publicidade, relações publicas, entre outras e que devem estar harmonizadas de forma a estabelecer uma linguagem única da organização, o que permite uma comunicação eficaz.

A seguinte Figura 11 mostra-nos a ligação recíproca da organização com os seus diferentes públicos.



Figura 11 A organização e os diferentes *stakeholders*
Fonte: CEBDS

De acordo com Costa (2008:74) *apud* Cardoso (2006), actualmente, o papel da comunicação é servir de suporte para um modelo de gestão bem estruturado e com capacidade de levar a empresa a enfrentar desafios cada vez mais competitivos de uma sociedade que se torna mais exigente em qualidade e direitos.

5.2 - A sustentabilidade na comunicação das organizações

A necessidade de comunicar a sustentabilidade não é, apenas, uma resposta às crescentes exigências que pressionam as empresas a serem transparentes sobre o seu desempenho e actividades, mas representa também o futuro enquadramento da gestão empresarial, segundo o WBCSD. Comunicar o desenvolvimento sustentável é um tema em evolução não existindo actualmente, como acontece na informação financeira, um padrão globalmente aceite e utilizado. O que aqui nos propomos averiguar é saber o espaço ocupado pela “sustentabilidade” nesse sistema de comunicação, partindo da asserção feita pela WBCSD: a comunicação relativa ao desenvolvimento sustentável é uma forma de as organizações divulgarem abertamente os seus valores, objectivos, princípios e desempenho, tornando-se mais fácil construir uma relação de confiança entre a organização e os *stakeholders*.

A comunicação da sustentabilidade permanece como um acto voluntário, contudo a realidade tende a alterar-se com a introdução da obrigatoriedade de publicar informação relativa a esta vertente, tal como acontece na França, Alemanha e Países Nórdicos (WBCSD, 2007). De acordo com a comunicação da Comissão das Comunidades Europeias, sobre a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável:

[...] todas as empresas cotadas na Bolsa, com pelo menos 500 colaboradores, serão incentivadas a comunicar o seu desempenho, segundo as três vertentes: económica, social e ambiental, nos seus relatórios anuais (COM, 2001-B)

Para além disso, vários códigos de conduta e desenvolvimentos normativos estão a funcionar como promotores da transparência corporativa tais como: GRI, as directrizes da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) e o *UN Global Compact*, entre outros.

Começemos por ver a sustentabilidade no sistema de informação aprofundando o que as empresas, ao assumirem uma nova consciência ambiental e social, estão gradualmente a modificar na sua actuação, nomeadamente a reconhecer os benefícios de passar do mero cumprimento da imposição legal para uma abordagem baseada na sustentabilidade,

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

prestando atenção aos *stakeholders* e não unicamente aos *shareholders*²⁴.

A escolha pela sustentabilidade deve estar explícita nas campanhas e nas mensagens-chave, ou seja, na estratégia de cada empresa. Num estudo, realizado em 2008 pela CEBSD²⁵, concluiu-se que a comunicação e a sustentabilidade relacionam-se em três dimensões (Figura 12):

- Comunicação da sustentabilidade;
- Comunicação para a sustentabilidade;
- Sustentabilidade da comunicação;

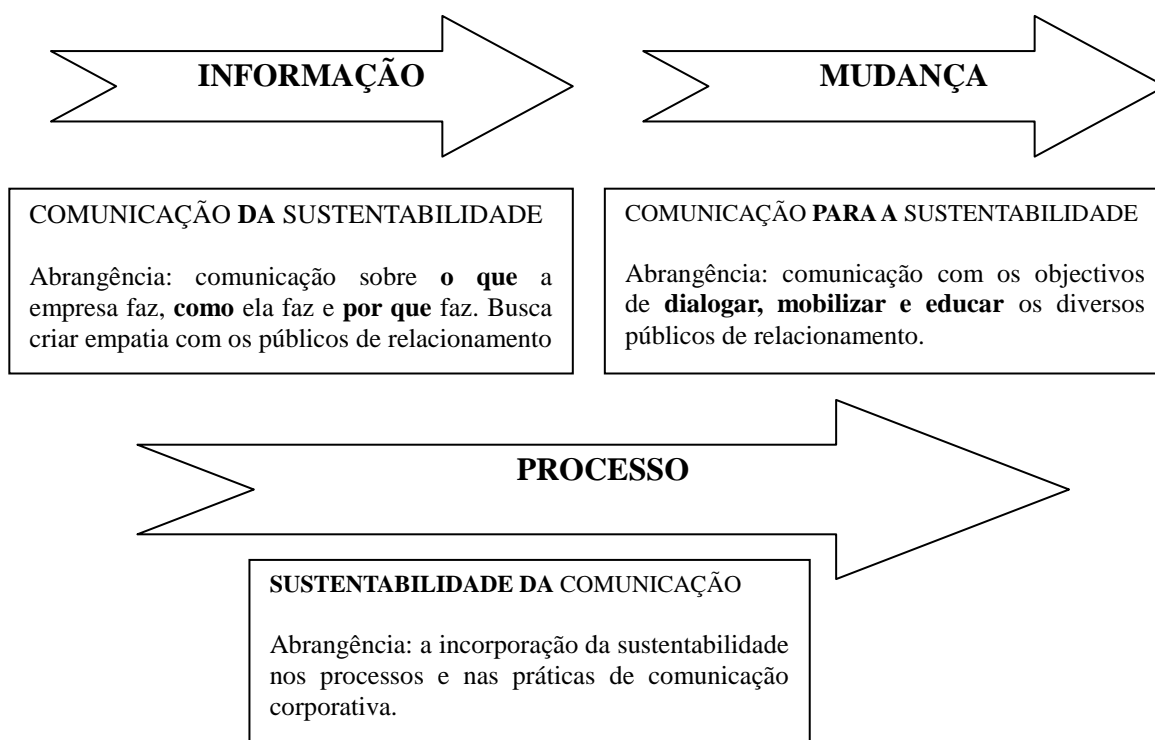


Figura 12 Comunicar a Sustentabilidade em três dimensões

Fonte: CEBSD

Intrinsecamente relacionadas durante todo o processo de comunicação, as três dimensões demonstram que o mais importante é a coerência entre a realidade da empresa e o que ela comunica. Reforçando a afirmação, a comunicação é, portanto, um sistema interno no suporte a outras áreas e a diferentes processos, necessários às empresas em busca da

²⁴ O termo “Shareholders” significa accionistas, é um termo utilizado para designar todos aqueles que possuem parte da organização.

²⁵ O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBSD) fundado em 1997, é uma associação dos maiores e mais expressivos grupos empresariais do Brasil. Representante do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), que conta com a participação de 185 grupos multinacionais. O CEBS assumeu o desafio de criar condições no meio empresarial e nos demais segmentos da sociedade para que haja uma relação harmoniosa entre as três dimensões da sustentabilidade - econômica, social e ambiental.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

sustentabilidade. Executada correctamente, a comunicação do desenvolvimento sustentável pode demonstrar aos grupos de interesse que a empresa está honestamente a esforçar-se por atingir os valores de desempenho e as expectativas destes grupos, a nível financeiro, ambiental e social.

De acordo com a OROC, a diversidade dos *stakeholders* representa por si só um desafio, na medida em que todos têm necessidades específicas de informação, competindo às organizações encontrar o equilíbrio entre o que estes pretendem saber e a informação prática e viável de comunicar.

As necessidades e expectativas são bastante diferentes de um grupo de interesse para outro e de sector de actividade para sector de actividade, no entanto, os elevados padrões de ética, transparência, sensibilidade e responsabilidade são, indiscutivelmente, cada vez mais valorizados pelas diferentes partes interessadas que interagem com a empresa, (Anexo 3). Passamos a citar o que as empresas referem quanto à importância do diálogo com os *stakeholders*:

A Henkel encara o diálogo com os seus grupos de interesse como um desafio e uma fonte de ideias novas para conduzir mais a companhia para a sustentabilidade. Sempre aplicamos um princípio básico: comunicamos aberta e activamente, mesmo quando cometemos erros.

O diálogo com as partes interessadas internas e externas à empresa cria mais ocasiões para o Grupo Proventia melhorar o seu desempenho comercial. São vários os benefícios que tiramos desse envolvimento com os clientes, o pessoal, os accionistas, os fornecedores e outros parceiros importantes.

Na publicação feita pela BCSD referente à forma como comunicar o desenvolvimento sustentável, concluiu-se que uma matriz das partes interessadas pode ajudar a empresa a determinar quais os grupos de interesse mais importantes, para além dos colaboradores. Segundo a mesma fonte, os grupos de interesse podem ser identificados e categorizados numa matriz de dois eixos (Figura 13): o nível de influência versus o nível de interesse. Os grupos de partes interessadas que surgem na alínea D (grupos de interesse que exercem uma forte influência e estão muito empenhados) deveriam ser o alvo principal dos esforços de comunicação da empresa e esta deve mostrar como toma em consideração as opiniões

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

que proferem, quando lida com as questões do desenvolvimento sustentável. Para além disso, os seus interesses devem ser considerados nas estruturas governativas da empresa.

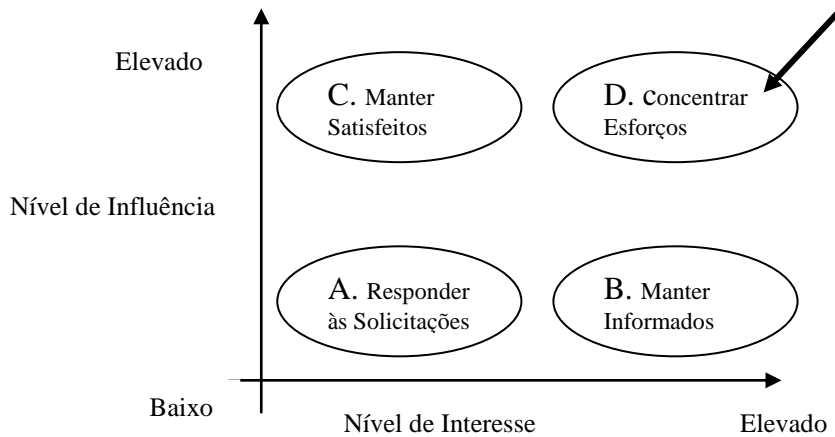


Figura 13 Matriz dos Grupos de Interesse

Fonte: Comunicar o Desenvolvimento Sustentável – Encontrar o Equilíbrio

Com o sentido de alcançar o equilíbrio as organizações assumem o seu posicionamento com a sustentabilidade necessitando de ganhar a confiança de todos com quem se relacionam (Figura 14).

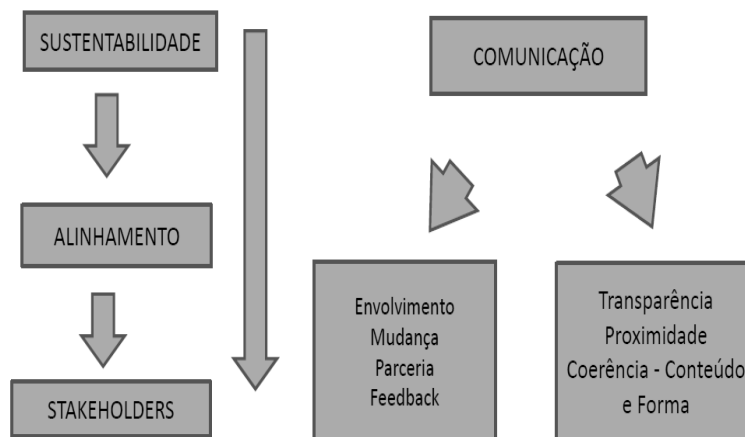


Figura 14 Comunicar a Sustentabilidade nas organizações

Fonte : Glocal Conferência agenda 21 local 2010

A sustentabilidade é a assunção de novos valores que devem estar presentes na comunicação: diversidade, transparência, noção de interdependência, respeito aos outros e ao ambiente. A comunicação deve incorporar esses valores garantindo assim a confiança

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

dos *stakeholders*. Para que exista comunicação deve garantir-se um conjunto de princípios que garantam a qualidade da mesma. Assim, a comunicação deve ser:

☞ Quanto ao conteúdo – qualidade da informação

- ✓ pontual
- ✓ verdadeira
- ✓ relevante
- ✓ específica e sem ambiguidades, especialmente nas comparações

☞ Quanto à apresentação – o modo como a informação é transmitida

- ✓ linguagem clara
- ✓ informação objectiva e relevante
- ✓ símbolos e gráficos claros e relevantes

Segundo o WBCSD, para além de outros benefícios internos e externos, só o facto de elaborar um relatório é em si benéfico para as empresas, uma vez que é uma tarefa que requer uma abordagem sistemática do desenvolvimento sustentável, tornando-o numa parte integrante do processo de aprendizagem dentro da organização. Os benefícios da comunicação da Sustentabilidade Empresarial são os seguintes:

- ✓ Transparência
- ✓ Melhorar a reputação
- ✓ Criar valor financeiro
- ✓ Atrair capital a longo prazo e condições de financiamento favoráveis
- ✓ Consciencializar, motivar, solidarizar os colaboradores e atrair talentos
- ✓ Manter a licença para operar
- ✓ Melhorar os sistemas de gestão
- ✓ Incremento do diálogo interno
- ✓ Consciencialização do risco
- ✓ Encorajar a inovação
- ✓ Melhoria contínua

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Transparência – a comunicação do desenvolvimento sustentável canaliza a informação pertinente para os respectivos grupos de interesse favorecendo a visibilidade corporativa e a demonstração de transparência. A informação é um elemento imprescindível para consolidar, manter e dar forma ao compromisso com os interessados, permitindo enfatizar as contribuições sociais e ecológicas das organizações e as “propostas de sustentabilidade” dos seus produtos e serviços. A própria elaboração dos relatórios permite antecipar a identificação de aspectos que possam vir a originar conflitos com a comunidade, colaboradores, parceiros ou organismos reguladores

Reputação – as empresas dão uma importância cada vez maior às suas relações externas uma vez que estas constituem um factor fundamental para o sucesso empresarial. A transparência e o diálogo aberto sobre actuação passada e sobre os planos futuros ajuda a reforçar as relações, inspirando mais confiança e consolidando a reputação das empresas, o que a longo prazo, contribuirá para um crescimento do valor da marca, da quota de mercado e da fidelização do cliente.

Criação de valor financeiro – o relato da sustentabilidade tende a reflectir a capacidade e rapidez das empresas em melhorarem a longo prazo o valor para o accionista através da mensuração dos activos intangíveis.

Atracção de capital e condições de financiamento favoráveis – comunicar o desenvolvimento sustentável pode ajudar a reduzir a instabilidade na cotização das acções das empresas e justificar prémios de baixo risco com empresas financeiras e seguradoras. Uma informação mais exhaustiva e periódica, que inclua no momento tudo aquilo que os analistas solicitam aos gestores, pode indicar uma maior estabilidade financeira para a organização ao evitar flutuações no comportamento dos investidores devido a declarações inesperadas.

Consciencialização, motivação e captação de talentos – o relato da sustentabilidade pode ajudar a demonstrar que a empresa respeita valores e princípios relacionados com questões ambientais e sociais, aumentando a motivação dos actuais trabalhadores e promovendo a empresa no mercado laboral.

Manter a licença para operar – o relato da sustentabilidade proporciona uma base sólida para o diálogo e discussão com as partes interessadas, contribuindo para manter ou reforçar a “licença” para operar.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Melhoria dos sistemas de gestão - a comunicação do desenvolvimento sustentável pode encorajar e facilitar a implementação de sistemas de gestão mais rigorosos e fiáveis, para melhorar a gestão dos impactos ambientais, económicos e sociais. Indirectamente pode promover melhorias na eficiência da empresa através da racionalização e controlo de custos.

Incremento do diálogo interno - a elaboração de relatórios de sustentabilidade manifesta-se como um instrumento para vincular relações habitualmente isoladas e diferenciadas das empresas (finanças, marketing, investigação) de modo mais estratégico, possibilitando um diálogo interno que de outra forma seria impossível.

Consciencialização do risco - a comunicação do DS pode espelhar o modo como a empresa gere o risco, permitindo a antecipação de regulamentação ambiental e social antes da sua entrada em vigor, promovendo consequentemente a sua redução.

Inovação – o relato pode estimular o pensamento e o desempenho inovadores, ajudando a empresa a manter-se competitiva, pois incentiva as organizações a desenvolverem novos produtos e processos que reduzam danos ambientais sobre o ciclo de vida do produto ou do serviço.

Melhoria contínua - a gestão eficaz numa economia global requer uma focalização pró-activa, constituindo a medição do desempenho, tanto passado como previsional, uma ferramenta de gestão essencial. O relato da sustentabilidade favorece a melhoria e a aprendizagem contínua, para além de estimular a gestão de topo a tomar medidas progressivas e contínuas no tempo.

Apesar dos benefícios assinalados, para alguns, os relatórios de sustentabilidade podem originar alguns inconvenientes, relacionados com a própria actividade e gestão deficiente dos aspectos ambientais e sociais da empresa, uma vez que a sua actuação é colocada sob os focos da opinião pública. A comunicação torna a empresa mais transparente e, por conseguinte, exposta a mais críticas e riscos, pois a informação disponibilizada pode ser usada contra a empresa por organismos de controlo público, entidades reguladoras, concorrentes, sindicatos, grupos ecologistas ou interesses locais. Caso a informação divulgada seja incorrecta mas simultaneamente benéfica para a imagem da empresa, esta poderá ser acusada de publicidade enganosa ou fraude. A produção do próprio relatório

pode originar custos significativos, tanto em recursos humanos como financeiros, sendo necessário algum tempo para criar sistemas de recolha de dados adequados aos novos parâmetros. Esta é a razão porque as empresas tendem a divulgar os temas com que estão familiarizadas, uma vez que comunicar sobre novos tópicos requer o desenvolvimento de sistemas para compilar a informação necessária, o que pode tornar-se muito dispendioso e demorado.

A tendência é evoluir para um verdadeiro canal de comunicação e diálogo com todos os *stakeholders* de forma transparente.

5.3 - Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Financeiros

Do que vimos expondo decorre que o poder crescente das empresas numa economia globalizada acarreta responsabilidades acrescidas, nomeadamente de transparência e *accountability*. À medida que as empresas vão evoluindo no desenvolvimento de uma estratégia ambiental, o interesse em avaliar e comunicar os seus progressos neste domínio também vai aumentando. Os *stakeholders*, procuram obter informação acerca do desempenho ambiental e social das empresas, reconhecendo que a informação normalmente disponibilizada acerca do desempenho financeiro apenas dá uma visão parcial da sustentabilidade da empresa. Vejamos de seguida uma leitura sobre relatórios.

5.3.1 - Relatórios financeiros na perspectiva da sustentabilidade

A forma mais generalizadamente utilizada pelas empresas para comunicar a informação ambiental consiste na preparação e divulgação de Relatórios de Sustentabilidade. Contudo, a informação não financeira sobre a actuação relativa à sustentabilidade, sobretudo informação de carácter ambiental e relativa às práticas de governo, já se encontra nos principais modelos de relatórios financeiros. Assiste-se a uma nova fase nas tendências de relato empresarial em que as empresas começam a fundir os seus relatórios financeiros e os relativos à sustentabilidade num único relatório anual. Sobre esta matéria é-nos possível elaborar uma sistematização, onde se considera o seguinte:

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

- Relatórios financeiros e relatórios de sustentabilidade
- Relatórios obrigatórios e facultativos
- Relatório integrado

a) Relatórios financeiros e relatórios de sustentabilidade

Geralmente as tendências económicas, ambientais e sociais são incluídas nos capítulos dos relatórios financeiros dedicados ao estudo e análise das oportunidades e riscos futuros, em torno de parâmetros como a formação de capital humano, inovação, o governo da sociedade, a gestão de riscos e a responsabilidade ambiental. Conceitos como a vulnerabilidade perante mudanças nas normas ambientais ou em convenções laborais internacionais são conceitos a considerar no que concerne à capacidade de continuidade das empresas pois podem afectar a capacidade de desenvolvimento da empresa ou prejudicar a sua reputação e valor. A informação constante nos relatórios financeiros e a relativa a aspectos que caracterizam a sustentabilidade, incluída ou não nos relatórios financeiros, tem carácter complementar e enriquece-se mutuamente, permitindo considerar na avaliação empresarial aspectos que saem do âmbito tradicional da análise financeira.

São muitas as organizações em que existem os dois tipos de relatórios, como mostra, o exemplo da Galp Energia no ano 2009:

GALP ENERGIA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2009	
01 - Mensagens	6
02 - Enquadramento	10
03 - Os desafios energéticos e a Galp Soluções de Energia	20
04 - Um operador integrado de energia	26
05 - Energias renováveis e biocombustíveis	34
06 - Eficiência energética e mobilidade sustentável	44
07 - Inovação, tecnologia e relação com a comunidade científica	58
08 - Ambiente, qualidade e segurança	80
09 - Integrar, motivar e desenvolver o potencial dos colaboradores	106
10 - Responsabilidade empresarial	114
11 - Fundação Galp Energia	130
12 - Anexos	140
Anexo I - Verificação externa	141
Anexo II - Indicadores GRI	142
Anexo III - Lista de acrónimos	146

Fonte: Relatório de Sustentabilidade Galp Energia 2009

GALP ENERGIA RELATÓRIO & CONTAS 2009	
01 - A Galp Energia	6
A Galp Energia no mundo	8
Mensagem do conselho de administração	10
Estratégia	14
Principais indicadores	18
02 - Actividades	20
Envolvente de mercado	22
Exploração & Produção	26
Refinação & Distribuição	48
Gas & Power	63
03 - Desempenho financeiro	74
Sumário executivo	76
Análise de resultados	76
Investimento	83
Análise da estrutura de capital	84
04 - Riscos principais	86
Riscos enfrentados pela Galp Energia	88
Política de gestão de riscos	99
05 - Compromisso com a sociedade	100
Governança	102
Responsabilidade social	115
Recursos humanos	117
Segurança, saúde e ambiente	120
Qualidade	124
Inovação	126
06 - Anexos	130
Proposta de aplicação de resultados	131
Informação adicional	131
Contas consolidadas	134
Relatórios, opiniões e pareceres	212
Glossário e abreviaturas	216

Fonte: Relatório e Contas Galp Energia 2009

b) Relatórios obrigatórios e facultativos

O art.º 65.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) determina que os membros da administração²⁶, devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade²⁷ o relatório de gestão, as contas do exercício e os demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos a cada exercício anual²⁸. O art.º 66.º do CSC estabelece os elementos básicos e essenciais que o relatório de gestão deve conter, referindo que deverá ser efectuada uma exposição fiel e clara sobre a evolução dos negócios e a situação da sociedade. O n.º 2 desse articulado determina que o relatório de gestão deve indicar a evolução da gestão nos diferentes sectores de que a sociedade exerceu actividade, designadamente no que respeita a condições de mercado, investimentos, custos, proveitos e actividades de investigação e desenvolvimento, os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício, a evolução previsível da sociedade, e, além de outra informação, uma proposta de aplicação de resultados devidamente fundamentada. De notar que este último articulado já foi recentemente alterado pelo Decreto-Lei n.º 88/2004, de 20 de Abril, no sentido de o órgão de gestão descrever os objectivos e as políticas da sociedade em matéria de gestão dos riscos financeiros, bem como a exposição por parte da sociedade aos riscos de preço de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa, quando materialmente relevantes para a avaliação dos elementos do activo e do passivo, da posição financeira e dos resultados, em relação com a utilização dos instrumentos financeiros. Destas disposições resulta, inequivocamente, que o órgão de gestão é o responsável pela elaboração dos documentos de prestação de contas que incluem o relatório de gestão e as demonstrações financeiras.

O normativo contabilístico nacional, designadamente o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) também prevê que o órgão de gestão é o primordial responsável pela preparação da informação financeira, designadamente as demonstrações financeiras que englobam o balanço, as demonstrações dos resultados (por naturezas e por funções), a demonstração dos fluxos de caixa, bem como os respectivos anexos (anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e anexo à demonstração dos fluxos de caixa). A Norma Internacional de Contabilidade n.º 1 (NIC n.º 1) prevê também que o conselho de directores e/ou outro órgão de gestão de uma empresa é o responsável pela preparação e apresentação das suas demonstrações financeiras. Ou seja, o SNC está em sintonia total

²⁶ i.e., o órgão de gestão (administração, direcção ou gerência, conforme a estrutura societária da empresa).

²⁷ assembleia geral de sócios/accionistas.

²⁸ i.e., o ano civil ou outro período, de acordo com os estatutos da sociedade.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

com a NIC n.º 1. Assim, os relatos da gestão da maioria das Pequenas e Médias Empresas (PME's) circunscrevem-se a esses documentos. Porém, para as empresas com valores mobiliários cotados nas bolsas de valores, o órgão de gestão terá de cumprir as regras de divulgação da informação estabelecidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) através do Regulamento da CMVM n.º 7/2001, alterado em Novembro de 2003 pelo Regulamento da CMVM n.º 11/2003, sobre o *Corporate Governance*. De acordo com o art.º 1.º do Regulamento, as sociedades emitentes de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado e sujeitas a lei pessoal portuguesa devem publicar, em capítulo autónomo do relatório anual de gestão elaborado especificamente para o efeito ou em anexo a um relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário em obediência ao art.º 7.º do Código dos Valores Mobiliários e de acordo com o modelo constante do anexo ao Regulamento. Desta forma, os relatos da gestão para as empresas com valores mobiliários cotados em bolsa são, obviamente, mais exigentes, pela necessidade de os *stakeholders*, especialmente os accionistas, pretenderem, cada vez mais, informação não financeira relevante para suportar a tomada de decisões. Segundo Björn Stigson, a nível da divulgação da informação pelo órgão de gestão, destaca a necessidade de relatar as matérias ambientais, cujo suporte legal consta da Recomendação 2001/453/CE da Comissão da União Europeia, de 30 de Maio, e da Directriz Contabilística n.º 29, alertando-se para a importância de os utilizadores poderem verificar em que medida a protecção ambiental faz parte da estratégia da actividade da empresa. Finalmente, acrescem, também, as necessidades da divulgação da política de sustentabilidade da empresa que tem a ver com o desenvolvimento futuro da empresa, promovendo-se o equilíbrio entre as gerações presentes e as futuras. Nesta, acolhe-se o conceito de RSC, o qual significa contribuir para o desenvolvimento sustentável, trabalhando de forma a melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores, das famílias e da comunidade local, interagindo com vários *stakeholders*.

Se relatórios ambientais tinham um carácter essencialmente voluntário, são cada vez mais frequentes as iniciativas legais e reguladoras que incentivam e pressionam as empresas a divulgar informação não financeira.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

c) Relatório integrado

A informação não financeira relativa à sustentabilidade, sobretudo informação de carácter ambiental e relativa às práticas de governo, já se encontra nos principais modelos de relatórios financeiros. Nos últimos anos (Gráfico 1), verifica-se que a tendência para as organizações começarem a fundir a informação dos seus relatórios financeiros e dos seus relatórios relativos à sustentabilidade num relatório integrado está a aumentar.

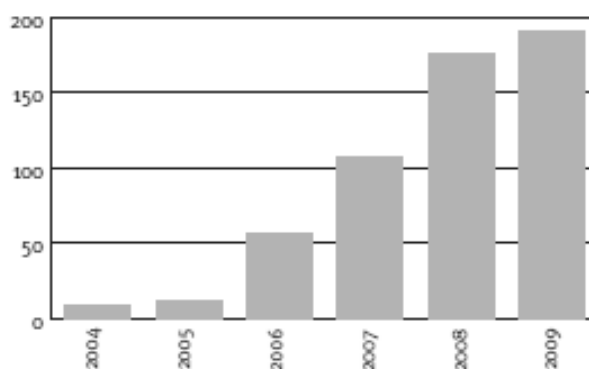


Gráfico 1- Relatórios Integrados – relatórios financeiros e não financeiros
Fonte : *The CorporateRegister.com*, Abril 2010

O relatório integrado é a combinação do relatório financeiro e não financeiro num único relatório anual, em vez da separação do relatório de prestação de contas anual e relatório de sustentabilidade.

Apesar de ainda não haver nenhuma directiva europeia que exija uma gestão mais integrada, há alguns países que já reconheceram a importância deste assunto. A Bolsa de Valores de Joanesburgo já disse que a partir de Julho de 2010, as empresas cotadas têm que apresentar relatórios financeiros e de sustentabilidade integrados.

John Elkington, fundador da *SustainAbility*, apelou recentemente, no artigo intitulado *The future of corporate responsibility and sustainability reporting: Integration*, aos relatórios integrados, em que um relatório da empresa sobre seu desempenho financeiro e não financeiro (por exemplo, ambientais, sociais e de governação), deve ser feito em um relatório único e integrado.

5.3.2 - Relatórios de sustentabilidade

Os primeiros relatórios com características sócio ambientais foram publicados na década de 1960 nos EUA. Na década de 1970, em países europeus, particularmente na França, Alemanha e Inglaterra, a sociedade passou a exercer o retorno por responsabilidade social nas empresas, consolidando a necessidade de divulgação de relatórios sociais. A elaboração de Relatórios de Sustentabilidade constitui uma prática de medição, divulgação e de responsabilidade das organizações face às diferentes partes interessadas, relativamente ao seu desempenho em termos ambientais, sociais e económicos. O objectivo é que o Relatório de Sustentabilidade transmita de forma transparente os valores e princípios corporativos, as práticas de gestão e o desempenho da organização. Segundo a Apcer, verifica-se, tanto a nível Mundial como a nível Nacional, um aumento crescente da publicação de Relatórios de Sustentabilidade por parte das organizações. A acompanhar esta tendência, verifica-se ainda que as exigências das partes interessadas ao nível do desempenho sustentável das organizações têm vindo a aumentar. Deste modo, é necessário encontrar um equilíbrio entre as necessidades e expectativas das partes interessadas e a informação publicada nos Relatórios de Sustentabilidade.

Segundo a OROC, a publicação anual de um relatório de sustentabilidade demonstra, por um lado, que as organizações têm vindo a reconhecer o valor da incorporação da sustentabilidade no seu sistema de gestão. Mas para além disto, o investimento na elaboração de um relatório de sustentabilidade, produto onde a organização transmite as suas principais práticas e indicadores de gestão integrada, revela ainda que as organizações reconhecem o relatório de sustentabilidade como um importante instrumento de comunicação. Uma importância que advém, entre outros factores, do potencial aumento do valor que é concedido à organização por parte dos *stakeholders* que vierem a tomar contacto com o relatório. Ao objectivo de produzir um relatório de sustentabilidade que divulgue, quer as práticas implementadas internamente, quer os desafios e compromissos futuros que pretende assumir na área da gestão sustentável, as organizações têm vindo a revelar a preocupação de garantir a eficácia do relatório de sustentabilidade produzido. De forma a que este seja lido e compreendido pelo conjunto de *stakeholders* que a organização elegeu como prioritários para esta ferramenta de comunicação.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Vamos neste ponto fazer uma caracterização dos relatórios de sustentabilidade considerando o seguinte:

- Conceito
- Sectores de actividade
- Regiões
- Tipos
- Publicação
- Modelos

a) Conceito

De acordo com o GRI ²⁹ o relatório de sustentabilidade é uma “prática de medição, comunicação e prestação de contas para os *stakeholders* internos e externos, do desempenho de uma organização no sentido de atingir o objectivo do desenvolvimento sustentável”(GRI, 2006).

O relatório de sustentabilidade traduz-se na prática de medir e divulgar através de um relatório, os impactos sócio ambientais causados pelas actividades quotidianas de uma organização (uma empresa, uma ONG ou uma instituição governamental). Esse tipo de documento deve oferecer uma descrição equilibrada e sensata do desempenho de sustentabilidade da organização relatora, incluindo informações tanto positivas como negativas. O processo de relato é voluntário, e as organizações podem elaborar o seu próprio modelo de relatório de sustentabilidade ou optar por algum já conhecido e utilizado. Existem vários modelos disponíveis mas actualmente, o modelo de relatório mais utilizado a nível internacional é o da GRI.

²⁹ O GRI - Global Reporting Initiative é uma instituição independente cuja missão é desenvolver e divulgar linhas de orientação para a comunicação da sustentabilidade, num processo participado pelos vários grupos de interesse envolvidos. Estas linhas de orientação poderão ser aplicadas voluntariamente pelas organizações na comunicação dos desempenhos ambientais, sociais e económicos das suas actividades, produtos e serviços. O GRI conta com a participação de organizações de todo o mundo ligadas aos negócios, à contabilidade, ao investimento, ao ambiente, aos direitos humanos, à investigação e ao trabalho. Disponível em :www.globalreporting.org.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

b) Sectores de actividade

São vários os sectores da economia que têm vindo a assumir a sua responsabilidade social e reconhecer as vantagens competitivas que ganham com a adopção de princípios de sustentabilidade empresarial e internalização destes aspectos na estratégia de gestão da empresa. A sustentabilidade está, por isso, presente em diferentes sectores de actividade.

Muitas questões de sustentabilidade são altamente específicas em relação aos diferentes sectores. As empresas farmacêuticas, por exemplo, deparam-se com questões sociais e ambientais bem diferentes das enfrentadas por fabricantes de automóveis ou bancos. A auto-avaliação deve abranger a análise da situação da indústria, das forças indutoras que afectam a sustentabilidade do sector e da posição da empresa em relação aos temas específicos do sector (Quadro 4).

Quadro 4 Como a sustentabilidade se aplica a cada sector de actividade

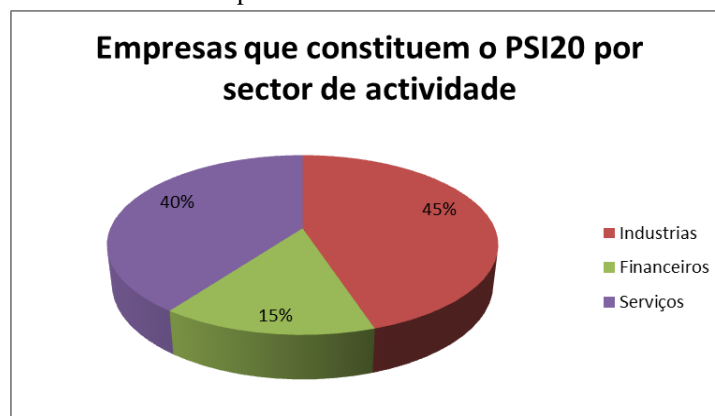
Principais Questões de Sustentabilidade em Sectores Seleccionados	
Produtos Farmacêuticos	Necessidade de novos modelos de negócios que tornem os medicamentos acessíveis no mundo em desenvolvimento
Agricultura e Biotecnologia	Preocupação e acções pós-críticas e receios referentes a sementes e alimentos transgénicos e ao desenvolvimento de tecnologias que promovam o uso racional da água
Celulose e Papel	Desenvolvimento de programas de certificação que garantam tecnologias de exploração de madeira não prejudiciais ao meio ambiente
Computadores e Telecomunicações	Necessidade de estreitar o “abismo digital” e de reduzir o lixo electrónico
Automóvel	Frequentes críticas aos automóveis desportivos e outros veículos com forte impacto ambiental e altos custos de energia
Energia	Cuidado com o impacto ambiental da exploração de petróleo e de uso de combustíveis fósseis sobre o aquecimento global; desenvolvimento de energias alternativas com menos impactos no meio ambiente, tais como eólica, solar e biomassa
Bancos e outras Instituições Financeiras	Necessidade de avaliação sistemática e confiável do impacto ambiental, económico e social dos projectos de desenvolvimento a serem financiados
Alimentar	Necessidade de lidar com as pressões dos consumidores e da regulamentação relacionada com a obesidade.

Fonte: CEBS – Guia de Comunicação e Sustentabilidade (adaptado)

Da nossa análise (ver Apêndice A), no ano de 2010, das 20 empresas portuguesas que constituem o Índice PSI20 (Gráfico 2): 9 pertencem ao sector industrial (45%), 8 pertencem ao sector dos serviços (40%) e 3 ao sector financeiro (15%).

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Gráfico 2 Empresas PSI 20 - Sectores de actividades

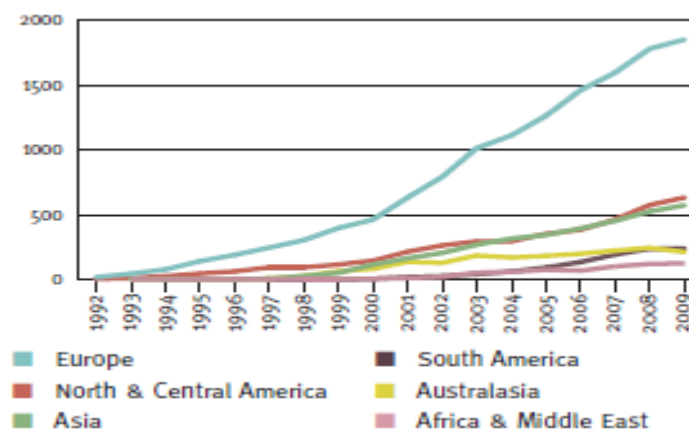


Podemos constatar que as empresas que mais publicam estão nos sectores de actividades com alguns dos maiores impactos sociais e ambientais, como na circunstância indústria e os serviços.

c) Regiões

Quanto à publicação do relatório, por regiões, a Europa sempre assumiu a liderança (Gráfico 3). Alguns dos primeiros relatórios foram produzidos na Europa há quase 20 anos e podemos verificar que o aumento da sua publicação é significativo face ao resto do mundo. A América do Norte e da Ásia têm seguido uma trajetória de crescimento semelhante. A maioria dos relatórios asiáticos são do Japão, mas esta imagem está a mudar. Em particular, muitas empresas chinesas estão a começar a relatar e embora a maioria dessas publicações só se encontrem disponíveis em chinês, prevê-se que serão em breve disponibilizadas para um público internacional.

Gráfico 3 Relatórios registados, por ano e por região no *CorporateRegister.com*



Fonte : *The CorporateRegister.com*, Abril 2010

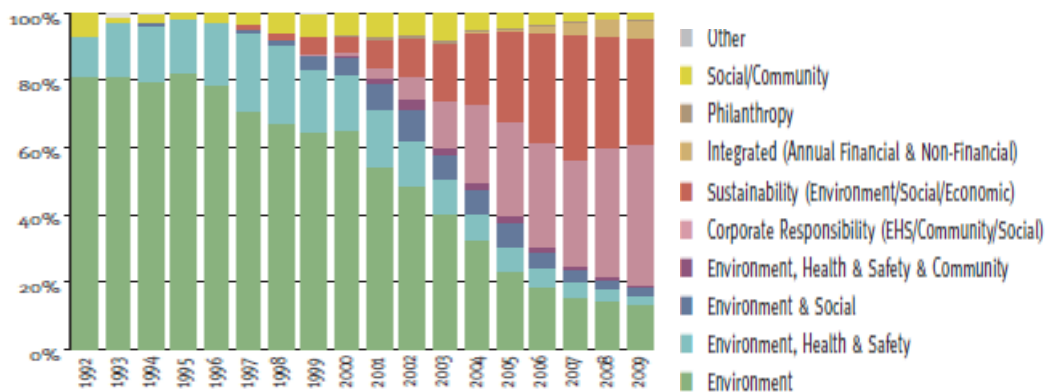
Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

d) Tipos

À semelhança dos organismos internacionais, as organizações utilizam diversas designações para denominar os relatórios que produzem. O seguinte Gráfico 4, ilustra como os relatórios não financeiros se desenvolveram predominantemente a partir do enfoque ambiental. O CR diferencia entre os relatórios de “RSC/Responsabilidade Corporativa” e os relatórios de “Sustentabilidade”. Embora ambos os relatórios abordem várias questões como o ambiente, comunidade, sociedade, ética, cadeia de abastecimento, os direitos humanos, os relatórios “Sustentabilidade” incluem a abordagem económica, social e ambiental da informação. De facto, verifica-se que cada vez mais as organizações elegem a expressão “Relatório de Sustentabilidade” e “Relatório de Responsabilidade Corporativa” em vez de “Relatórios Ambientais” e “Relatórios de Ambiente, Saúde e Segurança”.

Gráfico 4 Relatórios registados, por “tipo” e por ano, no CorporateRegister.com



Fonte: *The CorporateRegister.com*, Abril 2010

e) Publicação

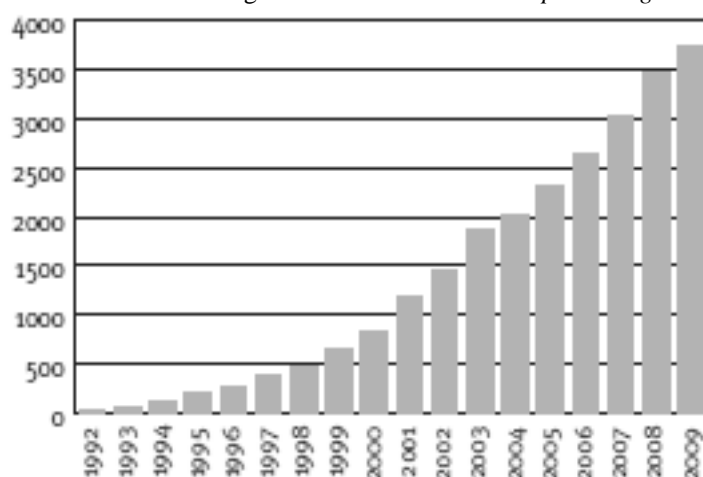
Até agora, a publicação de relatórios de sustentabilidade é um acto voluntário. Contudo, este facto tem vindo a alterar-se com a introdução da obrigatoriedade da comunicação por parte das empresas de elementos associados a aspectos do desenvolvimento sustentável, como acontece em países como a França, Alemanha e países nórdicos (BCSD Portugal, 2002) e mais recentemente em Portugal.³⁰

³⁰ Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, 2007, De acordo com o Despacho n.º 26 811/2004, apresentado no DR II Série de 24 de Dezembro de 2004, as organizações tuteladas pelo sector de transportes devem passar a integrar nos relatórios de actividades e contas anuais, informações relativas aos aspectos sociais e ambientais da sua actividade, a iniciar em 2005, em documento autónomo. A estrutura apresentada foi aprovada pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, Auditoria Ambiental, pelo ofício n.º 51-03/03/2006. Exemplo disso é a REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P. que passou a emitir anualmente o Relatório de Sustentabilidade. Disponível em : <http://www.bcsdportugal.org/files/1731.pdf>.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

De acordo com o *site CorporateRegister.com*,³¹ o maior directório mundial on-line dedicado a relatórios empresariais não financeiros, a publicação de relatórios relacionados com a Sustentabilidade Empresarial tem vindo a aumentar. Conforme se pode verificar, desde o ano de 1992 (Gráfico 5), a elaboração de relatórios de sustentabilidade tem crescido progressivamente, parecendo não ser afectada pela recessão global, estimando-se a publicação a nível mundial de cerca de 4000 relatórios, no ano de 2010.

Gráfico 5 Relatórios registados anualmente no *CorporateRegister.com*



Fonte: *The CorporateRegister.com*, Abril 2010

A nível nacional avaliamos o grau da divulgação dos relatórios de sustentabilidade das empresas portuguesas que constituem o PSI20, dividindo a nossa análise do seguinte modo:

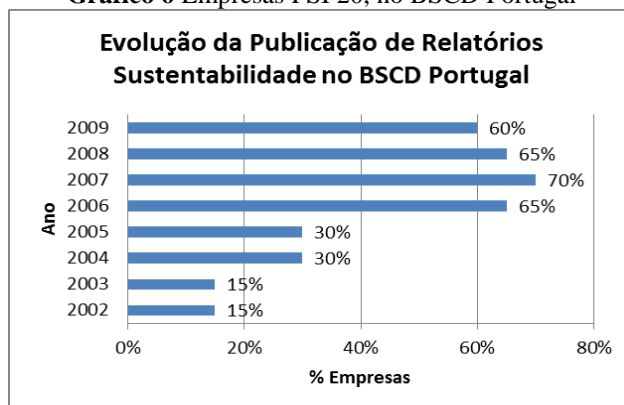
- i. Publicação de Relatórios Sustentabilidade no BSCD Portugal;
- ii. Publicação de Relatórios Sustentabilidade no GRI;
- iii. Publicação de Relatórios Sustentabilidade no Website da organização.

Da nossa análise, constatamos que do ano de 2002 ao ano de 2009 houve um aumento de 45% (Gráfico 6), na publicação de relatórios de sustentabilidade no BSCD Portugal. De salientar, que 2007 foi o ano com maior % de divulgação de relatórios das empresas analisadas.

³¹ O *CorporateRegister.com* - CR Relatório Directory é o maior directório online do mundo de empresas que publica relatórios de todo o mundo no âmbito The directory is continually updated with new reports and companies.de Responsabilidade Social Empresarial (CR), Sustentabilidade, Meio Ambiente. The directory is continually updated with new reports and companies. O directório é constantemente actualizado com novos relatórios e empresas. Disponível em: <http://www.corporateregister.com/pdf/CRR10.pdf>

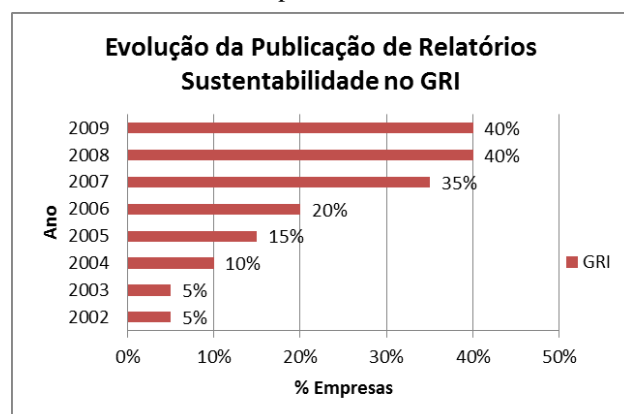
Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Gráfico 6 Empresas PSI 20, no BSCD Portugal



Relativamente, à publicação de relatórios sustentabilidade das empresas portuguesas no GRI (Gráfico 7), apenas 5% divulgou o que corresponde a 1 empresa, no entanto, conforme se pode confirmar a divulgação no GRI aumentou progressivamente ao longo dos anos, sendo que no ano de 2009, 40% das empresas divulgaram os seus relatórios de sustentabilidade.

Gráfico 7 Empresas PSI 20, no GRI



Quanto à publicação de relatórios de sustentabilidade no *website* das empresas analisadas (Gráfico 8), houve um aumento considerável de 10% no ano de 2002 para 75% no ano de 2006, o que corresponde a que no ano de 2002 apenas 2 empresas publicavam e no ano de 2006, 15 das empresas analisadas já divulgavam a informação relativa à sustentabilidade do mesmo modo que divulgavam a informação obrigatória relativa aos relatórios anuais. Nos dois últimos anos houve um decréscimo de 10% o que corresponde a 2 empresas, no entanto, não conseguimos apurar o motivo da redução.

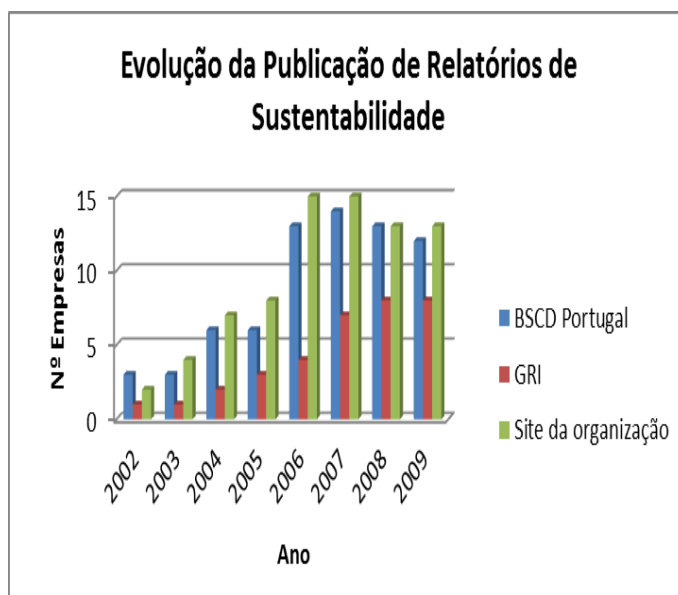
Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Gráfico 8 Empresas PSI 20, no Website



Neste processo, o resultado indicia que a divulgação de informação relativa à sustentabilidade, nomeadamente, na publicação de Relatórios de Sustentabilidade tem evoluído consideravelmente desde o ano de 2002 (Gráfico 9), no entanto, podemos constatar que, efectivamente, não é uma obrigatoriedade mas um acto voluntário.

Gráfico 9 Empresas PSI20 - Divulgação Relatórios de Sustentabilidade



Após a nossa análise concluímos que 3 empresas portuguesas que constituem o PSI20, em 2010, não publicam relatórios de sustentabilidade.

f) Modelos

Os seguintes instrumentos podem ter a sua origem, quer em organismos governamentais, associações empresariais, grupos de ONGs, agências de *rating*, quer em novos organismos como o GRI. Daqueles que englobam as questões ambientais, enunciaremos os mais representativos. Assim, como código de conduta ou declaração de princípio, podemos destacar o *UN Global Compact*, emanado na esfera do Secretário-geral da *ONU*. No que se refere aos sistemas de gestão e de obtenção de certificação, é de realçar o *ISO 14001*, o *EMAS*, o *EU Eco-label* e o *FSC*³². Como índices de *rating* destacamos o *DJSI - Dow Jones Sustainability Index*. Por último, constituindo-se como estruturas para *reporting* e *accountability*, destacamos os guias GRI e a norma de auditoria *AA1000*, já desenvolvidos no capítulo 2. Dum modo geral, pode-se dizer que estes instrumentos estão suportados por directivas importantes, encontrando-se documentados com procedimentos fixados os quais são geralmente verificáveis e passíveis de certificação por auditores externos independentes. Têm em comum serem uma opção voluntária de aplicação pelas empresas.

UN Global Compact

A 31 de Janeiro de 1999, em Davos, foi lançado um apelo do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, no *World Economic Fórum*, aos líderes das empresas, no sentido de suportarem os princípios universais das questões ambientais e sociais, com a criação do *Un Global Compact*. O *Un Global Compact* não é um instrumento regulamentador, não fiscalizando, nem se constituindo como elemento de pressão ou de medição do comportamento e acções das empresas. Trata-se de uma iniciativa completamente voluntária, regendo-se por dez princípios universais, nas áreas de ambiente, direitos humanos, corrupção e práticas laborais. Tem por objectivos tomar acções, que vão desde a criação de um espaço de diálogo, aprendizagem, até à criação de redes entre países ou regiões, que permitirão às empresas orientarem-se numa lógica de desenvolvimento sustentável.

³² FSC- Princípios e critérios para a gestão da floresta.

EMAS

O EMAS foi aprovado pela norma Comunitária 1836/93 da Comissão Europeia. O seu âmbito abrange os seguintes aspectos: objectivos, definições, auditoria, certificação e conta de ambiente. A participação no EMAS é completamente voluntária e destina-se apenas a empresas industriais. Tem como objectivo avaliar e melhorar, de forma continuada, os impactos ambientais, bem como proceder à informação externa dos progressos e comportamentos das empresas signatárias. As empresas que pretendam participar têm de especificar os seguintes aspectos: política ambiental; revisão ou levantamento do programa de gestão ambiental; auditoria ou revisão de auditoria ambiental; objectivo para melhoria contínua; declaração ambiental e sistemas de gestão, entre outros. A declaração ambiental deverá englobar uma abordagem aos seguintes aspectos ambientais: emissões, geração de resíduos, consumo de matérias-primas, energia, água, ruído e outros.

ISO 14000

Na sequência da cimeira do Rio, foi definida a necessidade de criação de uma norma de qualidade, que integrasse as questões ambientais. São normas para gestão de sistema ambiental, que têm especial atenção à questão da prevenção e da melhoria contínua. O ISO 14000 compreende os seguintes capítulos: políticas e objectivos; referências normativas; melhoria contínua; impactos ambientais; aspectos ambientais; sistema de auditoria; e requerimentos, tanto legais, como outros, do sistema de gestão ambiental e controlo de acções correctivas.

A grande diferença face aos EMAS reside no facto de esta norma abranger outros tipos de empresas e organismos, nomeadamente: retalhistas, hospitais, universidades, entre outros.

ISO 26000:2010

É destinada a ajudar as organizações a contribuir para o desenvolvimento sustentável. A intenção é incentivá-las a ir além do cumprimento legal, reconhecendo que o cumprimento da legislação é um direito fundamental de qualquer organização e uma parte essencial da sua responsabilidade social. Pretende-se promover o entendimento comum no campo da responsabilidade social, e para complementar outros instrumentos e iniciativas de responsabilidade social, não para substituí-los.

EU Eco-label

O Regulamento da UE 880/1992 aprovou o EU Eco-label, actualizado pelo regulamento da UE 1980/2000. Tal como os anteriores sistemas, tem carácter voluntário e abrange todos os produtos, uma vez que é um sistema direccionado para o produto. A sua actuação vai desde a concepção/*design*, produção, comercialização e utilização durante todo o ciclo de vida.

Dow Jones Sustainability Index

O *DJSI* lançado em 1999 como o primeiro indicador bolsista da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade a nível global. As empresas que constam deste Índice, indexado à bolsa de Nova Iorque, são classificadas como as mais capazes de criar valor para os accionistas, a longo prazo, através de uma gestão dos riscos associados tanto a factores económicos, como ambientais e sociais. A importância dada pelos investidores a este índice é reflexo de uma preocupação crescente das empresas e grupos económicos com um mundo sustentável. A sua performance financeira está, desta forma, intrinsecamente associada ao cumprimento de requisitos de sustentabilidade que atravessam todas as áreas da vida empresarial e que cruzam aspectos económicos, sociais e ambientais.

Em termos gerais e segundo Freitas (2007:11) referindo-se a Mathews e Reynolds (2000), nos modelos apresentados, salienta o facto de quase todos poderem estar sujeitos a verificação de auditoria. O EMAS e o ISO são os sistemas com maior número de adesão por parte das empresas e organizações. O ISO tem um carácter mais internacional, englobando também países anglo-saxónicos, uma vez que o EMAS contempla apenas países Europeus. Contudo estes sistemas só têm como preocupação as avaliações dos actuais sistemas, políticas e procedimentos, dado que não abrangem os aspectos de *reporting*. Embora estes sistemas possam dar informações para se divulgar aos *stakeholders*, estas são apenas respostas parciais, ignorando as questões contabilísticas e de *reporting*. O *GRI*, muito embora tenha atingido um grau superior de elaboração, através de estrutura conceptual e princípios, apresenta ainda alguns problemas, não podendo ter qualquer paralelo com o relatório financeiro, uma vez que não permite a criação de normas, limitando-se às questões de indicadores, faltando o desenvolvimento conceptual que os aspectos contabilísticos têm.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

5.3.3 – O Modelo GRI

Um dos conjuntos de directrizes mais utilizadas são as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade preparadas pela GRI e por isso um maior aprofundamento. A nova versão do GRI “G3” incentiva à verificação dos relatórios de sustentabilidade por entidades independentes das organizações, como forma de dar garantia e conforto, às partes interessadas sobre a informação relatada.(GRI,2006:22). As coordenadas do GRI incluem: directrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade; suplementos do sector e protocolos técnicos. As directrizes sectoriais permitem uma maior adaptação às necessidades das partes interessadas em determinado sector e incluem indicadores de desempenho específicos do sector. Os suplementos sectoriais aplicáveis devem ser utilizados como complemento das directrizes, e não em substituição a elas.

O GRI “G3” estabelece princípios que descrevem os resultados que um relatório deverá atingir orientando as decisões ao longo do processo de elaboração do relatório, tais como: quais as questões e indicadores a relatar e como apresentá-los. Os princípios que devem conter um relatório de sustentabilidade são divididos em dois grupos: o primeiro define o conteúdo do relatório e segundo assegura a qualidade das informações relatadas (Quadro 5 e Quadro 6)

Quadro 5 Princípios para a Definição Conteúdo do Relatório

Materialidade	As informações no relatório devem cobrir temas e indicadores que reflectam os impactos económicos, ambientais e sociais significativos da organização ou possam influenciar de forma substancial as avaliações e decisões dos <i>stakeholders</i> .
Inclusão dos Stakeholders	A organização relatora deve identificar os seus <i>stakeholders</i> e explicar no relatório que medidas foram tomadas em resposta a seus interesses e expectativas procedentes.
Contexto da Sustentabilidade	O relatório deverá apresentar o desempenho da organização no contexto mais amplo da sustentabilidade
Abrangência	A cobertura dos temas e indicadores relevantes, assim como a definição do limite do relatório, deverá ser suficiente para reflectir os impactos económicos, ambientais e sociais significativos e permitir que os <i>stakeholders</i> avaliem o desempenho da organização no período analisado.

Fonte: *Global Reporting Initiative, 2006*

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Quadro 6 Princípios para Assegurar a Qualidade do Relatório

Equilíbrio	O relatório deverá reflectir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do desempenho geral.
Comparabilidade	As questões e informações deverão ser seleccionadas, compiladas e relatadas de forma consistente. As informações relatadas deverão ser apresentadas de modo que permita aos <i>stakeholders</i> analisar mudanças no desempenho da organização ao longo do tempo e subsidiar análises sobre outras organizações.
Exactidão	As informações deverão ser suficientemente precisas e detalhadas para que os <i>stakeholders</i> avaliem o desempenho da organização relatora.
Periodicidade	O relatório é publicado regularmente e as informações são disponibilizadas a tempo para que os <i>stakeholders</i> tomem decisões fundamentadas
Clareza	As informações deverão estar disponíveis de uma forma que seja compreensível e acessível aos <i>stakeholders</i> que fizerem uso do relatório.
Confiabilidade	Este princípio determina que as partes interessadas devem confiar nas informações divulgadas. Isso pode ocorrer por meio da verificação independente do relatório por empresa especializada, ou pelo estabelecimento de um diálogo constante com as partes.

Fonte: *Global Reporting Initiative, 2006*

O GRI desenvolveu a “Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade” e as “Directrizes para a Elaboração de Relatório de Sustentabilidade”, que compõe o conjunto de documentos que formam a base para a elaboração do relatório de sustentabilidade de qualquer organização. As directrizes estão estruturadas em duas partes (GRI,2006:1). A Parte 1: Princípios e Orientações – que definem o “como relatar”, trazendo orientações para definição do conteúdo do relatório, assegurar a qualidade da informação e estabelecer o limite do relatório, e a Parte 2: Conteúdo do Relatório, ou o “o que relatar”, que estabelece referências para relatar o perfil organizacional, a forma de gestão e os indicadores de desempenho os quais são separados por temas: economia, ambiental, práticas laborais e condições de trabalho, direitos humanos, sociedade e responsabilidade sobre produtos (ver em detalhe quantas questões por tema – Quadro 7).

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Quadro 7 Temas e nº de indicadores para a elaboração do relatório

Temas	Indicadores Essenciais	Indicadores Adicionais
Economia	7	2
Ambiental	17	13
Práticas Laborais e Condições de Trabalho	9	5
Direitos Humanos	6	3
Sociedade	6	2
Responsabilidade sobre o Produto	4	5
TOTAL	49	30

Para fazer o relatório são necessárias as duas partes. O GRI pode ser aplicada em qualquer organização e de qualquer tamanho. As Directrizes GRI contêm recomendações para a avaliação da sustentabilidade, contemplando indicadores de desempenho agrupados em três secções, abrangendo as dimensões económica, ambiental e social. Para além destas três dimensões, a GRI encoraja ainda as empresas a desenvolverem e incluírem nos seus relatórios indicadores integrados de sustentabilidade, que permitem avaliar o desempenho da organização em relação ao sistema global onde se insere ou que relacionam aspectos de duas dimensões (por exemplo aspectos ambientais e económicos). O GRI estabeleceu uma hierarquia de elementos de informação para cada uma das dimensões da sustentabilidade, contemplando três níveis:

1. Categorias – áreas ou agrupamentos das questões económicas, ambientais ou sociais que afectam as partes interessadas;
2. Aspectos – elementos relacionados com uma categoria específica. Uma dada categoria pode conter vários aspectos;
3. Indicadores – valores específicos de um aspecto concreto que possam ser utilizados para acompanhar e demonstrar o desempenho.

No Quadro 8 sintetizam-se as categorias e aspectos contemplados pela GRI. As Directrizes contêm ainda uma descrição pormenorizada dos indicadores (Anexo 4) que devem ser utilizados para caracterizar os diferentes aspectos.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Quadro 8 Categorias e aspectos contemplados nas Directrizes GRI 2006

	CATEGORIA	ASPECTO
Económica	Impactos Económicos Directos	Clientes
		Fornecedores
Ambiental	Ambiental	Funcionários
		Investidores
		Sector público
		Materiais
		Energia
		Água
		Biodiversidade
		Emissões, Efluentes e Resíduos
		Produtos e Serviços
		Conformidade
Social	Práticas Laborais e Condições de Trabalho	Transporte
		Geral
		Emprego
		Relações entre Funcionários e Administração
	Direitos Humanos	Segurança e Saúde no Trabalho
		Formação e Educação
		Diversidade e Igualdade de Oportunidades
		Práticas de Investimento e Processo de Compra
Sociedade	Não Discriminação	
	Liberdade de Associação e Negociação Colectiva	
	Abolição do Trabalho Infantil	
	Prevenção do Trabalho Forçado e Escravo	
Responsabilidade sobre os Produtos	Práticas de Segurança	
	Direitos dos Povos Indígenas	
	Comunidade	
	Corrupção	
		Políticas Públicas
		Concorrência Desleal
		Conformidade
		Saúde e Segurança do Cliente
		Rotulagem de Produtos e Serviços
		Comunicações de <i>Marketing</i>
		Privacidade do Cliente
		Conformidade

Fonte: Directrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, Versão 3.0

O GRI "G3" recomenda fortemente que as empresas utilizem uma forma de verificação externa para aumentar a credibilidade do relato. Este processo, denominado *assurance* que busca contribuir para a melhoria da qualidade das informações dos relatórios de sustentabilidade, por meio de uma opinião independente. Trata-se de uma peça importante

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

para a gestão da sustentabilidade, proporcionando confiança aos *stakeholders* sobre a qualidade das informações não-financeiras publicadas pelas empresas.

Há ainda a considerar que após a finalização do relatório, os relatores deverão declarar o que no ambiente GRI se designa por “ nível de aplicação” da Estrutura de Relatórios GRI. É importante esclarecer que existem 3 níveis de aplicação do relatório estabelecidos pela GRI (C, B e A). Cada nível estabelece um número de indicadores de desempenho que deve ser respondido e de quantidade de informações que deve conter o relatório. São atribuídas as classificações C, B e A, sendo que um relatório com classificação C atende a um menor número de indicadores, o de classificação B representa o atendimento a um número intermediário de indicadores e o de classificação A significa o pleno atendimento aos indicadores propostos. Além do nível de aplicação existem também 3 formas de comunicar o relatório:

- *Auto declaração simplesmente*: a empresa divulga o relatório sem revisão do GRI ou auditoria externa
- *Revisão do relatório pela GRI*: o GRI faz uma análise da coerência e consistência do relatório. Se aprovado, o relatório pode ser publicado com o logótipo da GRI.
- *Verificação de terceira parte*: a empresa contrata um organismo de verificação e realiza uma auditoria não só do relatório mas também de suas operações, para comprovar a autenticidade do relatório.

Os Relatórios submetidos à verificação externa recebem as classificações C+, B+ ou A+. Os princípios, no entanto, devem ser observados independente da classificação atribuída ao relatório. (Quadro 9)

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Quadro 9 Níveis de aplicação

Nível de Aplicação	C	C+	B	B+	A	A+
Informação sobre o perfil	Relatar alguns aspectos do GRI		Relatar todos os aspectos do GRI		Relatar todos os aspectos do GRI	
Informação sobre a gestão	Não é requisito	Verificação Externa	Requisito para todas as dimensões	Verificação Externa	Requisito para todas as dimensões	Verificação Externa
Indicadores de Desempenho	Relatar + 10 indicadores (essenciais)		Relatar + 20 indicadores (1 de cada categoria)		Relatar indicadores essenciais e sectoriais	

Fonte: Global Reporting Initiative, (2006:6)

O modelo GRI tem sido a referência para elaboração de relatórios de sustentabilidade no mundo, sendo reconhecido pela sua proposta de desenvolver um padrão internacional comparável sendo o modelo mais utilizado, como já se disse. Actualmente, segundo a Ethos, mais de 1000 empresas produzem os seus relatórios com base na terceira geração do modelo GRI "G3". De 2007 a 2010, o GRI passou a ser utilizado como modelo de relatório de sustentabilidade por 32 empresas portuguesas (Quadro 10). Isso pode ser entendido como um marco, já que em 2007, o país contabilizava 8 adesões ao relatório.

Quadro 10 Empresas Portuguesas Participantes

Águas de Portugal	Brisa	EDP (Energias de Portugal)	Multi Mall Management Portugal
Águas do Douro e Paiva	Caixa Geral de Depositos	EDP Renovaveis	Pinto & Bentes
ANA	Carris	EFACEC	Porto de Sines
AXA Seguros Portugal	Celulose Beira Industrial (Celbi)	ENSUL MECI	Portugal Telecom
Millennium BCP	Chamartin	Grupo Pestana	Redes Energéticas Nacionais (REN)
Banco Espírito Santo	Cimpor	Grupo Soares da Costa (SGPS)	SOMAGUE Engenharia
Banif Financial Group	Corticeira Amorim	Lipor	Sonae Sierra
BES	Delta Cafes	Mota-Engil	Sonaecom

Fonte: Global Reporting Initiative - Reporting List 2010

6. RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: ESTUDO DE CASO – EDP

Ao longo dos últimos anos, um conjunto cada vez maior de empresas portuguesas dos mais diversos sectores económicos têm investido na elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade. O desafio da sustentabilidade tem chegado a todos os sectores e o energético não é excepção. Neste capítulo, pretendemos analisar a empresa EDP, a qual foi pioneira na elaboração e divulgação dos relatórios de sustentabilidade, em Portugal, e ver como um caso concreto ajuda a perceber melhor o geral.

6.1 - Apresentação do caso EDP

O presente estudo de caso pretende obter resultados acerca da divulgação da informação empresarial de sustentabilidade, disponibilizada no exercício de 2009 pela empresa portuguesa EDP a qual faz parte integrante do Índice do PSI20³³. Para seleccionar a informação de sustentabilidade divulgada pela empresa que constitui o nosso estudo analisou-se toda a informação, obrigatória ou voluntária, disponível na Internet. Numa primeira fase, recolheu-se a informação disponível no *website* da EDP, referente a Relatórios e Contas e Relatórios de Sustentabilidade. Posteriormente, foram analisados os relatórios disponíveis na base de dados do GRI³⁴ e BCSD Portugal³⁵ e analisou-se o conteúdo que constitui a nossa base de estudo.

É de salientar que a EDP abraçou a causa da sustentabilidade muito antes de ela se tornar o tema da actualidade. O compromisso da EDP com a sustentabilidade, tem 2 alicerces fundamentais: as energias renováveis e a eficiência no consumo energético. Em Portugal, a EDP foi a organização pioneira com a publicação do seu relatório em 2003.

6.2 - Caracterização geral da EDP

A EDP foi constituída em 30 de Junho de 1976, em resultado da nacionalização e fusão das principais empresas do sector eléctrico português. O Grupo EDP tem como actividade principal a produção, distribuição e comercialização de energia. O grupo EDP é composto

³³ O PSI20 é o principal índice da Euronext Lisboa. Este índice é composto pelas maiores empresas portuguesas no mercado de capitais. O PSI20 é o índice de referência do mercado de bolsa nacional, reflectindo a evolução dos preços das 20 emissões de acções de maior dimensão e liquidez seleccionadas do universo das empresas admitidas à negociação no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisboa Disponível em <http://www.euronext.com/>.

³⁴ Disponível em <http://www.globalreporting.org/ReportServices/GRIReportsList/>.

³⁵ Disponível em <http://bcsdportugal.org/content/index.php?action=detailFo&rec=347>.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

por várias empresas, cujas actividades estão centradas nas áreas de produção e de distribuição de energia eléctrica e tecnologias de informação, mas abrangem também outras áreas complementares e relacionadas, como as: da água, gás, engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional ou gestão do património imobiliário. O grupo tem negócios não só em Portugal mas também em Espanha e no Brasil, tendo em Portugal, no ano de 2009, 12.009 pessoas a colaborar no grupo (Relatório e Contas, 2009:21).

A missão da empresa assenta em três vectores fundamentais: a criação de valor para o accionista, a orientação para o cliente e a aposta no potencial humano da empresa. Para atingir este objectivo, a EDP assume a condução das suas actividades segundo princípios de transparência, respeito pelo ambiente e cumprimento dos mais altos padrões de ética e honestidade. Em Portugal os sectores da electricidade e do gás natural são regulados pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE)³⁶.

A EDP reconhece, através das suas práticas de gestão, que a criação de valor passa por envolver as diferentes partes interessadas, identificando e gerindo as suas expectativas. É mantendo um estreito diálogo que se reforça a confiança, aprofunda o conhecimento do meio onde opera e assegura um maior controlo e minimização dos diferentes riscos do negócio, nomeadamente o risco associado à sua “licença social para operar”. Foi neste contexto que a EDP assumiu como um dos seus Princípios de Desenvolvimento Sustentável, o diálogo com as partes interessadas. Apresentados de forma clara no desenvolvimento da sustentabilidade a EDP assume o compromisso de alcançar um diálogo aberto, transparente e confiante relação com os seus *stakeholders*. Em particular, os processos de participação sólida (Relatório e Contas, 2009:56):

- ✓ Reforço dos canais de comunicação;
- ✓ Integração das expectativas das partes interessadas nos seus processos de decisão;
- ✓ Relato objectivo e credível do seu desempenho nos três pilares de sustentabilidade.

O processo de identificação das partes interessadas resulta de duas abordagens distintas e complementares:

³⁶ERSE - Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos é a entidade responsável pela regulação dos sectores do gás natural e da electricidade. É uma entidade de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, regendo-se pelos seus Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 97/2002, de 12 de Abril, é independente no exercício das suas funções, no quadro da lei, sem prejuízo dos princípios orientadores da política energética fixados pelo Governo, nos termos constitucionais e legais, e dos actos sujeitos a tutela ministerial nos termos da lei e dos seus Estatutos. Tem por missão a regulação dos sectores da electricidade e do gás natural, a qual deve constituir um instrumento efectivo para o funcionamento eficiente e sustentado dos respectivos mercados, assegurando a protecção dos consumidores e do ambiente com transparência e sem discriminações. Disponível em : <http://www.erse.pt/>.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

- ✓ Relevância para a empresa, baseada no controlo e minimização dos diferentes riscos do negócio, nomeadamente reputacionais, operacionais, regulatórios e comerciais;
- ✓ Avaliação dos impactes que a actividade desenvolvida pela empresa tem em segmentos específicos, aferida com base em auscultações locais e, complementarmente, a partir de contactos de iniciativa externa.

6.3 - Sistema de comunicação da EDP

Actualmente, a EDP aposta fortemente na comunicação, promovendo a disponibilização de uma informação cada vez mais detalhada e transparente, aproximando-se do público e de todas as entidades interessadas em conhecer a atitude da EDP face aos problemas actuais existentes em matéria de ambiente. O subsistema de gestão da empresa tem como missão planear, desenvolver e controlar a estratégia de comunicação do grupo, quer na vertente interna, quer externa com o objectivo de maximizar o valor das marcas junto dos diferentes *stakeholders*. Segundo o Relatório e Contas (2009:59), na área da comunicação, em 2009, mantiveram-se como objectivos: a maximização do impacte mediático da actividade da empresa junto dos órgãos de comunicação social; o reforço do valor da marca EDP junto dos seus *stakeholders*, e a uniformização da marca EDP em todas as empresas do grupo. Na EDP, prestar informação para o exterior de uma forma transparente e rigorosa é uma preocupação e um trabalho diário onde se procura transmitir toda a actividade, valores, missão e estratégia do Grupo. Seguem-se alguns exemplos:

Novo Site EDP



Campanha "Ilumina"

Página inicial do website ECO EDP³⁷



Campanha *Mude o seu mundo que o mundo muda*

³⁷ O Programa ECO EDP é co-financiado pela Entidade Reguladora do Sector Energético - ERSE, através do Plano de Promoção de Eficiência Energética (PPEC). Com esta parceria, a EDP associa-se ao regulador na defesa do meio ambiente e na qualidade de serviço no sector.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro



A EDP é líder mundial nos Índices *Dow Jones* de Sustentabilidade, nas empresas do Sector Eléctrico.



A EDP foi distinguida pela APCE – Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa - nas categorias de melhor vídeo, com o vídeo do Relatório & Contas 2008, melhor intranet, Portal Sou EDP, melhor televisão corporativa, edpON e melhor campanha de comunicação institucional, com a campanha “Projeções”.

Para além da informação e comunicação, a EDP, integra diversas organizações que se debruçam sobre os temas da sustentabilidade nas suas diferentes vertentes: ambiental, económica e social. A EDP reforça, assim, a sua intenção de prosseguir no caminho da sustentabilidade, comprometendo-se a apoiar as suas directrizes, não só agindo de acordo com elas, como promovendo a sua aplicação (Apêndice B).

6.4 - Relatório de sustentabilidade

Consideramos importante fazer uma breve abordagem à evolução dos relatórios de ambiente ou de sustentabilidade na EDP. Em 1994 (Apêndice C), a EDP adoptou a sua Política de Ambiente, estabelecendo voluntariamente o Ambiente como objectivo de gestão, tendo vindo a implementar mecanismos de afirmação consistentes desses princípios nas diversas actividades que desenvolve, tanto em Portugal como no estrangeiro. Em 1997, o Relatório de Ambiente marcou o primeiro exercício de utilização de indicadores consolidados de performance ambiental da empresa, marcando, simultaneamente, um quadro da evolução das questões ambientais mais significativas no contexto das actividades do Grupo. Em 2003, publicou o primeiro Relatório de Sustentabilidade que

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

significou uma evolução natural dos relatórios de ambiente que a empresa publicou desde 1997.

Em 2004, a EDP assumiu como princípio da Responsabilidade Social o Desenvolvimento Sustentável, através dos seguintes princípios (ver Anexo 5):

1. Criação de Valor;
2. Eficiência na utilização de recursos;
3. Protecção do ambiente;
4. Integridade;
5. Diálogo com os *stakeholders*;
6. Gestão do capital humano;
7. Promoção do acesso à energia eléctrica;
8. Apoio ao desenvolvimento social.




Em 2010, pelo 8º ano consecutivo o Grupo EDP publica o relatório de sustentabilidade elaborado segundo as directrizes do GRI, tendo o seu conteúdo sido parcialmente verificado por uma entidade externa. Como já referido no capítulo anterior, os relatórios GRI podem ser classificados em três níveis: C, B e A, de acordo com a evolução da aplicação das directrizes da GRI. Particularmente, e no caso da organização alvo do estudo, a velocidade de adesão e de adaptação dos seus relatórios às Directrizes da GRI, ao fim de 7 anos sequenciais de publicações, a organização atingiu o nível de aplicação “A+”. Seguidamente (Quadro 11), podemos constatar a evolução do nível de aplicação da estrutura de relato da GRI, da EDP, do ano de 2002 a 2010.

Quadro 11 EDP - Relato de informação ao GRI

Empresa	GRI 2002	GRI 2003	GRI 2004	GRI 2005	GRI 2006	GRI 2007	GRI 2008	GRI 2009
EDP Energia de Portugal	Content Index Only	Content Index Only	Content Index Only	“B” GRI- checked	“B+” GRI- checked	“A+” GRI- checked	“A+” GRI- checked	“A+” GRI- checked

O nível de cumprimento alcançado em 2009 foi de A+, verificado pela KPMG e pela GRI.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

NÍVEL DE APLICAÇÃO		2002 EM CONFORMIDADE	C	C+	B	B+	A	A+
OBRIGATÓRIO	Declaração voluntária							
	Verificada por terceiro							
OPCIONAL	Em conformidade com a GRI							

Fonte: Relatório e Contas EDP 2009 ³⁸

O relatório analisado reporta e promove a verificação independente do relatório de sustentabilidade (Anexo 6). Na elaboração do relatório foram seguidas as Diretrizes de Orientação G3 da GRI. Verificou-se também o alinhamento da EDP com os princípios de inclusividade, materialidade e resposta da norma AA 1000APS:2008. A entidade responsável pelo *assurance* avaliou os sistemas, processos, informações e dados que serviram de base à divulgação de informações relativas ao desempenho em matéria de sustentabilidade.

6.5 - Relatório integrado

Na sequência do nosso estudo de caso, pretendemos realizar uma breve análise ao relatório do ano de 2009, publicado, realçando os seguintes aspectos:

- Relatório Integrado
- Referência a Existência de Código de Ética;
- Referência às normas ISO da série 14 000 e EMAS;
- Indicadores de Desempenho;
- Avaliação GRI;
- Verificação/*Assurance* externa.

No ano de 2009, a EDP publicou num único relatório de forma integrada todos os aspectos

³⁸ Disponível em: <http://www.edp.pt/pt/sustentabilidade/PublicacoesRelatorios/relatogri>.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

da sua actividade estando dividido em 5 secções distintas:

1. **EDP**, onde é efectuada uma apresentação da empresa. É descrito o enquadramento em que desenvolve as suas actividades nos mercados onde opera e inclui uma síntese dos principais indicadores de desempenho financeiro, económico, operacional, ambiental e social. Esta secção inclui a agenda estratégica 2009-2012;
2. **Negócios**, onde é sumariamente descrito o desempenho operacional do Grupo, organizado por tipo de negócio (electricidade e gás) e mercado onde opera
3. **Contributo para a Sustentabilidade**, organizado para responder às expectativas dos principais “*stakeholders*” da empresa;
4. **Relatório do Governo da Sociedade**, que está, organizado segundo o Regulamento da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários (CMVM) n.º 1/2007.
5. **Informação Financeira**, com uma análise ao desempenho financeiro da empresa e uma demonstração financeira apresentada de acordo com as normas contabilísticas de relato financeiro.

a edp		relatório do governo da sociedade	
6	MENSAGEM AOS ACCIONISTAS	90	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
10	VISÃO, COMPROMISSOS E VALORES	95	ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO
11	A EDP NO MUNDO	107	ESTRUTURA FUNCIONAL DA EDP
12	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	124	ESTRUTURA ACCIONISTA E EXERCÍCIO DAS POSIÇÕES ACCIONISTAS
14	ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP	129	REMUNERAÇÕES
18	SÍNTESE DE INDICADORES	132	ACÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS
22	AGENDA ESTRATÉGICA	137	RELAÇÃO DA EMPRESA COM O MERCADO
negócios		informação financeira	
26	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	142	ANÁLISE FINANCEIRA
28	ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE	148	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS
36	SÍNTESE DE ACTIVIDADE	anexos	
contributo para a sustentabilidade		248	REFERÊNCIAS FINAIS
52	RECONHECIMENTO	249	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS
54	ABORDAGEM CORPORATIVA	250	AVALIÇÃO GRI
57	ISD E INOVAÇÃO	254	RELATÓRIOS, CERTIFICAÇÕES E DECLARAÇÕES
59	COMUNICAÇÃO EDP	264	EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL
61	COLABORADORES		
68	CLIENTES		
74	FORNECEDORES		
77	COMUNIDADE		
83	DESEMPENHO AMBIENTAL		

Fonte: Relatório e Contas EDP 2009

O Relatório analisado faz referência ao Código de Ética ou/e Conduta, em que o sucesso das organizações dependem da conduta ética e transparente, em relação a todas as partes interessadas, considerando também a sustentabilidade como valor fundamental da organização.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

O Relatório refere que o Sistema de Gestão Ambiental assume um papel importante para todos os níveis da organização, articulando-se com todas as suas actividades, que comprova a conformidade do sistema de Gestão Ambiental com o referencial da Norma NP EN ISO 14001. O Registo no EMAS decorre da participação voluntária da organização num sistema de Certificação Ambiental. A EDP está certificada pela norma NP EN ISO 14001:2004 e reconhecida pela *Lloyd's Register Quality Assurance*.

Os conteúdos do Relatório e Contas EDP 2009 foram elaborados considerando a orientação da GRI. Relativamente aos Indicadores de Desempenho Ambiental (Anexo 7), o relatório segue o conjunto de indicadores conforme o Protocolo do Sector Eléctrico. Os aspectos contidos nos indicadores ambientais estão estruturados de forma a reflectir os insumos, produções e tipos de impacto que a organização gera no meio ambiente. Energia, água e materiais representam três tipos básicos de insumos usados. Estes resultam da produção com relevo sob o ponto de vista ambiental, que estão descritos quer ao nível de emissões, efluentes e resíduos. A biodiversidade também é focada e está relacionada ao conceito de insumos, na medida em que pode ser considerada um recurso natural.

Conforme já foi referido no capítulo 5.3, o relatório integrado é a combinação do relatório financeiro e não financeiro num único relatório anual. Após a análise do Relatório Anual do ano de 2009 da EDP, podemos concluir-se que a informação não financeira relativa à sustentabilidade, sobretudo informação de carácter ambiental e relativa às práticas de governo, já se encontra no principal modelo de relatório financeiro – Relatório e Contas – no entanto, a EDP ainda publica o relatório de sustentabilidade, em separado, conforme podemos confirmar no ponto anterior.

6.6 – Outros relatórios e demais fontes de informação

No âmbito do nosso estudo, consideramos importante demonstrar que para além da elaboração do relatório e contas de carácter obrigatório e dos relatórios de sustentabilidade de carácter facultativo, a EDP elabora ainda relatórios específicos, tais como os seguintes:

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro



Fonte: Relatórios EDP

Constatamos, no entanto que para além da publicação de todos estes relatórios a política da EDP no âmbito da informação e comunicação do “verde” vai muito mais longe com a criação de Projectos ECO empresas, Campanhas EDP, ecoNews, entre outros.



Fonte: ECO EDP

Reforçando assim a confirmação da problemática do nosso estudo que as organizações por obrigação ou por iniciativa própria terão todas elas que ser sustentáveis, não havendo lugar a relatórios autónomos sem prejuízo de sempre poder haver relatórios específicos e subsistemas de informação e comunicação centrados no “verde”.

7. O QUE EMERGE

Sem a pretensão de tudo abranger, neste ponto indicia-se uma leitura sobre o que emerge nesta matéria dos relatórios e do relato na esfera da sustentabilidade.

No estudo intitulado "*Integrated Reporting - closing the loop of strategy*" a KPMG chama a atenção para o facto de que as empresas têm que enveredar por este caminho, tanto numa perspectiva de gestão como numa perspectiva de comunicação. O documento refere que na opinião de 20 grandes empresas europeias o caminho para o "reporte integrado" está conquistado.

Segundo, a publicação "Os indicadores para as Empresas" (2007,77) do BCSD, as principais tendências dos relatórios de sustentabilidade nos próximos anos poder-se-iam resumir nas seguintes cinco:

- Normalização, com uma aceleração da aplicação de padrões globais cujo principal expoente será o GRI. Teremos novos desenvolvimentos sectoriais, novas directrizes e protocolos técnicos que permitirão uma maior homogeneidade no momento de estabelecer o sistema de indicadores para as grandes empresas.
- Consolidação da linguagem que é utilizada nos relatórios, com o que se gerará uma maior confiança nos textos e na forma de proceder. Os sistemas de recolha de informação serão chave para oferecer versatilidade e modos de proceder homogéneos.
- A verificação será convertida num padrão necessário a curto prazo.
- Emerge com força a necessidade de uma regulação para a realização de relatórios. Na Europa têm-se generalizado legislações obrigando as empresas a relatar.
- Integração dos relatórios corporativos das empresas apenas num relatório para investidores e relatórios concretos para outras partes interessadas, bem como relatórios de filiais e subsidiárias.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Um estudo recente da Deloitte, divulgado no *Sustainability in business today: A cross- industry view* (2010,17) especificamente sobre os relatórios de sustentabilidade refere relativamente à regulamentação:

[...]espera-se que a regulamentação seja um importante motor das iniciativas de sustentabilidade, bem como de novas tecnologias para permitir que práticas empresariais mais sustentáveis. Prevê-se que a regulamentação governamental nas áreas de gestão de carbono e relatórios, requisitos de notificação voluntária e financeiras serão indissociáveis, o que significa que os relatórios de desempenho devem ser consistentes em todos os canais de comunicação - seja divulgada através de parcerias público relatórios financeiros, relatórios voluntários, imprensa, ou *websites*.

IV PARTE – REFLEXÕES E CONCLUSÕES

8. REFLEXÕES

Referenciados ao que se pretende demonstrar uma sistematização das reflexões propiciadas pela investigação, tendo em conta e em particular, o que está registado nos pontos 4 e 7:

- ✓ A responsabilidade social ou sustentabilidade das organizações nasce num contexto internacional em que temas como direitos humanos, direitos dos trabalhadores, meio ambiente e desenvolvimento sustentável são discutidos e resultam em directrizes que orientam a formulação do próprio conceito no âmbito empresarial.
- ✓ O conceito de desenvolvimento sustentável tem vindo a ganhar cada vez maior relevo porque as organizações tomaram consciência de que as boas práticas e políticas na esfera do desenvolvimento sustentável criam valor e permitem ganhar vantagens competitivas, garantindo assim mais do que a sua sobrevivência, e também deste modo contribuírem para a sustentabilidade das próximas gerações.
- ✓ A responsabilidade social apresenta-se, assim, como uma abordagem cada vez mais importante no comportamento das organizações, exercendo impactos nos seus objectivos, missão, valores, cultura e estratégias. Nesse sentido, a sustentabilidade deve ser vista como uma abordagem aos negócios, para agregar valor à organização, aos produtos e à marca. A sustentabilidade nos seus três pilares fundamentais – económico, social e ambiental – tem que ser transversal a toda a actividade empresarial, havendo muitos desafios a enfrentar e muitas oportunidades a explorar.
- ✓ À escala das organizações, a informação é um factor decisivo na gestão por ser um recurso importante e indispensável tanto no contexto interno como no relacionamento com o exterior. Quanto mais fiável, oportuna e exaustiva for essa informação, mais coesa será a empresa e maior será o seu potencial de resposta às solicitações concorrenciais. Alcançar este objectivo depende, em grande parte, do reconhecimento da importância da informação e do aproveitamento das oportunidades oferecidas pela tecnologia para orientarem os problemas enraizados da informação.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

- ✓ Até agora, a comunicação da sustentabilidade tem sido um exercício voluntário em que o sector empresarial detém o controlo sobre o que, como e quando comunicar.
- ✓ O relatório de sustentabilidade é cada vez mais utilizado pelas empresas para dar transparência aos aspectos sócio-ambientais. Porém, a comunicação do desenvolvimento sustentável é uma prática recente e ainda não existe um conjunto de directrizes claras e genericamente aceites. Contudo, pode-se utilizar a GRI como base e, dependendo das circunstâncias, recorrer a outros conjuntos de princípios do mercado compatíveis, tais como o *Global Compact*, *AA1000*, *ISO 26000*.
- ✓ Observou-se no estudo de caso realizado que entre os vários conjuntos de indicadores para mensuração e evidenciação do desempenho sócio ambiental das empresas, o utilizado pela EDP foi o da GRI.
- ✓ Existe uma tendência efectiva para que, os relatórios de sustentabilidade venham a ser integrados num relatório único, podendo ou não constituir um capítulo próprio e específico do mesmo. De facto, verifica-se que a tendência para as organizações é começarem a fundir a informação financeira e da sustentabilidade num relatório integrado. Esta tendência está a aumentar segundo o que foi divulgado pelo *The CorporateRegister.com* (2010).
- ✓ Quanto ao papel dos auditores e da auditoria, actualmente, a submissão da verificação do relatório de sustentabilidade ao exame de um auditor independente, para obter garantia de fiabilidade é voluntária, sendo que apenas um número reduzido de empresas, normalmente as cotadas em bolsa de valores, o fazem.
- ✓ Apesar do relato de sustentabilidade ter vindo a ser efectuado através de relatórios de sustentabilidade autónomos do relatório financeiro, a tendência será a de incluir as matérias de sustentabilidade num único relatório como já se disse, obrigando o auditor a ter que verificar e medir os impactos que tais matérias têm nas demonstrações financeiras das empresas, e vice-versa.

Naturalmente, que estes não esgotam as reflexões que a investigação permite.

9. CONCLUSÕES

Referenciados à “pergunta de partida” e à problemática e ainda aos objectivos intermédios fixados, e nomeadamente com base nas reflexões do ponto anterior concluímos:

- ✓ O Desenvolvimento Sustentável é um fenómeno a que qualquer organização não pode ficar indiferente;
- ✓ Há organizações, nomeadamente empresas, em que toda a actividade já é marcada pela “sustentabilidade”;
- ✓ Em particular, os sistemas de comunicação e informação de muitas organizações sabem organizar-se em torno do “verde”, como o prova o estudo de caso realizado;

E, indo ao nuclear do estudo pelo trabalho realizado tudo aponta para que se confirme a problemática, ou seja:

Existência de Relatório único em que a sustentabilidade é coberta em capítulo próprio e/ou disseminada por todo o documento, sem que isto impeça que haja relatórios específicos sobre a sustentabilidade, ou temas parcelares, como, por exemplo “Biodiversidade”, como se pôde ver no caso estudado.

E, por fim, quanto à Auditoria e aos Auditores, pode concluir-se, tanto quanto ao ritmo como no que se refere à qualidade, que terão importância verificável na evolução do que se venha a obter na esfera do relato de sustentabilidade, seja em relatórios únicos e/ou relatórios específicos seja quanto a subsistemas de informação e comunicação mais amplos centrados no “verde”.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Referências Bibliográficas

AA1000 *Assurance Standard* 2008 Versão Portuguesa, [Consultado a 28 de Fevereiro de 2011], Disponível em URL: <<http://www.accountability.org/standards/aa1000aps.html>>.

AGENDA21 [Consultado a 30 de Janeiro de 2011], Disponível em URL: <http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/res_agenda21_33.shtml>.

AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, *Conceito e História*, [Consultado a 30 de Setembro de 2010], Disponível em URL: <<http://www.iambiente.pt/>>.

AFONSO, Ana Carolina Baptista - *O consumidor verde: perfil e comportamento de compra*. Dissertação de Mestrado: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa: 2010.

ANTUNES, Paula; SANTOS, Rui; LOBO, Gonçalo - *Estudo sobre o Sector Eléctrico e Ambiente*, Centro de Economia Ecológica e Gestão do Ambiente, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Universidade Nova de Lisboa, 2003, [Consultado a 21 Dezembro 2010], Disponível em URL: <<http://www.erse.pt/pt/desempenhoambiental/rotulagemenergetica/documentacao/Documents/SectorEI%C3%A9ctricoeAmbiente4Relat%C3%B3rio.pdf>> .

BAPTISTA, Susana, *História da Gestão – Correntes de Pensamento Visão Histórica da Teoria das Organizações*, Instituto Politécnico de Coimbra, Departamento de Engenharia Civil, Junho, 2006.

BCSD Portugal, *Como pôr em prática a Responsabilidade social nas empresas*, Novembro 2004, [Consultado a 27 de Agosto de 2010], Disponível em URL: <<http://www.bcsdportugal.org/files/166.pdf>>.

BCSD Portugal, *Visão 2050 – A nova agenda para as empresas*, [Consultado a 8 de Janeiro de 2011] Disponível em URL: <<http://www.bcsdportugal.org/visao-2050/1165.htm>>.

BCSD Portugal, *Comunicar o Desenvolvimento Sustentável – Encontrar o Equilíbrio* [Consultado a 8 de Janeiro de 2011], Disponível em URL: <<http://www.bcsdportugal.org/comunicar-o-ds-encontrar-o-equilibrio/512.htm>>.

BCSD Portugal, *Manual de boas práticas de eficiência energética – Implementar o desenvolvimento sustentável nas empresas* [Consultado a 8 de Janeiro de 2011], Disponível em URL: <http://www.bcsdportugal.org/>.

BEJA, Rui, *Relatório de sustentabilidade: uma postura empresarial socialmente responsável*, Revisores e Auditores, nº 28, Janeiro/Março 2005, p 27-29, Lisboa.

BEJA, Rui, *Desenvolvimento Sustentável*, Revista nº 28, (2005) Disponível em URL: <http://www.oroc.pt/revista/detalhe_artigo.php?id=25>.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

BRAGA, Ascensão, *A Gestão da Informação*, Junho 2000, Instituto Politécnico de Viseu; ISSN:1647-662X; <http://repositorio.ipv.pt/>.

BRUNDTLAND COMMISSION, *World Commission on Environment and Development: Our common future*. Oxford University Press. New York, 1987.

CANTON, James, *Sabe o que vem aí? – As Principais Tendências que Redesenharão o Futuro*, Editorial Bizâncio, 2008, ISBN 978-972-53-0386-3.

CEBSD, *Guia de Comunicação e Sustentabilidade* [Consultado a 12 de Outubro 2010], Disponível em URL: < <http://www.cebds.org.br/>.

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. 6 edição. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA, *Directriz Contabilística nº 29 – Matérias Ambientais*, CNC, Lisboa [Consultado a 22 de Março de 2010], Disponível em URL: <<http://www.cnc.min-financas.pt/>>.

CMVM (2001) Regulamento n.º 7 – Governo das Sociedades Cotadas, Boletim da CMVM, 106, Lisboa. [Consultado a 21 de Fevereiro de 2010].

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2001), Livro Verde: *Promover um Quadro Europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*, Bruxelas, [Consultado a 17 de Setembro de 2010]. Disponível em URL: < <http://ec.europa.eu/> >.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2002), Livro Verde. *Uma Contribuição das Empresas para o Desenvolvimento Sustentável*, Bruxelas, [Consultado a 17 de Setembro de 2010]. Disponível em URL: < <http://ec.europa.eu/> > .

CNUMAD, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1997.

COSTA, Joana, *A comunicação organizacional nas associações empresariais*, Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008, ISSN 1646-0502.5.

CR, *CorporateRegister.com*, [Consultado a 8 de Janeiro de 2011], Disponível em URL: <<http://www.corporateregister.com/pdf/CRRA10.pdf>>.

DELOITTE, *Sustainability in business today: A cross-industry view*, [Consultado a 8 de Março de 2011], Disponível em URL: <http://www.deloitte.com/assets/DcomUnitedStates/Local%20Assets/Documents/IMOs/Corporate%20Responsibility%20and%20Sustainability/us_es_sustainability_exec_survey_060110.pdf>.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

ETHOS, Instituto [Consultado a 21 de Outubro 2010], Disponível em URL: <<http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1400>>.

ELKINGTON, John, *The future of corporate responsibility and sustainability reporting: Integration*, [Consultado a 17 de Setembro de 2010], Disponível em URL: <<http://www.ethicalcorp.com/content.asp?contentid=6831>>.

FERNANDES, Maria Augusta, *Organizações, Gestão e Sustentabilidade*, Mestrado em Auditoria UC: Auditoria aos Relatórios de Sustentabilidade, E-texto 8, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, 2010.

FREITAS, Ângela Maria Braga, *Análise das Divulgações Ambientais nos Relatórios Anuais das Maiores Empresas*, ISCTE, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Contabilidade, Novembro, 2007.

FRIEND, Gil, *O Segredo das Empresas Sustentáveis - A vantagem das estratégias "verdes"*, Centro Atlântico, Coleção Desafios, Outubro 2009, ISBN: 978-989-615-085-3.

FORD "Sustentabilidade: Ford reduz emissões de CO2 e refina consumos ao longo da gama" [Consultado a 30 de Setembro de 2010] Disponível em http://media.ford.com/article_display.cfm?article_id=29864>.

GREENPEACE, *Divulgação da lista de empresas de TI mais verdes*, [Consultado a 18 de Fevereiro de 2011], Disponível em URL: <<http://info54.wordpress.com/2010/11/09/greenpeace-lista-empresas-de-ti-mais-verdes/>>.

GLOBAL REPORTING INICIATIVE (2006), *Sustainability Reporting Guidelines*, GRI, Amsterdão. [Consultado a 22 de Março de 2010] Disponível em URL: <<http://www.globalreporting.org/>>.

GUEDES, Éllida Neiva, *A comunicação interna como reflexo dos valores contemporâneos*, Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional, Ano 12 n.12, p. 43-54, Jan/Dez. 2008.

HOFFMAN, Andrew J. e John G. Woody, *Alterações Climáticas – Qual a sua Estratégia?*, Actual Editora, 2010, ISBN:978-989-8101-74-7.

ISAE 3000 *International Standard on Assurance Engagements*, [Consultado a 21 de Outubro 2010], Disponível em URL: <http://www.accountability21.net/uploadedFiles/Issues/ISAE_3000.pdf>.

ISO *International Organization for Standardization*, [Consultado a 29 de Outubro 2010], Disponível em URL: <http://www.iso.org/iso/catalogue_detail?csnumber=42546>.

KPMG, *Riscos e Oportunidades do Desenvolvimento Sustentável*, 2008. [Consultado a 22 de Fevereiro de 2011]. Disponível em URL: <<http://www.bcsdportugal.org/riscos-e-oportunidades-do-desenvolvimento-sustentavel/865.htm>> .

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

KPMG, *Estudo da KPMG sobre a Publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal*. KPMG Advisory – Consultores de Gestão, Portugal,2006, [Consultado a 24 de Março de 2010]. Disponível em URL: < <http://www.aneop.pt/docs/KPMG>>.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira, *A contabilidade como alavanca na construção do desenvolvimento sustentável*”, [Consultado a 6 de Fevereiro de 2011]. Disponível em: <http://www.gestiopolis.com/recursos4/docs/ger/contdensus.htm>>.

LORDELLO, Carolina, *Empresas Verdes : Marketing ou Preocupação?*, Artigo publicado a 20/10/2009 [Consultado a 2 de Fevereiro de 2011]. Disponível em URL: < <http://pucf5.wordpress.com/2009/10/20/empresas-verdes-marketing-ou-preocupacao/>>.

MADEIRA, Ana Carla Fernandes Damião, *Indicadores de Sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior*, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, 2008.

MENDES, André; Sardinha, Idalina, *Eficácia dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Portuguesas*, Responsabilidade Social das Organizações, Cadernos Sociedade e Trabalho, nº 11, 2009, pp.11-27, 1ª Edição, 2009, ISBN: 978-972-704-318-7.

MOURA, Rui; *Da Responsabilidade Social à Governação das Empresas e ao Desenvolvimento Sustentável: Um Novo Compromisso*, Responsabilidade Social das Organizações, Cadernos Sociedade e Trabalho, nº 11, 2009, pp.253-267, 1ª Edição, 2009, ISBN: 978-972-704-318-7.

NIKE, *Nike Furthers its Commitment to open Innovation and Sustainability* , [Consultado a 15 de Fevereiro de 2011], Disponível em URL: < <http://www.nikebiz.com/responsibility>>.

OROC, Correia, António; Mário Cabral; César Saraiva e José Parada Ramos, *Os Revisores e a Sustentabilidade*, Comissões Técnicas, Revisores e Auditores, Lisboa, Out/Dez2009.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva Publicações, 1988, ISBN:972-662-275-1.

REGULAMENTO (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de Novembro de 2009 relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de eco gestão e auditoria (EMAS), que revoga o Regulamento (CE) n.º 761/2001 e as Decisões 2001/681/CE e 2006/193/CE da Comissão.

RENAULT, [Consultado a 17 de Fevereiro de 2011], Disponível em URL: < <http://www.renault.pt/descubra-a-renault/meio-ambiente/comunicados/a-renault-lanca-renault-eco-2/>>.

REGO, Arménio; MOREIRA, José Manuel; SARRICO, Cláudia; *Gestão ética e responsabilidade social das empresas: um estudo da situação portuguesa*, Principia Editora, 1ª Edição, 2003, ISBN: 972-8500-99-8.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

SA8000 Responsabilidade Social 8000, *Social Accountability International* [Consultado a 21 de Outubro 2010] Disponível em URL: <<http://www.sa-intl.org/>>.

SEABRA, Miguel; Rodrigues, Jorge; Mata, Carlos; Simões, Simões; *Responsabilidade social das organizações; perspectivas de investigação; banca; empresas não financeiras; indicadores*; Edição Pedagógica, 2008; ISBN:978-972-8980-68-9.

SANTOS, Sofia; LIMÃO, Andreia; BARBOSA, Pedro; CACHAÇO, Bruno - *A Sustentabilidade Empresarial*, *Sustentare – Sustentabilidade para Principiantes*, Novembro 2008, [Consultado a 17 de Janeiro de 2011]. Disponível em URL: <<http://www.sustentare.pt/pdf/Research1%20-%20Sustentabilidade-Principiantes.pdf> >.

SANTOS, Sofia; LIMÃO, Andreia; BARBOSA, Pedro; CACHAÇO, Bruno - *O Conceito Histórico da Teoria da Sustentabilidade*, *Sustentare – Sustentabilidade para Principiantes*, Novembro 2008, [Consultado a 30 de Setembro de 2010]. Disponível em URL: <http://www.sustentare.pt/pdf/Research1%20-%20Sustentabilidade-Principiantes.pdf> >.

UNILEVER, *Unilever Sustainable Living Plan*, [Consultado a 15 de Fevereiro de 2011], Disponível em: <http://www.unilever.pt/sustainability/>.

VERÍSSIMO, Cristina Maria Oliveira, *Auditoria e Relatórios de Sustentabilidade*, Mestranda em Auditoria Empresarial e Pública – Ramo Instituições Públicas, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra, 2010.

Legislação ambiental:

Nacional: <http://www.apambiente.pt/Paginas/default.aspx>

Comunitária: <http://www.apambiente.pt/Paginas/default.aspx>

APÊNDICE

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Apêndice A

No presente anexo encontram-se os dados base do capítulo 5 relativos à análise dos relatórios financeiros na perspectiva da sustentabilidade, com base na informação de sustentabilidade divulgada pelas empresas que constituem o Índice de PSI20, de 2010, tendo sido analisada a informação, obrigatória ou voluntária, disponível na Internet. Numa primeira fase, foi recolhida a informação disponível no site da CMVM³⁹, referente a Relatórios e Contas e Relatórios de Governo de Sociedade relativos ao ano de 2009. Posteriormente, foram analisados os relatórios disponíveis na base de dados do GRI⁴⁰ e BCS D Portugal⁴¹ tendo-se obtido os ficheiros relativos a Relatórios de Sustentabilidade. No presente estudo analisou-se a informação relativa às empresas cotadas no PSI-20, no ano de 2010, de diversos sectores de actividade que representam as maiores empresas portuguesas. Classificaram-se as empresas pelo sector de actividade a que pertencem utilizando os índices PSI sectoriais⁴².

EMPRESAS PSI20 ano2010	SECTOR ACTIVIDADE
ALTRI SGPS	INDUSTRIALS
BCP	FINANCIAL
BANCO BPI	FINANCIAL
BES	FINANCIAL
BRISA	INDUSTRIALS
CIMPOR	INDUSTRIALS
EDP (Energias de Portugal)	SERVIÇOS
EDP RENOVAVEIS	SERVIÇOS
GALP ENERGIA	INDUSTRIALS
JERONIMO MARTINS	SERVIÇOS
MOTA ENGIL	INDUSTRIALS
PORTUCEL	INDUSTRIALS
PT TELECOM SGPS	SERVIÇOS
REN	SERVIÇOS
SEMAPA	INDUSTRIALS
SONAE INDUSTRIA	INDUSTRIALS
SONAE	SERVIÇOS
SONAECOM	SERVIÇOS
TEIXEIRA DUARTE	INDUSTRIALS
ZON MULTIMEDIA	SERVIÇOS

³⁹ Disponível em <http://web3.cmvm.pt/sdi2004/emitentes/>

⁴⁰ Disponível em <http://www.globalreporting.org/ReportServices/GRIReportsList/>

⁴¹ Disponível em <http://bcspdportugal.org/>

⁴² O sistema de classificação utilizados para os índices Euronext, é baseado no sistema de classificação FTSE, que categoriza os títulos de acordo com 10 grupos económicos, 36 sectores industriais e 100 sub-sectoriais industriais. Este sistema é utilizado nos Países Baixos, França, Bélgica, Londres, Madrid e Hong Kong, e também pela Reuters e pela Datastream. Disponível em: <http://www.euronext.com/editorial/wide/editorial-2335-PT.html>

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Empresas que constituem o PSI20 por sector de actividade		
Sectores	PSI20	% Relativa a população
Indústrias	9	45%
Financeiros	3	15%
Serviços	8	40%
TOTAL	20	100%

Fonte: Elaboração Própria

Publicação dos Relatórios de Sustentabilidade no BSCD PORTUGAL

EMPRESAS PSI20 (ano2010)	Emissão de Relatórios Sustentabilidade e em separado dos relatórios obrigatórios divulgação BSCD ANO 2002	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação BSCD ANO 2003	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação BSCD ANO 2004	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação BSCD ANO 2005	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação BSCD ANO 2006	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação BSCD ANO 2007	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação BSCD ANO 2008	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação BSCD ANO 2009	RELATORIO SUSTENTABILIDADE 2009 (FEITO EM SEPARADO RC)	
									BSCD	GRI
ALTRI SGPS	SIM		SIM		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM (CELBI 2009)	
BCP			SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
BANCO BPI									NÃO	SIM
BES				SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
BRISA				SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
CIMPOR		SIM	SIM		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
EDP (Energias de Portugal)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
EDP RENOVAVEIS									SIM	SIM
GALP ENERGIA				SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	
JERONIMO MARTINS										
MOTA ENGL					SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
PORTUCEL		SIM	SIM	SIM		SIM	SIM	SIM	SIM	
PT TELECOM SGPS			SIM		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
REN					SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
SEMAPA										
SONAE INDUSTRIA					SIM	SIM				
SONAE	SIM				SIM	SIM	SIM			
SONAECOM					SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TEIXEIRA DUARTE										
ZON MULTIMEDIA										

Fonte: Elaboração Própria

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Publicação dos Relatórios de Sustentabilidade no GRI

EMPRESAS PSI20 (ano2010)	Emissão de Relatórios Sustentabilidade em separado dos relatórios obrigatórios divulgação GRI ANO 2002	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação GRI ANO 2003	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação GRI ANO 2004	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação GRI ANO 2005	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação GRI ANO 2006	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação GRI ANO 2007	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação GRI ANO 2008	Emissão de Relatórios Sustentabilidade de em separado dos relatórios obrigatórios divulgação GRI ANO 2009	RELATORIO SUSTENTABILIDAD E 2009 (FEITO EM SEPARADO RC)	
									BSCD	GRI
ALTRI SGPS									SIM (CELBI 2009)	
BCP						SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
BANCO BPI									NÃO	SIM
BES				SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
BRISA									SIM	SIM
CIMPOR						SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
EDP (Energias de Portugal)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
EDP RENOVAVEIS									SIM	SIM
GALP ENERGIA									SIM	
JERONIMO MARTINS										
MOTA ENGIL					SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
PORTUCEL									SIM	
PT TELECOM SGPS			SIM			SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
REN				SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
SEMAPA										
SONAE INDUSTRIA										
SONAE										
SONAECOM							SIM	SIM	SIM	SIM
TEIXEIRA DUARTE										
ZON MULTIMEDIA										

Fonte: Elaboração Própria

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Publicação dos Relatórios de Sustentabilidade no Website da Empresa

EMPRESAS PSI20 (ano2010)	Emissão de Relatórios Sustentabilidade em separado dos relatórios obrigatórios divulgação site ANO 2002	Emissão de Relatórios Sustentabilidade em separado dos relatórios obrigatórios divulgação site ANO 2003	Emissão de Relatórios Sustentabilidade em separado dos relatórios obrigatórios divulgação site ANO 2004	Emissão de Relatórios Sustentabilidade em separado dos relatórios obrigatórios divulgação site ANO 2005	Emissão de Relatórios Sustentabilidade em separado dos relatórios obrigatórios divulgação site ANO 2006	Emissão de Relatórios Sustentabilidade em separado dos relatórios obrigatórios divulgação site ANO 2007	Emissão de Relatórios Sustentabilidade em separado dos relatórios obrigatórios divulgação site ANO 2008	Emissão de Relatórios Sustentabilidade em separado dos relatórios obrigatórios divulgação site ANO 2009	RELATORIO SUSTENTABILIDADE 2009 (FEITO EM SEPARADO RC)	
									BSCD	GRI
ALTRI SGPS					SIM	SIM	SIM	SIM	SIM (CELBI 2009)	??
BCP			SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
BANCO BPI									NÃO	SIM
BES		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
BRISA		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
CIMPOR		SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
EDP (Energias de Portugal)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
EDP RENOVAVEIS									SIM	SIM
GALP ENERGIA				SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	
JERONIMO MARTINS								SIM		
MOTA ENGLIL					SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
PORTUCEL					SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	
PT TELECOM SGPS			SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
REN			SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
SEMAPA					SIM	SIM				
SONAE INDUSTRIA					SIM	SIM				
SONAE	SIM				SIM	SIM	SIM			
SONAE COM					SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
TEIXEIRA DUARTE										
ZON MULTIMEDIA										

Fonte: Elaboração Própria

Publicação dos Relatórios de Sustentabilidade (em valor)

Publicação de Relatórios Sustentabilidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BSCD Portugal	3	3	6	6	13	14	13	12
GRI	1	1	2	3	4	7	8	8
Website da organização	2	4	7	8	15	15	13	13

Publicação dos Relatórios de Sustentabilidade (em percentagem)

Publicação de Relatórios Sustentabilidade	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
BSCD Portugal	15%	15%	30%	30%	65%	70%	65%	60%
GRI	5%	5%	10%	15%	20%	35%	40%	40%
Website da organização	10%	20%	35%	40%	75%	75%	65%	65%

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Apêndice B

Seguidamente, apresentamos, diversas organizações que se debruçam sobre os temas da sustentabilidade e nas quais a EDP se integra, referido no capítulo 6.3

	A EDP apoia a Declaração Universal dos Direitos do Homem e exerce as suas actividades em harmonia com as legislações nacionais e esta Declaração universal
	A EDP exerce as suas actividades de acordo com as regulamentações ILO, em particular com a ILO Tripartite Declaration of Principles Concerning Multinational Enterprises and Social Policy
	O World Business Council for Sustainable Development é a organização líder mundial na abordagem empresarial das temáticas do Desenvolvimento Sustentável da qual a EDP é membro
	O BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável é uma associação sem fins lucrativos, criada em Outubro de 2001 pela iniciativa das empresas Sonae, Cimpor e Soporcel, associadas ao WBCSD - World Business Council for Sustainable Development, em conjunto com mais 33 empresas de primeira linha da economia nacional, com a missão de transpor para o plano nacional os princípios orientadores do WBCSD.
	A Global Compact Esta iniciativa, de carácter voluntário, procura mobilizar a comunidade empresarial em torno do conceito de cidadania empresarial tomando-a parte activa nas soluções de alteração do processo de globalização
	A Union of the Electricity Industry - EURELECTRIC é uma associação profissional, criada em Dezembro de 1999, resultante da fusão entre a UNIPEDE e a EURELECTRIC. Esta representa os interesses comuns à indústria da electricidade ao nível europeu, assim como dos seus filiados e associados noutros continentes.
	A World Safety Declaration é um compromisso global para a promoção da segurança no trabalho e para o desenvolvimento de ideias que possam ser partilhadas e adoptadas por empresas de todo o mundo. Esta defende que os indivíduos e as organizações têm o direito e o dever moral de assumir o compromisso de melhorar as condições de segurança.
	A Global Reporting Initiative pretende que todas as organizações adoptem, como prática comum, a elaboração de relatórios que reportem a sua performance ao nível económico, ambiental e social.
	A CIGRE (International Council on Large Electric Systems) é uma das Organizações líder em sistemas eléctricos, cobrindo áreas de expertise técnica, económica, ambiental, organizacional e regulatória, tem como objectivos o desenvolvimento e a troca de conhecimento e informação entre especialistas de todos os países, no que diz respeito à produção e distribuição de energia eléctrica.
	A EDP integra esta iniciativa da Comissão Europeia de promoção da eficiência energética no âmbito do Programa Intelligent Energy - Europe (2003-2006), que contribuirá para a obtenção dos objectivos nas renováveis, eficiência energética e transportes alternativos.
	O Energy Wisdom Programme é uma iniciativa voluntária liderada por empresas do sector eléctrico. Este Programa fornece uma plataforma para o sector eléctrico demonstrar a sua proactividade em matéria de desenvolvimento sustentável através da implementação de projectos de energias renováveis, eficiência energética, melhoria da distribuição de energia e redução de emissões de gases com efeito de estufa. A EDP participa neste programa através de diversas iniciativas

Fonte: Website EDP

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

	A EDP aderiu ao London Benchmarking Group em Abril de 2008, um grupo de trabalho constituído por 100 empresas com o objectivo de medir o retorno do investimento realizado em benefício da sociedade.
	A EDP está em conformidade com as catorze acções definidas pela organização mundial de investidores e ambientalistas para o desenvolvimento sustentável "CERES" permitindo aos investidores e accionistas uma aviação da estratégia do GRupo em termos de alterações climáticas.
	A missão do Instituto Ethos é "Mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir os seus negócios de forma socialmente responsável, tomando-as parceiras na construção de uma sociedade sustentável e justa". O trabalho de orientação fornecido às empresas é voluntário e gratuito.
	Associação privada de empresas do sector eléctrico em fins lucrativos que desenvolve estudos e projectos que visam à promoção da transparência e da sustentabilidade do Sector Eléctrico Brasileiro.
	Associação privada de distribuidores de energia eléctrica sem fins lucrativos que tem por finalidade a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável
	Organização não-governamental sem fins lucrativos criada no âmbito do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social para promover o consumo consciente e envolver o consumidor na valorização da responsabilidade social empresarial (RSE).
	Federação de indústrias que tem como missão "representar e defender os interesses da indústria capixaba, para melhorar sua competitividade, buscando permanentemente o fortalecimento dos seus sindicatos, o estímulo ao empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo."
	Fundado em 1997, o CEBDS é uma associação de várias empresas brasileiras que tem como missão "Integrar os princípios e práticas do desenvolvimento sustentável no contexto de negócio, conciliando as dimensões económica, social e ambiental".
	Instituição sem fins lucrativos criada em 1990 com o objectivo de mobilizar a sociedade para questões relacionadas aos direitos da infância e da adolescência.
	O Observatório de Comunicação Interna e Identidade Corporativa tem por objectivo investigar, criar e divulgar conhecimento sobre comunicação interna e identidade corporativa das empresas. A EDP faz parte do Conselho Assessor deste observatório, formado por empresas reconhecidas pela experiência na comunicação interna e aberto a todas as interessadas em debater a importância estratégica desta comunicação.

Fonte: Website EDP

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Apêndice C

Seguidamente, apresentamos, cronologicamente, o percurso da EDP na vertente da sustentabilidade, referido no capítulo 6.4



Fonte: Website EDP

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?
O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

ANEXO

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Anexo 1

No presente anexo, conforme referido no capítulo 3.1.2 divulgamos a avaliação do *Greenpeace* ao nível de sustentabilidade das empresas fabricantes de electrónicos.

66,9 Nokia – Ganhou a maior nota do ranking, graças ao programa de recolha de celulares inactivos.

5,9 Sony Ericsson – Possui um programa de garantia ambiental, que encarna o princípio da responsabilização dos produtores individuais.

5,9 Toshiba – Ganha pontos devido ao uso de energias renováveis e apóia cortes globais nas emissões de gases de efeito estufa.

5,9 Samsung – Acumula pontos com a eliminação de materiais como o PVC das telas de LCD, mas deixa a desejar no quesito reciclagem.

5,7 Fujitsu Siemens – Utiliza fontes renováveis de energia, mas precisa melhorar os critérios para o descarte responsável.

5,7 LGE – Tem boa pontuação na avaliação da eficiência energética de ser produtos, mas perde posições por não informar a fonte e os cálculos de dados sobre reciclagem.

5,3 Motorola – da 15ª para a 7ª posição graças à eliminação de produtos tóxicos de todos os seus produtos até 2010.

5,3 Sony – Precisa melhorar principalmente na área de energia, mas tem reduzido a inclusão de químicos poluidores em seus produtos.

5,1 Panasonic – Tem nota máxima em energia, mas vai mal em todas as avaliações de descarte sustentável.

4,9 Sharp – Apesar de ter melhorado no uso consciente de energia, ainda vai mal na eficiência energética de seus produtos.

4,7 Acer – Precisa melhorar em reciclagem e redução de produtos químicos tóxicos.

4,7 Dell – A cada ranking a Dell vem perdendo posições por não se comprometer com a eliminação de produtos tóxicos dos produtos até o final de 2009.

4,5 HP – Ainda precisa diminuir o nível de desperdício em sua produção.

4,3 Apple – Melhorou sua avaliação quando decidiu eliminar os produtos tóxicos de seus iPods, mas está mal no que diz respeito a desperdício de materiais.

4,1 Philips – Tem boa avaliação na utilização de energia e produtos tóxicos, mas leva nota zero em desperdício.

3,7 Lenovo – Leva a pior em reciclagem e utilização de energia.

2,9 Microsoft – Assim como a Lenovo, precisa melhorar nos quesitos reciclagem e energia.

0,8 Nintendo – Zero na maioria dos critérios de avaliação.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Anexo 2

No presente anexo, conforme referido no capítulo 3.1.2 divulgamos a aplicação prática do “verde” na empresa Nokia.



Ficando verde

Em 2006, a Nokia fechou um acordo com a Scottish and Southern Energy para o fornecimento de 100% da energia de suas operações no Reino Unido, a partir de eletricidade verde. A Nokia está buscando suprir 25% de suas necessidades energéticas com eletricidade verde entre 2007-2008, chegando a 50% em 2010.

Seguindo o Código de Conduta da Nokia

O Código de Conduta da Nokia, que se aplica a todos os funcionários da Nokia, fornece orientação sobre diferentes situações comerciais e define limites entre comportamento adequado e inadequado nos negócios.

Após a decisão de revisar nosso Código de Conduta em 2005, demos continuidade à implementação de uma importante campanha de aprendizado eletrônico e de comunicações projetada para dar vida ao Código de Conduta, revisado para o nosso pessoal e também para garantir que todos da organização estejam comprometidos com o Código e com suas mensagens. O Código de Conduta já está disponível em 31 idiomas, com um foco ampliado direcionado aos nossos locais de produção, onde atividades de aprendizado eletrônico estão menos prontamente disponíveis. Ao final de 2006, quase 56 mil funcionários da Nokia (mais de 87%) haviam completado o curso de e-learning do Código de Conduta.

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Anexo 3

No presente anexo, conforme referido no capítulo 5.2 apresentamos dois exemplos reais considerando as necessidades específicas de informação relativa á sustentabilidade que os *stakeholders* têm e os diferentes instrumentos de comunicação utilizados.

	Empregados	Mercado financeiro	Fornecedores	Clientes	Consumidores	NGOs	Políticos / Autoridades Gov.	Meios de Comunicação	Cientistas	Vizinhos
Relatório Anual	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Relatório de Sustentabilidade	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
www.henkel.com/sustainability	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Notas de imprensa	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Canais de informação ao consumidor	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Canais de informação ao trabalhador	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Portal de Sustentabilidade na Intranet	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Diálogo directo	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Open house days	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Roadshows para investidores	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Audiências para a Sustentabilidade	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Publicações especializadas	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

● Grupo-alvo principais ● Outros grupos-alvo

Grupo de Partes Interessadas	Expectativas das Partes Interessadas	Exemplos do relacionamento com as Partes Interessadas	Benefícios internos	Benefícios externos
Clientes	Produtos e serviços competitivos, a bom preço, eco-eficientes e de boa qualidade; cooperação e percepção das necessidades dos clientes	Entrega de projectos e informações respectivas, seminários, outras reuniões, comunicação face a face	Parcerias de longo prazo, desenvolvimento do produto, identificação das oportunidades e dos riscos comerciais, satisfação do cliente	Contribuição para o desenvolvimento da sustentabilidade local e global
Pessoal	Remuneração competitiva, promoção profissional, condições de trabalho saudáveis e seguras	Formação no seio da empresa e tempo para desenvolvimento profissional, diálogo sobre progressão pessoal com a hierarquia imediatamente superior, comissões de higiene, saúde e segurança no local de trabalho	Competência e satisfação do pessoal, diálogo construtivo, ambiente de trabalho inovador	Produtos inovadores para exportação
Accionistas e investidores	Lucro, valorização da parte detida pelo accionista, rentabilidade do risco, transparência	Assembleia geral anual, reuniões da administração, outras iniciativas de relacionamento com investidores	Financiamento, crescimento, internacionalização, ampliação do negócio	Criação de postos de trabalho
Fornecedores, contratos de sub-emprego, parceiros comerciais	Continuidade no relacionamento, crescimento, estabelecimento de contactos	Acordos-tipo para sub-empregadas, negociações, programas em parceria, projectos conjuntos de I&D	Parcerias de longo prazo, compras a preços competitivos, cumprimento das entregas	Possibilidade de investir em tecnologia sustentável
Universidades, instituições de pesquisa	Cooperação no campo da investigação, optimização dos recursos, estabelecimento de contactos	Projectos conjuntos, seminários e conferências, oportunidades para estagiários	Maior grau de conhecimento	Boas práticas comerciais e transparência na rede empresarial
Autoridades	Observância da legislação e da regulamentação, transparência das operações, cooperação	Diálogo sobre temas específicos, projectos conjuntos	Licença de operação, participação na legislação, confiança por parte da sociedade	Novas parcerias
Comunicação social	Informação fiável, suficiente e oportuna sobre as operações da empresa, perspectivas especializadas sobre assuntos de sustentabilidade	Comunicados de imprensa, seminários, relatórios sobre a sustentabilidade, entrevistas	Comunicação da informação às partes interessadas da empresa	Sensibilização do público sobre assuntos de sustentabilidade

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Anexo 4

No presente anexo encontram-se os indicadores adoptados pela GRI (2006) para as várias dimensões, referidos no capítulo 5.3.3

Tabela A.1 – Indicadores GRI para o desempenho económico

ASPECTO	INDICADOR	TIPO
Desempenho Económico	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos a fornecedores de capital e governos	Principal
	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização devido a alterações climáticas	Principal
	Cobertura das obrigações do plano de benefício definido que a organização oferece	Principal
	Ajuda financeira significativa recebida do governo	Principal
Presença no Mercado	Variação dos lucros entre o salário mais baixo (nível de entrada) e o salário mínimo local em unidades operacionais importantes	Adicional
	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes	Principal
	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de gestão sénior recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes	Principal
Impactos Económicos Indirectos	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estruturas e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de compromisso comercial, em espécie ou actividades pro bono	Principal
	Identificação e descrição de impactos económicos indirectos significativos, incluindo a extensão dos impactos	Adicional

Tabela A.2 – Indicadores para o desempenho ambiental

ASPECTO	INDICADOR	TIPO
Materiais	Materiais usados por peso ou volume	Principal
	Porcentagem dos materiais usados provenientes da reciclagem	Principal
Energia	Consumo de energia directa por fonte de energia primária	Principal
	Consumo de energia indirecta por fonte de energia primária	Principal
	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	Adicional
	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis e a redução na necessidade da energia resultante dessas iniciativas	Adicional
	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indirecta e as reduções obtidas	Adicional
	Retirada de água total por fonte	Principal
Água	Fontes hídricas significativamente afectadas por retirada de água	Adicional
	% e volume total de água reciclada e reutilizada	Adicional
Biodiversidade	Localização e tamanho da área própria, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacentes a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Principal
	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de actividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	Principal
	Habitats protegidos ou recuperados	Adicional
	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade	Adicional
	Nº de espécies na Lista Vermelha da Organização Mundial de Conservação da Natureza e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção	Adicional
Emissões, efluentes e resíduos	Total de emissões directas e indirectas de gases com efeito estufa, em peso	Principal
	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito estufa, em peso	Principal
	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito estufa e as reduções obtidas	Adicional
Emissões, efluentes e resíduos	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono, em peso	Principal
	NO _x , SO _x , e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	Principal
	Descarga total de água, por qualidade e destino	Principal
	Peso total de resíduos, por tipo e método de deposição	Principal
	Nº e volume total de derrames significativos	Principal

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

ASPECTO	INDICADOR	Tipo
	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia - Anexos I, II, III e VIII, e % de resíduos transportados internacionalmente	Adicional
	Identidade, tamanho, estatuto de protecção e índice de biodiversidade de corpos de água e habitats relacionados significativamente afectados por descargas de água realizadas pela entidade que produz o relatório	Adicional
Produtos e Serviços	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos	Principal
	Porcentagem de produtos e suas embalagens recuperados relativamente ao total de produtos vendidos, por categoria de produto	Principal
Conformidade	Valor monetário de multas significativas e nº total de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos ambientais	Principal
Transporte	Impactos ambientais significativos devidos ao transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como ao transporte dos trabalhadores	Adicional
Geral	Valor total de investimentos e gastos em protecção ambiental, por tipo	

Tabela A.3 – Indicadores GRI para o desempenho social – Práticas de trabalho e trabalho decente

ASPECTO	INDICADOR	Tipo
Emprego	Total de trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região	Principal
	Nº total e taxa de rotatividade de empregados por fábria etária, género e região	Principal
	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de tempo parcial, discriminados pelas principais operações	Adicional
Relações Trabalhadores/Gestão	Porcentagem de empregados abrangidos por acordos de negociação colectiva	Principal
	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação colectiva	Adicional
Segurança e Saúde no Trabalho	Porcentagem dos empregados representados em comités formais de segurança e saúde, compostos por gestores e trabalhadores, que ajudam na monitorização e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	Adicional
	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região	Principal
	Programas de educação, formação contínua, aconselhamento, prevenção e controlo de risco para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade em relação a doenças graves	Principal
	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	Adicional
Formação Contínua e Educação	Média de horas de formação contínua por ano, por empregado, por categoria	Principal
	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e a gestão do fim de carreira	Principal
Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Composição dos grupos responsáveis pela governação corporativa e discriminação de funcionários por categoria, de acordo com género, fábria etária, minorias e outros indicadores de diversidade	Principal
	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional	Principal

Tabela A.4 – Indicadores GRI para o desempenho social - Direitos Humanos

ASPECTO	INDICADOR	Tipo
Práticas de Investimento e de Processos de Compra	% e nº de contratos de investimento significativos que incluem cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos	Principal
	% de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas	Principal
	Total de horas de formação contínua para funcionários em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a % de funcionários que recebeu formação contínua	Adicional
Não Discriminação	Nº total de casos de discriminação e as medidas tomadas	Principal
Liberdade de associação e Negociação Colectiva	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação colectiva pode estar em risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito	Principal
Trabalho Infantil	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil	Principal
Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo	Principal
Práticas de Segurança	% do pessoal de segurança submetido a formação contínua nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações	Adicional
Direitos Indígenas	Nº total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	Adicional

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?
O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Tabela A.5 – Indicadores GRI para o desempenho social – Sociedade

ASPECTO	INDICADOR	TIPO
Comunidade	Natureza, âmbito e eficácia de programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída	Principal
Corrupção	% e nº total de unidades de negócio submetidas a avaliações de riscos relacionados com corrupção	Principal
	% de funcionários formados nas políticas e procedimentos anti corrupção da organização	Principal
	Medidas tomadas como resposta a casos de corrupção	Principal
Políticas Públicas	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e pressões	Principal
	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, por país	Principal
Concorrência Desleal	Nº total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas anti-trust e monopólio e seus resultados	Principal
Conformidade	Valor monetário de multas significativas e nº total de sanções não-monetárias resultantes da não conformidade com leis e regulamentos	Principal

Tabela A.6 – Indicadores GRI para o desempenho social - Responsabilidade pelo Produto

ASPECTO	INDICADOR	Tipo
Saúde e Segurança do Cliente	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e % de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos	Principal
	Nº total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com os impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, por tipo de resultado	Adicional
Rotulagem de Produtos e Serviços	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e % de produtos e serviços sujeitos a tais exigências	Principal
	Nº total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados com informações e rotulagem de produtos e serviços, por tipo de resultado	Adicional
	Práticas relacionadas com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisa que medem essa satisfação	Adicional
Comunicações de Marketing	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing incluindo publicidade, promoção e patrocínio	Principal
	Nº total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, por tipo de resultado	Adicional
Privacidade do Cliente	Nº total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de cliente	Adicional
Conformidade	Valor monetário de multas (significativas) por não conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços	Principal

Anexo 5

Seguidamente, apresentamos, os princípios de desenvolvimento sustentável do Grupo EDP, referidos no capítulo 6.4

EDP
A nossa energia faz parte da sua vida

PRINCÍPIOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO GRUPO EDP

A EDP está empenhada em desenvolver as suas actividades de uma forma sustentável, nos diversos sectores de actividade em que participa. A energia eléctrica, em particular, constitui um motor de desenvolvimento económico, de combate à exclusão social e de melhoria da qualidade de vida das populações. A EDP procurará o equilíbrio entre os aspectos económicos, ambientais e sociais, através da aplicação dos seguintes princípios:

- 1 CRIAÇÃO DE VALOR**
 - Criar valor para o accionista
 - Aumentar a produtividade e a eficiência e reduzir a exposição a riscos decorrentes dos impactos económicos, ambientais e sociais das actividades
 - Assumir um compromisso de orientação para o cliente, garantindo níveis elevados de qualidade de serviço
 - Integrar os aspectos ambientais e sociais nos processos de planeamento e tomada de decisão
- 2 EFICIÊNCIA NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS**
 - Promover o desenvolvimento de tecnologias energéticas mais limpas e eficientes
 - Desenvolver formas de produção baseadas em energias renováveis
 - Promover a utilização racional da energia
- 3 Protecção do ambiente**
 - Minimizar o impacto ambiental de todas as actividades que desenvolve
 - Participar em iniciativas que contribuam para a preservação do ambiente
 - Alargar a utilização de critérios ambientais a toda a cadeia de valor
- 4 INTEGRIDADE**
 - Garantir o cumprimento de padrões éticos na condução dos negócios
 - Respeitar os direitos humanos na sua esfera de influência
 - Elaborar códigos de conduta específicos
- 5 DIÁLOGO COM AS PARTES INTERESSADAS**
 - Garantir um relacionamento aberto, transparente e de confiança com as diferentes partes interessadas
 - Instituir canais de auscultação das partes interessadas e integração das suas preocupações
 - Reportar de forma credível e objectiva o desempenho, na sua vertente económica, ambiental e social
- 6 GESTÃO DO CAPITAL HUMANO**
 - Reforçar os sistemas de gestão que garantam a saúde, segurança e bem estar dos trabalhadores
 - Promover o desenvolvimento das capacidades individuais e promover a excelência e o mérito
 - Rejeitar práticas abusivas e discriminatórias
- 7 PROMOÇÃO DO ACESSO À ENERGIA ELÉCTRICA**
 - Promover o acesso fiável e generalizado à energia eléctrica
 - Praticar uma política de preços transparente e socialmente justa
 - Desenvolver formas de produção de qualidade adequada, ao custo mínimo
- 8 APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
 - Apoiar iniciativas de promoção social e cultural, com base em critérios transparentes de avaliação de relevância para a comunidade
 - Promover a transferência de tecnologia para países em desenvolvimento

EDP - ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, S.A. - GABINETE DE AMBIENTE, MARÇO 2004

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Anexo 6

Seguidamente, apresentamos, o Relatório de Verificação Independente da EDP, referido no capítulo 6.4



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Plazis da Vitória, 71 - A, 11º
1069-008 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

Introdução

1. Fomos contratados pelo Conselho de Administração Executivo da EDP- Energias de Portugal, S.A ("EDP") para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade incluída no capítulo "Contributo para a sustentabilidade" do Relatório e Contas da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Responsabilidades

2. O Conselho de Administração Executivo da EDP é responsável:
 - Pela preparação e apresentação da informação de sustentabilidade em conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade ("*Sustainability Reporting Guidelines (G3)*") do *Global Reporting Initiative (GRI)* e respectivo suplemento do Sector Eléctrico, conforme referido no anexo "Avaliação GRI" do Relatório e Contas de 2009, e pela informação e asserções incluídas no mesmo;
 - Pela determinação dos objectivos da EDP no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade, incluindo a identificação das partes interessadas ("stakeholders") e aspectos materialmente relevantes de acordo com a norma AA1000 APS (2008) para os princípios da inclusividade, materialidade e resposta; e;
 - Pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados dos quais é obtida a informação relatada.
3. A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efectuado. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade "ISAE 3000 – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica" emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants. Esta norma requer o cumprimento dos requisitos éticos aplicáveis, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se a informação de sustentabilidade incluída no capítulo "Contributo para a sustentabilidade" do Relatório e Contas de 2009 da EDP está isenta de distorções materialmente relevantes.

Âmbito

4. Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre informação de sustentabilidade consiste em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no capítulo "Contributo para a sustentabilidade" do Relatório e Contas de 2009, na execução de procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado. Esses procedimentos incluíram:
 - Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas para aspectos materialmente relevantes, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro? O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro



- Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade;
 - Visitas às instalações situadas em Portugal, Espanha, Brasil e EUA, seleccionadas com base na análise de risco que teve em consideração factores quantitativos e qualitativos;
 - Comparação da informação apresentada no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” do Relatório e Contas de 2009, com as respectivas fontes de informação para determinar se todas as informações relevantes incluídas nessas fontes de informação foram incluídas no Relatório;
 - Leitura da informação apresentada no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” do Relatório e Contas de 2009, de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da, e experiência com, a performance de sustentabilidade da EDP.
- 5 Os procedimentos de recolha de prova efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade.

Conclusão

- 6 Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no capítulo “Contributo para a sustentabilidade” do Relatório e Contas de 2009 da EDP para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes, que afectem a sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (“Sustainability Reporting Guidelines (G3)”) do Global Reporting Initiative (GRI) e respectivo suplemento do Sector Eléctrico, conforme referido no anexo “Avaliação GRI” do Relatório e Contas de 2009.
- 7 O nosso Relatório de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente para a EDP de acordo com os termos contratados. O nosso trabalho foi realizado unicamente como o objectivo de relatar à EDP situações para as quais fomos contratados neste Relatório de garantia limitada de fiabilidade e não se destina a ser utilizado para nenhum outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante qualquer pessoa, para além da EDP, pelo nosso trabalho, por este Relatório de garantia limitada de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Lisboa, 4 de Março de 2010

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Jean-éric Gaign (ROC n.º 1013)

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

Anexo 7

Seguidamente, apresentamos, os indicadores de desempenho, referidos no capítulo 6.5

Fonte de Informação	Global Compact
1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE	
Pág. 7-9, 22-23, 122-124	
2. PERFIL ORGANIZACIONAL	
Pág. 11, 18-19, 26-27, 52-53, 90, 252, 270, última página: Contactos; www.edp.pt > Sustentabilidade> Relatórios	
EU1 Pág. 11, 19; www.nossa-energia.edp.pt > Centros Produtores	
EU2 Pág. 11, 19	
EU3 Pág. 68	
EU4 Pág. 42, 48; Portugal: www.edpdistribucao.pt ; Espanha: www.hcenergia.com > About Us> Distribution> Facilities	
EU5 Pág. 86; www.edp.pt > Sustentabilidade> Publicações e Relatórios> Relatórios: Carbon Disclosure Project	
3. PARÂMETROS DO RELATÓRIO	
Perfil do Relatório	
Pág. 252, última página: Contactos; www.edp.pt > Sustentabilidade> Relatórios	
Âmbito e Limites do Relatório	
Pág. 252; www.edp.pt > Sustentabilidade> Relatórios	
Índice de Conteúdo do GRI	
Pág. 250-252; www.edp.pt > Sustentabilidade> Relatórios	
Verificação	
Pág. 252, 262-263; www.edp.pt > Sustentabilidade> Relatórios	
4. GOVERNAÇÃO	
Governança	
Pág. 10, 54-55, 95-97, 103, 114, 129-131; www.edp.pt > Governo Societário; www.edp.pt > Governo Societário> Regulamentos Internos (Deliberação do CGS em Outubro de 2008); www.edp.pt > Governo Societário> Compromissos EDP; www.edp.pt > Sustentabilidade> Partes Interessadas> Diálogo> Colaboradores	
Compromissos com Iniciativas Externas	
Pág. 119-120; www.edp.pt > Sustentabilidade> Abordagem à Sustentabilidade> Participações	
Participação das Partes Interessadas	
Pág. 56; www.edp.pt > Sustentabilidade> Partes Interessadas; www.edp.pt > Sustentabilidade> Partes Interessadas> Diálogo (stakeholders engagement)	
5. ABORDAGEM DE GESTÃO	
DESEMPENHO ECONÓMICO	
ABORDAGEM DE GESTÃO	
EU6 Pág. 31	
EU7 Pág. 72 e 87	
EU8 Pág. 57-58	
EU9 Pág. 85	
DESEMPENHO	
EC1 Pág. 21	
EC2 Pág. 32, 86, 173	
EC3 Pág. 166-167	
EC4 Pág. 21	
PRESEÇA NO MERCADO	
EC5 Pág. 61	
EC6 Pág. 74	
EC7 Pág. 62	
IMPACTES ECONÓMICOS INDIRECTOS	
EC8 Pág. 78; www.edp.pt > Sustentabilidade> Sociedade e Cultura> Comunidades Locais	
EC9 Pág. 77	
EU10 Pág. 31	
EU11 Pág. 87	
EU12 Pág. 83	

Fonte de Informação	Global Compact
DESEMPENHO AMBIENTAL	
ABORDAGEM DE GESTÃO	
Materiais	
www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho	
Água	
www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho	
Biodiversidade	
www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Biodiversidade	
Emissões, Efluentes e Resíduos	
www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho	
MATERIAIS	
EN1 Pág. 83, 85	
EN2 não existem	7; 8
ENERGIA	
EN3 Pág. 83	
EN4 Pág. 83	
EN5 Pág. 83	
EN6 Pág. 85	
EN7 Pág. 72; www.eco.edp.pt	
ÁGUA	
EN8 Pág. 83	
EN9 n.d.	7; 8
EN10 0%	
BIODIVERSIDADE	
EN11 Pág. 87	
EN12 Pág. 84-85, 87; www.edp.pt > Sustentabilidade> Biodiversidade	
EN13 (I)	7; 8
EU13 n.d.	
EN14 (I)	
EN15 (I)	
EMISSIONES, EFLOENTES E RESÍDUOS	
EN16 Pág. 83	
EN17 Pág. 83	
EN18 Pág. 72, 83, 87	
EN19 (I)	
EN20 Pág. 83	
EN21 Pág. 84-85; www.edp.pt > Sustentabilidade> Ambiente> Gestão e Desempenho	8
EN22 Pág. 83	
EN23 Pág. 85	
EN24 Pág. 85	
EN25 n.d.	
PRODUTOS E SERVIÇOS	
EN26 www.eco.edp.pt ; www.edp.pt > Sustentabilidade> Ambiente> Avaliação de Impacte	7
EN27 n.a.(4)	
CONFORMIDADE	
EN28 Pág. 83	8
TRANSPORTE	
EN29 www.edp.pt > Sustentabilidade> Ambiente> Avaliação de Impacte	7
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS	
EN30 Pág. 83, 85, 233-234	7; 8; 9

Relatórios de Sustentabilidade: Que Futuro?

O papel dos auditores e da auditoria nesse futuro

TABELA GRI EDP

Fonte de Informação	Global Compact
DESEMPENHO SOCIAL	
ABORDAGEM DE GESTÃO	
EU14 Pág. 64	
EU15 Pág. 63	
EU16 Pág. 61	
EMPREGO	
LA1 Pág. 61; Complemento do sector: n.d. A EDP tem em curso uma caracterização dos seus fornecedores, que espera concluir em 2010 e iniciar a sua disponibilização pública em 2011; Pág. 75	6
LA2 Pág. 61; Duração média da presença dos colaboradores na empresa é de 18 anos (nota 3)	
LA3 n.d.	
EU17 Pág. 61	
EU18 Pág. 66	
TRABALHO/RELAÇÕES DE GESTÃO	
LA4 Pág. 61; Ver comentário LA1.	1; 3
LA5 Pág. 65	
SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL	
LA6 Pág. 66	
LA7 Pág. 61	1
LA8 Pág. 66; www.edp.pt > Sustentabilidade > Prevenção e Segurança > Plano de Contingência	
LA9 n.d.	
FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO	
LA10 Pág. 61	6
LA11 Pág. 61, 64	
LA12 Pág. 64: 100%	
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES	
LA13 Pág. 61-62	2; 6
LA14 Pág. 61	
DIREITOS HUMANOS	
INVESTIMENTO E PRÁTICAS DE PROCUREMENT	
HR1 100%, referidas nas condições gerais de compra do Grupo EDP. Pág. 75	1
HR2 20% (6)	
HR3 Pág. 61	
NÃO DISCRIMINAÇÃO	
HR4 Pág. 110-111	1; 6
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E SINDICALIZAÇÃO	
HR5 Pág. 65; www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética; www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 2.2.2; 3.1.1); Explicitados nos Acordos colectivos de trabalho.	1; 3
TRABALHO INFANTIL, FORÇADO e COMPULSÓRIO	
HR6 www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 3.1.2)	1; 4; 5
HR7 www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 3.1.2)	
PRÁTICAS DE SEGURANÇA	
HR8 n.d.	1
DIREITOS DAS COMUNIDADES INDÍGENAS	
HR9 0	1; 2

TABELA GRI EDP

Fonte de Informação	Global Compact
SOCIEDADE	
ABORDAGEM DE GESTÃO	
EU19 Pág. 79; www.edp.pt > Abordagem à Sustentabilidade > Organização	
EU20 www.edp.pt > sustentabilidade > Ambiente > Biodiversidade > Minimização de Impactes > Gestão de Impactes ambientais na Central Hidroeléctrica de Peixe Angical	
EU21 Pág. 66	
COMUNIDADE	
SO1 Pág. 78, 84 (Registo EMAS); www.edp.pt > Abordagem à Sustentabilidade > Organização; www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Avaliação de Impacte	
EU22 0	
CORRUPÇÃO	
SO2 Pág. 253; www.edp.pt > Sustentabilidade > Relatórios	10
SO3 Pág. 61	
SO4 Pág. 110-111	
POLÍTICA PÚBLICA	
SO5 www.edp.pt > Sustentabilidade > Partes interessadas > Diálogo (Instituições governamentais); www.edp.pt > Sustentabilidade > Abordagem à Sustentabilidade > Participações	
SO6 www.edp.pt > Governo Societário > Código de Ética (Cláusula 4.1.2)	
CONCORRÊNCIA DESLEAL	
SO7 n.d.	10
CUMPRIMENTO	
SO8 (5)	
RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO	
ABORDAGEM DE ACESSO AO PRODUTO	
EU23 Pág. 71; www.edp.pt > a rede > AGRIS	
EU24 Pág. 68	
SAÚDE E SEGURANÇA DO CONSUMIDOR	
PR1 www.edp.pt > Sustentabilidade > Prevenção e Segurança > Segurança e Cidadania; www.edp.pt > Sustentabilidade > Ambiente > Desempenho > Campos Eléctricos e Magnéticos	
PR2 0	
EU25 Pág. 61	
ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS	
PR3 Pág. 68	
PR4 n.d.	
PR5 Pág. 68-69	
PUBLICIDADE E PRIVACIDADE DO CONSUMIDOR	
PR6 não existe	
PR7 não existe	
PR8 n.d.	
CUMPRIMENTO e ACESSO AO PRODUTO	
PR9 (5)	
EU26 100%	
EU27 7% (6)	
EU28 www.edpdistribuicao.pt > Qualidade > Documentação > Relatórios de Qualidade de Serviço (6)	
EU29 Pág. 42	
EU30 Pág. 38	

■ Indicadores essenciais
■ Indicadores adicionais
■ Indicadores específicos do sector eléctrico